ENTREVISTA COM VASCO LOURENÇO

O REFERENCIAL

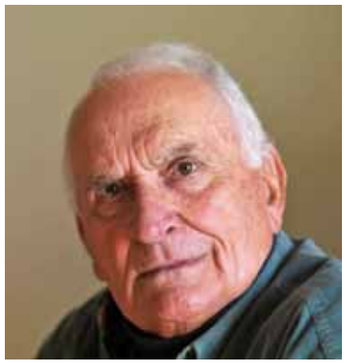
FOTO: JOSÉ MARIA ROUMIER

JÚLIO POMAR

Gostava que o Burro desse uma valente parelha de coices...

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Director: Pedro Pezarat Correia | Nº 114 | Julho - Setembro 2014

40 anos de Abril



PEDRO PEZARAT CORREIA

ESTE NÚMERO 114 DE *O REFERENCIAL* continua a ter, como pano de fundo, as comemorações do 40.º Aniversário do 25 de Abril que, como temos vindo a noticiar, se prolongam por todo o ano de 2014. Mas, para além de levarmos ao conhecimento dos nossos leitores as jornadas mais significativas que se registaram por todo o país e pelo estrangeiro, chamamos a atenção para duas peças fundamentais que não podemos deixar de destacar, as entrevistas com Júlio Pomar e com Vasco Lourenço.

Júlio Pomar, mestre entre os mestres da pintura portuguesa contemporânea, ofereceu à A25A, em conjunto com Henrique Cayatte, o cartaz comemorativo do 40.º Aniversário do 25 de Abril e que, posteriormente, desenvolveu no tema que também ofereceu à Associação, e lhe permitiu efectuar uma edição serigráfica, contributos inestimáveis para o brilho das comemorações. Fala-nos, na entrevista, sobre a sua vida artística, a sua obra, o empenhamento cívico desde a sua juventude contra a ditadura, a sua revolta contra o (mau) estado a que a nação chegou. E ajuda-nos numa interpretação crítica da serigrafia, a metáfora provocatória de desafio à cidadania contra o poder que nos desgoverna e que vai reduzindo o 25 até às dúvidas da sua permanência. A provocação está no ponto de interrogação (?), que fazer? Quando fazer? E na linguagem gráfica que substitui o vernáculo das palavras que se justificaria se a mensagem fosse escrita.

Vasco Lourenço, presidente da Direcção da Associação 25 de Abril, faz um balanço das comemorações do 40.º aniversário, mas não só. Com a frontalidade da sua linguagem, a que nos habituou, reflecte sobre o Portugal e a União Europeia de hoje, melhor dizendo sobre o Portugal na União Europeia de hoje e na esperança com que encarou a jornada das comemorações no emblemático Largo do Carmo no próprio dia 25 de Abril de 2014, onde se perfilou uma frente social de combate.

Saliente-se ainda, de um interessante lote de textos de opinião, o significativo testemunho de Duran Clemente sobre a conspiração, o 25 de Abril e a transição para a transferência do poder na Guiné, marco decisivo na formação do Movimento dos Capitães, do derrube da ditadura do Estado Novo e do processo revolucionário.

Duas notas finais.

O Referencial passa a incluir, a partir deste número, publicidade de grupos empresariais solidários com a A25A o que, para além de reflectir o reconhecimento na melhoria do seu produto editorial, muito contribuirá para a consolidação da qualidade conseguida.

O Referencial regista e agradece as muitas manifestações de apreço e de incentivo que lhe chegaram, de associados, leitores e amigos, pela viragem iniciada com o número anterior. O que também vem aumentar as nossas responsabilidades.

FOTO:FERNANDO FARINHA

TEMA DE CAPA – JÚLIO POMAR	8
ENTREVISTA – VASCO LOURENÇO	18
CELEBRAÇÕES DE ABRIL	28
PERCURSOS	48
COMO SERÁ ABRIL EM 2054	62
DESCOLONIZAÇÃO	66
OPINIÃO	82
NOTICIÁRIO	95
NACIONALISTA CUBANO QUIS CONHECER ABRIL	98
OBITUÁRIO	104
BRIDGE	106
BOLETIM	108

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade **Presidente da Direcção:**Vasco Lourenço **Director:**Pedro de Pezarat Correia|**Conselho Editorial:**Alfredo Bruto da Costa, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Manuel Martins Guerreiro, Maria José Casa-Nova, Maria José Morgado, Maria Manuela Cruzeiro, Vasco Lourenço, Vítor Crespo. **Editor:**José António Santos|**Fotografia:**Fernando Farinha | José Maria Roumier|Nuno Augusto|Agência Lusa **Colaboradores:**Artur Custódio da Silva, David Martelo, Fernando Vaza Pinheiro, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (Cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes|**Sede nacional, Administração e Redacção:**Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone:. 213 241 420 - Endereço electrónico: *a25a.sec@25abril.org* | *www.25abril.org* | *www.guerracolonial.org* |**Delegação do Norte:**Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org* **Delegação do Centro** Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA Endereço electrónico:*a25a.del-centro@25abril.org* \ **Delegação do Alentejo** Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLAEndereço electrónico: *a25a.del-alentejo@25abril.org* **Delegação do Canadá** Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) 1117 Queen Street West Toronto – Ontario M6J3P4 Canadá | **Design e Edição gráfica**: Atelier JM Ribeirinho, www.jm-designedicoes.com - Av. Infante Santo, 23 -5ºC - 1350 - 179 Lisboa | **Impressão e acabamento**: NORPRINT

CARTAZ COMEMORATIVO DOS VINTE ANOS DO 25 DE ABRIL DA AUTORIA DE JÚLIO POMAR

FOTO: JOSÉ MARIA ROUMIER

FOTO: JOSÉ MARIA ROUMIER

JÚLIO POMAR

O Burro é uma piscadela de olhos

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

AOS 88 ANOS DE IDADE, Júlio Pomar continua a pintar, e, assim, a prosseguir uma carreira intensa, de sete décadas, votada à criação e às artes plásticas.

O ARTISTA recebeu-nos em sua casa no Bairro Alto, em Lisboa, onde faz tempo deixou de trabalhar à noite. Prefere, agora, repartir as horas do dia entre a preguiça, qual alfobre de maturação criativa, e as pinceladas nas telas de três obras distintas que está a realizar, ao mesmo tempo, saltando de uma para outra, ao sabor da inspiração.

A conversa fora aprazada com o pedido para o Mestre explicar, na primeira pessoa, as metáforas da Serigrafia e do Cartaz comemorativos do 40.º aniversário do 25 de Abril saídos do génio criativo de Júlio Pomar, e por si, generosamente, oferecidos à Associação 25 de Abril.

Sem revelar a mínima surpresa, entre uma sonora gargalhada, começou por dizer: "Ainda me vão bater com esta confissão".

Sim. Mas o que quis dizer com a figura do burro?

"É um burro. E é um burro que toca guitarra portuguesa. Aqui está uma espécie de alusão ao fado."

Onde estão retratados os portugueses?

"O burro é uma piscadela de olhos, é muito simples."

A piscadela de olhos compõe um modo de comunicação facial, não-verbal, e está geralmente associada a uma mensagem cúmplice, por vezes matreira.

Júlio Pomar serviu-se da metáfora para provocar os portugueses com um recado ao desassossego e também com o propósito de desafiar os seus concidadãos a não se conformarem com a situação em que o País se encontra, sob o (des)Governo de Passos Coelho que insiste em conduzi-lo na rota da pobreza, de destruição de direitos e valores fundamentais, onde subjaz a ideologia de uma "economia que mata" a pessoa humana.

Num quadro desta natureza, Júlio Pomar não hesita no modo de provocar.

"Em linguagem popular, o quadro quer dizer: burro somos todos e estamos a ser levados".

A carga do asno, de facto, tem sido muita. Até quando o povo continuará a poder suportar tal fardo?

O autor remete para a sinalética do quadro expressa simbolicamente no número 25 em tamanhos decrescentes, ou seja, dando a ideia de uma acentuação contínua de destruição dos valores de Abril, um trajecto que se antevê muito perigoso. Daí, a provocação feita em forma de convite aos portugueses a recusarem ser tomados por burros.

Júlio Pomar considera haver limites para tudo e, evidentemente, para os sacrifícios dos portugueses. Podemos então deixar de ser burros?

"Pois com certeza. O burro também sabe dar um par de coices. Gostava muito que ele desse uma valente parelha de coices. Por mim, cá estou pronto para dar uma ajudinha."

ESPAÇO ILUMINADO

A conversa decorreu na zona de trabalho de Júlio Pomar, o segundo (último) piso do número seis da Rua do Vale, perpendicular à igreja das Mercês, em Lisboa. O atelier ocupa toda a superfície coberta da mansão recentemente recuperada e dotada de generosas entradas de luz natural através de clarabóias rasgadas na cobertura. Dir-se-ia, tratar-se de um espaço verdadeiramente iluminado bem capaz de recolher o génio da ilustração artística de Júlio Pomar. O resultado, aliás, está visível nas dezenas de quadros e telas suspensos em cavaletes dispostos no espaço amplo, e, também em muitos outros alinhados pelas paredes.

A casa de habitação e de trabalho do artista convive com o Atelier-Museu Júlio Pomar sedeado no edifício em frente, o número 7. Foi ali que a Câmara de Lisboa instalou o núcleo museológico inaugurado em Abril de 2013, e desde essa altura integrado na rede dos museus e equipamentos culturais do município. Este núcleo resulta de uma conjugação de vontades que levaram à constituição da Fundação Júlio Pomar, em Dezembro de 2004, na sequência de um projecto iniciado pela Câmara Municipal de Lisboa com a aquisição, no ano 2000, de um antigo armazém do século XVII sendo este prédio destinado a servir como seu atelier, e prevendo-se desde

»

FOTOS DE: JOSÉ MARIA ROUMIER

logo a futura "constituição de um Atelier-Museu, onde ficarão depositadas as obras que constituem o acervo pessoal do pintor." João Soares iniciou o desígnio da criação do atelier-museu e confiou o projecto ao arquitecto Siza Vieira. Nos termos de um protocolo estabelecido com a Câmara de Lisboa, o Atelier-Museu desenvolve as suas actividades em colaboração com a Fundação Júlio Pomar, que aí instalou os seus arquivos e as obras do acervo doado pelo pintor. O Atelier-Museu possui um acervo de cerca de quatrocentas obras, doadas pelo artista à Fundação Júlio Pomar, com pintura, escultura, desenho, gravura, cerâmica, colagens e assemblage. Dispõe, ainda, de um conjunto de equipamentos de auditório, com meios audiovisuais e capacidade para sessenta lugares sentados, permitindo a realização de conferências, lançamento de livros, catálogos e outros eventos.

PROCESSO CRIATIVO

É entre estes espaços que Júlio Pomar, aos 88 anos, continua a surpreender-nos com irreverência e suprema liberdade e a revelar em construções plásticas (re)construções surpreendentes que o seu génio nos oferece.
Quando o convido a falar do seu processo criativo, antes de responder, faz uma pausa, sorri e diz simplesmente: "Ponho a ideia na caixa do correio e a carta chega normalmente". Assim, sem mais.
Depois, entrega-se a desfiar uma torrente de memórias. "A minha ligação com o burro não é nova. Anda comigo há muito tempo. A guitarra é mais recente, só a partir de uma certa altura."
Júlio Pomar pinta desde criança. A aventura co-

»

VIDA E OBRA

JÚLIO POMAR* nasceu em Lisboa, a 10 de Janeiro de 1926. Instalou-se em Paris em 1963. Actualmente vive e trabalha em Paris e Lisboa. Frequentou a Escola de Artes Decorativas António Arroio e as Escolas de Belas-Artes de Lisboa (1942-44) e do Porto (1944-46), a qual abandonou depois de uma suspensão disciplinar por actividades estudantis. Fez parte, a partir de 1946, da Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD), actividade pela qual foi detido no ano seguinte e condenado em tribunal. Em 1949, por ocasião da participação na candidatura presidencial de Norton de Matos, de quem desenhou um retrato muito divulgado, foi afastado do lugar de professor de desenho no ensino técnico.
Expôs pela primeira vez em 1942, em Lisboa, numa mostra de grupo no seu atelier, e realizou a primeira exposição individual em 1947, no Porto, na Galeria Portugália, apresentando desenhos que seriam no ano seguinte editados num álbum prefaciado por Mário Dionísio.
No início da sua carreira, foi um dos animadores do movimento neo-realista, desenvolvendo uma larga intervenção crítica em jornais e revistas: "A Tarde" (diário publicado no Porto, onde coordenou a página semanal "Arte", em 1945), "Mundo Literário", "Vértice", "Seara Nova", "Horizonte", "Portucale", "Comércio do Porto", etc.
Participou na organização das exposições independentes, em 1944-45, no Porto, e depois na da Exposição da Primavera (Porto, Ateneu Comercial, 1946), sendo um dos principais organizadores das Exposições Gerais de Artes Plásticas (Sociedade Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1946/1956).
Em 1956, foi um dos fundadores e primeiros membros da direcção da Cooperativa "Gravura".
Após esse período de afirmação inicial, com um marcado cunho de intervenção política no contexto do pós-guerra, a pintura de Pomar orientou-se no sentido de uma observação do real que interroga a aparição da imagem, definindo os corpos em movimento numa figuração discontínua e fragmentária, a qual teve a sua mais conhecida expressão nas séries "Tauromaquias" (1960-64) e "Les Courses", corridas de cavalos (1964-66), expostas em Paris na Galerie Lacloche. Organizando-se em ciclos temáticos a que correspondem rupturas ou novas linguagens formais, a obra de Pomar prosseguiu

»

FOTO:JOSÉ MARIA ROUMIER

meçou no dia em que o tio Bernardino lhe ofereceu uma caixa de aguarelas. A partir de então não mais parou de esfregar tintas em telas e noutras superfícies e delas arrancar imagens poderosas só possíveis pelo vigor do seu talento.
"Quando era miúdo", confidencia, "deram-me um cartão de acesso ao Jardim Zoológico onde ia muitas vezes com o cavalete desenhar os bichos; outras ocasiões ia só andar de patins. Convivi muito com os bichos e, por isso, é natural que eles apareçam em todo o meu trabalho."
Conclui, assim, que o burro já vem de longe e solta uma gargalhada de gozo. Ao longo da conversa percebe-se que Júlio Pomar conjuga o riso como gramática da inteligência onde não se esconde nem enjeita expor-se. Pratica-o como intuição genuína de quem perscruta realidades novas e sejam elas quais forem molda-as no deleite de um sorriso.
Com o registo do sorriso surge-lhe a evocação de Sidónio Muralha (1920-1982) quando, nos anos idos de 1949, o percurssor do neo-realismo lhe apareceu com o original de histórias infantis "Bichos, Bichinhos e Bicharocos" para que lho ilustrasse. Nessa altura, confrontado por aquele que foi um dos mais importantes autores de literatura para a infância em Portugal, Júlio Pomar teria 23 anos.
"Era um livro onde vem a história dos bichos e mos revelou enquanto personagens e actores de que eu me sirvo."
Júlio Pomar reconhece como uma evidência da vida a circunstância de o seu imaginário permanecer povoado de bicharada. Aproveito uma pausa e insisto: então, quando chega o carteiro?
"Boa pergunta, quando chega o carteiro? Isso nunca se sabe, nunca se sabe quando chega o carteiro..."
E deixa-se refastelar pelo cadeirão, presentindo em mim a insatisfação pela sua resposta.
Volto à carga: nesse período, enquanto não chega o carteiro, anda preocupado?
"Não senhor. Sempre sereno. A vida já tem angústias que cheguem. Mas, o processo criativo é sempre uma batalha. Aquela ideia de faz-me isto num instantinho... Eu nunca sei o tempo que demoro!"
Aguarda, então, que o carteiro o supreenda?
"A ideia trabalha-se mesmo sabendo que não temos controlo nenhum. Um desportista sabe quanto fez aos 100 metros. Nós não! Quantas vezes me deito a pensar que fiz uma coisa boa e, no dia seguinte, dou de caras com essa mesma coisa e concluo o contrário."
Tem receio da tela vazia, como se comporta o artista nesses momentos?
"Não tenho medo da tela branca. Faço e destruo. E,

»

VIDA E OBRA

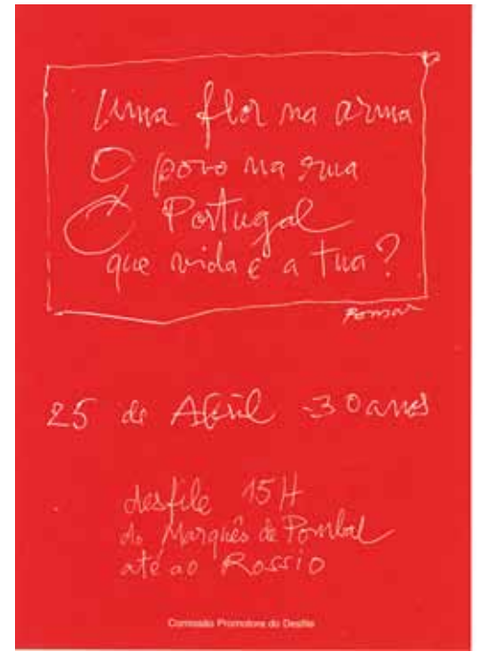
com os ciclos "Rugby", "Maio 68" e "Le Bain Turc, d'après Ingres" (1967-73), tendo o Museu do Louvre exibido um quadro desta série no âmbito de uma exposição dedicada ao quadro de Ingres (1971).
A um período em que predominam os retratos (1972-76 – primeiro expostos na Galeria 111, Lisboa, em 1973), onde as formas sintéticas e emblemáticas se definem em planos de cores lisas, sucede a opção por processos de colagem de telas recortadas e previamente pintadas, por vezes também com a incorporação de objectos encontrados, a que correspondem os temas eróticos das exposições "L'Espace d'Eros" (Galerie de la Différence, Bruxelas, 1978) e "Théâtre du Corps" (Galerie Bellechasse, Paris, 1979).
Entre os mais significativos ciclos posteriores, onde já é patente o regresso a uma vibrante gestualidade pictorica, podem destacar-se "Os Tigres" (Paris, 1981; Lisboa, 1982) e novas séries de retratos a propósito do poema "O Corvo", de Edgar Poe, e de "Mensagem", de Fernando Pessoa (1982-86). Deslocações ao Brasil estão na origem das exposições "Os Mascarados de Pirenópolis" (1988, Lisboa e Madrid) e, após uma estadia no Alto Xingú, Amazónia, "Os Índios" (Madrid e Paris, 1990).
Os temas literários, incluindo por vezes a revisitação irónica dos mitos clássicos e bíblicos, são retomados nas obras mostradas nas exposições "Fables et Portraits" (Galerie Piltzer, Paris, 1994) e "O Paraíso e Outras Histórias" (Culturgest, Lisboa, 1994), "La Chasse au Snark", em telas de muito gramde formato, a propósito de Lewis Carroll (Galerie Piltzer, Paris, e Salander-O'Reilly Gallery, Nova Iorque, 1999-2000) e "Trois Travaux d'Hercule et quelques chansons réalistes" (Galerie Patrice Trigano, Paris, 2002), enquanto a relação com a Amazónia reaparece em "Les Joies de Vivre" (Galerie Piltzer, Paris, 1997) e "Méridiennes – Mères Indiennes" (Galerie Patrice Trigano, Paris, 2004). "Fables et Fictions", novas esculturas em bronze, foram mostradas na Galerie Le Violon Bleu, na Tunísia, em 2004.
A primeira retrospectiva da obra de Pomar foi organizada em 1978 pela Fundação Gulbenkian e exibida na sua sede em Lisboa, no Museu Soares dos Reis no Porto e, parcialmente, em Bruxelas.
Em 1986, uma nova exposição antológica foi apresentada também pela Fundação Gulbenkian em museus de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e por fim no Centro de Arte Moderna, em Lisboa.
Entre outras antologias de âmbito temático ou cronológico, salientam-se as seguintes: em 1990,

»

EXPOSIÇÃO NO MILLENNIUM

A Fundação Millennium BCP decidiu homenagear Metre Júlio Pomar através da exposição de um conjunto de obras do pintor, na Galeria Millennium, na Rua Augusta, em Lisboa.
A iniciativa apresenta 39 obras entre quadros, desenhos, tapeçarias e documentos do artista com uma carreira muito preenchida de 70 anos.
Ver "Vida e Obra" nestas páginas.
Do acervo da mostra constam 22 criações propriedade da Fundação Millennium, sendo as restantes cedidas pelo Atelier-Museu Júlio Pomar.
A mostra está patente até Janeiro de 2015.

sabe uma coisa, isto não está a ir mais depressa do que ia antes..."
Regresso ao quadro da serigrafia dos 40 anos de Abril e pergunto ao Mestre quanto tempo demorou a realizá-lo.
"Sem ser de manhã à noite, nem em dias consecutivos, à volta de um mês."
Enquanto trabalha gosta de saltar de uma tela para outras. Nunca produz apenas um trabalho, mas gosta de se entregar à realização simultânea de várias obras. A alternância das telas estimula-o.
Arrisco outra pergunta: produz na intimidade, mostra o trabalho a amigos?
"Normalmente não tenho vergonha do que estou a fazer, nem medo do mau-olhado. Se chegar um amigo e espreitar, não incomoda."
Falámos de memórias e do quadro do Burro. Tempo, ainda, para discorrer sobre a memória descritiva do cartaz comemorativo do 40.º aniversário do 25 de Abril, produzido conjuntamente com Henrique Cayatte.
Peço, então, ao Mestre que explique o ponto de interrogação.
"Na fase em que estamos é como o Ovo de Colombo. É uma pergunta, uma provocação que interroga e pede uma resposta rápida."



VIDA E OBRA

obras de temas brasileiros, no Rio de Janeiro, em São Paulo e Lisboa ("Pomar/Brasil"); em 1991, pinturas e desenhos sobre temas literários e retratos de escritores («Pomar et la Littérature»), Charleroi, Bélgica; em 1992-93, trabalhos dos anos 1980, itinerante em Portugal; em 1997, obras sobre o tema de D. Quixote, em Cascais, e pinturas sobre os Índios do Brasil, em Biarritz, França; em 1998, com posterior itinerância nacional, obra gráfica; em 2005, ilustrações e obras de temas literários, em Tavira. Outras mostras antológicas de pintura tiveram lugar em 1999-2000, em Macau e Pequim; 2001, em Aveiro ("Pinturas Recentes", de 1995-2000); 2003, em Istambul e em Amarante.
Em 2004, o Sintra Museu de Arte Moderna – Colecção Berardo apresentou uma vasta retrospectiva intitulada "Pomar/Autobiografia", comissariada por Marcelin Pleynet, enquanto o Centro Cultural de Belém expôs a antologia "A Comédia Humana", organizada por Hellmut Wohl a propósito da obra das décadas mais recentes.
Pomar tem-se dedicado especialmente à pintura, mas realizou igualmente trabalhos de desenho, gravura, escultura e «assemblage», ilustração, cerâmica e vidro, tapeçaria, cenografia para teatro e decoração mural em azulejo. De entre as encomendas para edifícios públicos, para além dos frescos pintados no Cinema Batalha (Porto 1946-7), ocultados por ordem policial, destacam-se os trabalhos em azulejo para as estações de Alto dos Moinhos (1983-84), Jardin Botanique, em Bruxelas (1992), e Corroios (1998), e também para o Gran'Circo Lar (Brasília, 1987) e a sala de audiência do Tribunal da Moita (com o arquitecto Raul Hestnes Ferreira, 1993), bem como as tapeçarias executadas para as sedes do Montepio Geral e da Caixa Geral de Depósitos.
Entre as numerosas obras que ilustrou contam-se "Guerra e Paz" de Tolstoi (1956-58); "O Romance de Camilo, de Aquilino Ribeiro (1957); "D. Quixote", de Cervantes (em 1960 e de novo em 2005); "A Divina Comédia", de Dante (1961, desenhos reeditados em 2006 com novos retratos do autor); "Emigrantes" e "A Selva", de Ferreira de Castro (1966 e 1973); "Pantagruel", de Rabelais (1967); "Kidama Vivila", de Gilbert Lely (1977); "Rose et Bleu", de Jorge Luís Borges (1978); "Mensagem", de Fernando Pessoa" (1985); "La Chasse au Snark", de Lewis Carroll (1999).
Júlio Pomar integrou a representação portuguesa na Bienal de São Paulo de 1953, participou na Exposição Internacional de Pittsburgh, do

FOTO: JOSÉ MARIA ROUMER

E, continua: "Quem não questiona não avança." Sobre o fundo vermelho diz não ter havido a mínima dúvida por ser um sinal da bandeira, sobretudo, porque "o vermelho é a cor mais activa, mais ligada à acção. Ora, como pretendíamos transmitir uma provocação que interroga e pede uma resposta rápida, o vermelho é a cor adequada."

Olho, perscruto os quadros espalhados em redor pelo salão e questiono o Mestre sobre realizações em curso.

Aponta para umas telas dependuradas sobre a parede, em frente, onde avultam retratos do empresário Ilídio Pinho. A seguir, indica um modelo de Cristina Branco. Finalmente, um Pessoa que dialoga com Marceneiro. Os primeiros são encomendas dos retratados, o último destina-se ao Museu do Fado.

Antes de me despedir peço, ainda, ao Mestre que me fale do seu dia-a-dia.

"Há muito que deixei de trabalhar à noite. Agora só pinto durante o dia e não sou homem que se levante muito cedo..."

VIDA E OBRA

Carnegie Institut, em 1964, e de novo nas Bienais de São Paulo de 1975 e 1985. A Fundação Calouste Gulbenkian, de que foi bolseiro entre 1964 e 1966, em Paris, atribuiu-lhe o Prémio de Gravura (ex-aequo) na sua I Exposição de Artes Plásticas, em 1957, e o 1º Prémio de Pintura (ex-aequo) na II Exposição de Artes Plásticas, em 1961. A Fundação FVG, de Hamburgo, concedeu-lhe o Prémio Montaigne em 1993. Recebeu o Prémio AICA-SEC em 1995, o Prémio Celpa / Vieira da Silva, em 2000, e, em 2003, o Prémio Amadeo de Souza-Cardoso.

Das várias publicações monográficas sobre a sua obra podem salientar-se os textos de Mário Dionísio (ed. dos autores, 1948; Clássica Editora, 1985; Publicações Europa América, 1990); Ernesto de Sousa (ed. Artis, 1960); Helena Vaz da Silva (ed. António Ramos, 1980); Jean Guichard-Meili e Wolgang Sauré (Paris, 1981); Claude-Michel Cluny (Paris, 1985 e 1994); Fernando Gil (Imprensa Nacional, 1987); Michel Waldberg (Paris, 1989 e 1990); Marcel Paquet (Paris, 1991); Alain Gheerbrandt (Paris, 1997); Marcelin Pleynet (Paris, 1997, 1999 e 2004); António Lobo Antunes (Galeria 111/Pub. D. Quixote, 2002); Mário Cláudio (Caminho, 2007).

Escreveram igualmente sobre o seu trabalho, entre outros autores, Rui Mário Gonçalves, Fernando Pernes, Fernando de Azevedo, José Luís Porfírio, José-Augusto França, Manuel Castro Caldas, João Pinharanda, Alexandre Melo, José Cardoso Pires, Vasco Graça Moura, Eduardo Lourenço, Nuno Júdice, Antonio Tabucchi, Paulo Herkenhoff, Denys Chevalier, Roger Munier, Patrick Waldberg, Pierre Cabanne, Gérard-Georges Lemaire.

Os dois primeiros volumes do catálogo «raisonné» da obra de pintura e escultura foram publicados, pelas Éditions de la Difference, em Paris, com ensaios críticos de Alexandre Pomar e Marcelin Pleynet (volume I, 2004, em co-edição com Arte Mágica, Lisboa) e de Raquel Henriques da Silva e Michel Waldberg (volume II, 2001).

Além de diversos textos publicados em revistas e catálogos, sobre outros artistas e sobre a sua própria obra, Pomar é autor dos livros de ensaios sobre pintura "Discours sur la Cécité des Peintres" (Editions de la Différence, Paris, 1985), com tradução portuguesa de Pedro Támen, "Da Cegueira dos Pintores" (1986, Imprensa Nacional); "– Et la Peinture?" (La Différence, 2000) e "Então e a Pintura?" (D. Quixote, 2003).

Publicou dois livros de poesia: "Alguns Eventos" (Pub. D. Quixote, 1992) e «TRATAdoDITOeFeito» (D. Quixote, 2003).

*Disponível em http://fundacaojuliopomar.org/julio-pomar/

VASCO LOURENÇO LAMENTA NÃO HAVER QUEM CONVENÇA CAVACO A RESIGNAR

FOTO: JOSÉ MARIA ROUMIER

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

EM ENTREVISTA a "O Referencial", Vasco Lourenço faz o balanço das comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril e reconhece a concentração do Largo do Carmo como "demonstração da existência de uma grande frente social que não se revê nos partidos políticos existentes". O presidente da Direcção Associação 25 de Abril concorda com a leitura política feita por António Costa, no passado dia 26 de Abril, sobre os acontecimentos ocorridos na véspera em Portugal e identifica a corrupção como sendo "a causa principal que nos trouxe a crise". Enquanto europeísta, mostra-se contrário à Europa destruidora do Estado Social, a sua principal construção e base de décadas de paz, um quadro negro que considera urgente dever ser invertido o mais rapidamente possível. Para isso, confia na futura liderança de António Costa que, irremediavelmente, terá de assumir-se como "Homem de Estado" capaz de tomar uma posição na Europa que envolva e consiga trazer para a luta os vários países que estão em situações semelhantes àquelas que se vivem em Portugal. Até lá, observa, terá de combater a abstenção "através de sinais concretos de que as políticas a desenvolver irão corresponder aos anseios dos eleitores". Conseguirá? Vasco Lourenço acredita que sim, razão pela qual, a curto prazo, crê na geração de uma grande onda de euforia com as pessoas a convencerem-se a acreditar no actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa, capaz de levar o PS a alcançar "maioria absoluta" nas próximas eleições. Quanto ao Governo e Presidente da República o presidente da Direcção da Associação 25 de Abril continua profundamente descrente por, no seu entendimento, "a Constituição não estar a ser cumprida". Lamenta a infelicidade de o poder estar invadido por "um bando de mentirosos" e de não haver quem convença Cavaco Silva a resignar. Eis a síntese da conversa com Vasco Lourenço que, a seguir, se transcreve.

»

Que balanço faz das comemorações do 40º aniversário do 25 de Abril?
Entendemos que a situação extraordinariamente miserável que se vive no País, em termos políticos e cívicos, em termos de valores éticos e morais, exigia que a Associação 25 de Abril deveria aproveitar as comemorações dos 40 anos para reafirmar os valores de Abril que são absolutamente contrários a essa mesma situação e aos valores que os actuais detentores do poder praticam. E estamos a consegui-lo.

Reafirmar esses valores como?
Dentro de um espírito que nos diz não caber à Associação estar a dizer o que se deve fazer. Mas compete aos cidadãos, individualmente, ou integrando estruturas de diferentes organizações cívicas e políticas, lutar por esses valores e envolverem-se em actos comemorativos de reafirmação dos princípios de Abril.

A imagem pode ser interessante. Mas não tem sido esse o comportamento seguido em anos anteriores?
Evidentemente que sim, porém, este ano, para além de um ano "redondo" exigir mais, houve um acontecimento que fez toda a diferença.

FRENTE SOCIAL

Qual?
Quando repetimos o que tínhamos feito nos dois anos anteriores, recusando o convite para participar nas comemorações oficiais na Assembleia da República, e em seguida somos surpreendidos pela insistência da Senhora Presidente para nós lá irmos, arguindo não fazer qualquer sentido que nos 40 anos de Abril os "capitães de Abril" não estivessem representados, nós, no respeito que temos pela Casa da Democracia, respeito simbólico, em termos formais e éticos, não pela sua prática dos últimos tempos, como se sabe, muito negativa por se ter deixado envolver neste pântano impressionante que é a situação em Portugal, tentámos criar condições para responder ao convite e à insistência que nos estava a ser feita.

Propondo que a Associação fosse convidada a usar da palavra...
Claro. Mas como isso não foi ententido nós mantivemos a nossa recusa. Em consequência propusemo-nos organizar um acto comemorativo com base numa homenagem que entendemos fazer pública a um de nós, um dos símbolos do 25 de Abril, que foi Salgueiro Maia.

Vai dizer-me que a diferença das comemorações dos 40 anos de Abril ocorreu este ano com a celebração no Largo do Carmo?
Não tenha dúvida. E sabe porquê? Considerando tudo o que lá se passou, e tendo presente outras datas simbólicas – o próprio 25 de Abril de 1974 – nós ouvimos dizer a muitas pessoas "eu estive lá". Ora, mesmo sem querer comparar esses dois acontecimentos separados por quatro décadas, eu estou convencido que muita gente vai dizer, no futuro, "eu estive lá, estive no Carmo, nos 40 anos do 25 de Abril".

Essa jornada fez então toda a diferença? Porquê?
As comemorações continuam. Fundamentalmente, porque tornou clara a existência de um enorme descontentamento popular, acrescido de uma convicção profunda de que só à volta dos valores de Abril será possível fazer reverter a situação. Mas, tudo o que se passou, há meses, no Carmo, teve repercursões importantes. Logo no dia seguinte, a primeira pessoa que, publicamente, fez uma leitura política correcta, em meu entender, do que foram as comemorações do 25 de Abril, foi o presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Disse, então, António Costa que tinha ficado patente nas comemorações do 25 de Abril no Largo do Carmo a existência em Portugal de uma grande frente social que não se revia nos partidos políticos existentes, que não se revia no poder em exercício. Dizendo mais: "É fundamental encontrar uma força política que seja capaz de dar resposta aos anseios dessa grande frente social".

Qual frente social?
É uma frente social que é transversal em termos de ideologias e de partidos políticos que não se revê nas actuais forças e muito menos nos dirigentes atualmente no poder.

Como se mede essa temperatura?
Eu compreendi a atitude de António Costa, interna no Partido Socialista, quando considerou que o seu próprio partido, nas condições em que se encontrava, não seria capaz de responder a esses anseios, e tomou a iniciativa de tentar que o Partido Socialista se transforme na força capaz de responder a esses desejos.

Acompanhou a disputa interna no PS? Participou nela?
Claro que acompanhei. Mas, decidi não me inscrever nem envolver na questão.

O que espera agora dos resultados...
Desejo que António Costa não se esqueça da leitura que fez do dia 25 de Abril deste ano e expressou publicamente no dia 26, ou seja, consiga ser expressão dos anseios da grande frente social por ele identificada.

PS TERÁ MAIORIA ABSOLUTA

Como acha que isso irá acontecer?
A minha convicção é que o PS vai ter maioria absoluta nas próximas eleições legislativas.

Como assim?
Tenho tanto essa convicção que já a transmiti a alguns amigos, dizendo-lhes que se vai gerar em Portugal uma onda tal de entusiasmo que dará a vitória ao PS.

E depois?
O problema vai ser a seguir. A minha esperança é que António Costa, como primeiro-ministro, seja capaz de desenvolver uma série de políticas que respondam precisamente aos anseios e legítimas ambições dessa grande frente social que ficou provado existir em Portugal.

Como construir essas políticas?
Eu não estou a ver a frente social a transformar-se numa força política. O que tem de haver é uma força política que leve à prática essas medidas, que eu espero seja o PS liderado por António Costa. Então ele terá de ser capaz e de pôr de lado os elementos e políticas de apoio e fomento da corrupção patentes no último período em que esteve no Governo. A sua posição face ao fenómeno corrupção constituirá, aliás, a pedra de toque da sua acção. A corrupção foi, sem sombra para dúvidas, a causa principal que nos trouxe a esta crise. Por isso, a sua posição neste campo será determinante. Por fim, terá de ser capaz – e aqui residirá o fulcro da questão – de tomar uma posição na Europa que envolva e consiga trazer para essa luta os vários países que estão em situações semelhantes àquelas que se vivem em Portugal.

Acha mesmo isso possível?
Claro que sim. Isso mesmo terá de ser feito sem receios de sermos demasiado "pequeninos" para desencadear essa influência. Repare: nós no 25 de Abril éramos igualmente "pequeninos" e conseguimos não só influenciar a Europa, mas o Mundo inteiro. Portanto, não vejo que seja impossível – se houver determinação e houver força de vontade política – con-

»

FOTO: JOSÉ MARIA ROUMIER

seguir na Europa defender e agregar forças que levem àquilo que preconizei no discurso proferido no Largo do Carmo: a transformação da Europa.

Mais coesão, maior solidariedade entre os Estados?
Evidentemente. Para a Europa ser aquilo que é, então será preferível não estarmos lá. E então temos de colocar a hipótese de sair.

Mas nota razões para Portugal permanecer na Europa.
Sou europeísta, da Europa projectada pelo génio fundador. Não sou partidário desta Europa da corrupção, que está mais do que denunciada no parlamento que não é parlamento, com regalias mirabolantes dos deputados, da Europa que destruiu a sua principal construção que foi o Estado Social, base de décadas de paz. Ora, se estamos a assistir à destruição do sustentáculo da paz, estamos a caminhar inevitavelmente para a guerra. Por isso, considero que, ou a Europa é capaz de recuperar o Estado Social, com nuances com certeza, é capaz de dizer não ao capital financeiro especulativo e dizer sim mais ao trabalho do que ao capital, e apoiar o capital produtivo ligando o capital ao desenvolvimento económico, ou então caminhamos a passos largos para um fim trágico.

Ainda evitável?
A questão é que o problema nem é apenas nosso, mas de toda a Europa. Mas, nós temos de ser capazes de ter vistas largas... A situação é extraordinariamente difícil e complicada. Para além da questão externa, internamente a tarefa de António Costa será hérculea face à situação miserável em que estes fulanos que estão no poder colocaram Portugal com a desculpa de que o problema não é nosso é da Europa.

Não será bem assim...
Evidentemente que sim. Ao ser serventuário e capataz do grande capital, o Governo de Passos Coelho contribuiu para todo esse estado de coisas.

O rumo terá, portanto, de ser outro.
Com certeza. Nessa medida, António Costa para ter sucesso terá de ser capaz de se assumir como parte importante na dinamização de parceiros europeus para transformar a Europa.

HOMEM DE ESTADO

De que jeito?
Quando for primeiro-ministro, António Costa terá de demonstrar se é um homem de partido e de facção, ou se é um homem de Estado. Se ele se deixar envolver pelas pequeninas coisas, e pelas cliques que estão a agarrar-se-lhe como lapas, a tentar recuperar, ficará como chefe de facção. Se pelo contrário, não for atrás da caça às bruxas dentro do seu próprio partido, se souber construir uma solução, será um homem de Estado.

A frente social de que falou atrás reclama por um Homem de Estado?
Penso que sim. Por isso, entendo que ou há um Homem de Estado capaz de olhar e ver que o problema não é responder às cliques partidárias de pequenos interesses em que os partidos políticos se transformaram, mas sim dar resposta aos anseios dos cidadões que estão desiludidos com a podridão da política, desiludidos com a prática miserável que os partidos políticos têm tido. Se olharmos para exemplos da Europa poderemos perguntar: será que ele conseguirá ser um De Gaulle ou um Churchill? Que em determinados momentos foram de facto homens de Estado, independentemente do percurso que tiveram depois...

Qual é a sua convicção?
Quero crer que António Costa será capaz disso.

E se não for?
Será uma catástrofe. Nós daqui a dois anos e meio, três o máximo, estaremos na fossa, muito pior do que estamos hoje, com mais uma desilusão tremenda em cima, com o campo aberto para todas as demagogias. Nessa altura, com 75 anos, não sei se estarei em condições de ir à luta, mas se isso acontecer, e eu tiver saúde, estarei na luta para evitar a solução de extrema-direita, do D. Sebastião.

A extrema-direita tem créditos em Portugal?
Nessa altura terá campo fértil para avançar, se o António Costa falhar.

Então a sua convicção na maioria absoluta...
Aquilo que António Costa disse no dia 26 de Abril confirmou-se nas eleições europeias. Ficou claro que a população portuguesa não acredita nos partidos. Surgiu Marinho e Pinto, um fenómeno natural nestas circunstâncias, surgiram votações dispersas por diversos partidos sem expressão e a grande maioria dos eleitores não votou, votou nulo ou em branco. Tivemos uma situação caricata que foi a de o partido com maior votação, o PS, não chegar a 11 por cento dos eleitores; a coligação que está no poder teve 9 por cento. A isto podemos somar a circunstância de termos um Presidente da República eleito por 23 por cento dos eleitores. É

»

uma situação insustentável em termos democráticos. Não pode ser. Nós não nos podemos conformar com este alheamento enorme dos cidadãos que se manifesta através da abstenção
.

DEVOLVER AO POVO O 25 DE ABRIL

Como combater o "partido" da abstenção?
Através de sinais concretos de que as políticas a desenvolver irão corresponder aos anseios dos eleitores. Se os portugueses virem esses sinais e acreditarem que António Costa vai tirar as consequência da leitura que fez das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril...

...Tem alguns indícios já de que isso possa vir a acontecer?
Olhe, aquele gesto de António Costa, que pode ter várias explicações, de atirar o cravo à plateia de apoiantes no dia da vitória das primárias, dizendo-lhes "este cravo é vosso", eu vejo-o como um sinal de quem quer devolver o 25 de Abril ao Povo e quer praticar os valores do 25 de Abril.

Conseguirá?
É um sinal positivo. Vai ser capaz ou deixar-se-á pear pelos interesses que vão estar à volta dele? Vai ser complicado. Mas, eu quero acreditar que ele vai ser capaz de se afirmar como um Homem de Estado! Para isso terá de arranjar um bom elemento com capacidade de bater o pé na Europa, sem subserviências, nem a mania de que é bom aluno. Portugal é um país europeu como os outros, está na Europa por direito próprio e não estamos lá para fazer o papel de serventuários do grande capital.

Há um caminho a percorrer...
Acho que sim. Até às eleições vai gerar-se uma onda de euforia com as pessoas a convencerem-se de que agora, com António Costa, é que vai ser e, portanto, esse polvilhamento da votação que se deu nas últimas eleições europeias vai desaparecer e concentrar-se no PS. O PS terá maioria absoluta. Por isso, a desilusão será maior se António Costa falhar...

DEMONSTRAÇÃO DO CARMO

Retomando a questão de início desta entrevista. A jornada do Largo do Carmo no dia 25 de Abril de 2014 constitui o gérmen da grande plataforma social insatisfeita de que fala?
Não foi o princípio. O Carmo foi a demonstração da existência dessa grande frente social. Não é o Carmo que a gera. Ela existia e pela primeira vez, aliás na sequência da grande manifestação do "Que se Lixe a Tróica". Ela surge da espontaneidade dos cidadãos e da necessidade que sentiram de mostrar o seu descontentamento com a podridão da situação existente.

Quando preparou a intervenção que fez no Carmo anteviu as consequências?
Eu hesitei um pouco. Tinha a noção de que iria haver expectativas e esperanças de muita gente a quem depois teria dificuldade em dar respostas. De facto, neste momento, não tenho apetência de ir para o poder. E para alterar as situações temos de exercer o poder. Ora, por essa razão, não dei o passo que muito boa gente achava natural que era, depois daquele sucesso, candidatar-me a um cargo político, ou a Presidente da República, ou fazendo um partido político. Na Associação 25 de Abril, temos a posição de ajudar a construir a solução, admitimos fazer parte da solução, mas não queremos ser a solução.

A Associação 25 de Abril tem feito um bom uso do magistério de influência da vida democrática e cívica do País?
Dentro daquilo que são as suas possibilidades entendo que sim.

A Associação nestes 32 anos de existência tem conseguido não se envolver directamente nas lutas particulares, político-partidárias, manter uma actividade cívica suficentemente honesta dentro da defesa dos seus valores e, por isso, penso que conseguiu impor-se na sociedade e dela merecer respeito e consideração. Não somos apolíticos. Somos apartidários. Mas, politicamente, sabemos as barreiras que nos separam de muitas formações ideológicas. Assumimo-nos pela liberdade, pela democracia, pela justiça-social, pela solidariedade, pela paz, pelo Estado de direito, e não pela bandalheira que existe e do estado a que nos conduziram, com um Presidente da República – que é o garante do regular funcionamento das instituições democráticas – estar feito múmia paralítica a olhar para o que se passa sem intervir e a criar condições para inclusivamente legitimar a intervenção das Forças Armadas.

Não estará a ser excessivo?
Quando digo isto não estou a defender que as Forças Armadas devam intervir. Mas, repare: os militares e as Forças Armadas no seu conjunto juram, com o risco da própria vida, defender a Constituição. Quando a Constituição não está a ser cumprida, quando o garante da Constituição não está a cumprir o seu papel, é natural pensar que as Forças Armadas têm legitimidade para intervir. E por isso mesmo seria legítimo que interviessem. E se tivéssemos chefes militares à altura já se teriam juntado para irem a Belém dizer ao Senhor Presidente da República: ou cumpre o seu dever constitucional ou está aqui a mais. Com isto não estou a sugerir que façam um golpe militar, limito-me a acentuar, à luz dos princípios, que teriam toda a legitimidade para o fazer.

Concluo que, em seu entender, o Presidente da República não está a cumprir o seu papel institucional?

»

FOTO: JOSÉ MARIA ROUMIER

Pois com certeza que não está. As instituições não estão a funcionar. A Justiça não funciona. Os ministros pedem desculpa. Ora em democracia só temos de tirar uma conclusão: não servem, vão para casa.
Com a agravante de quando fala, como fez agora no 5 de Outubro, falar como se não tivesse nada que ver com a situa-ção criada. Como se não fosse o principal responsável pelo estado a que chegámos!

Continua a pensar, como referiu há dois anos, que o poder está invadido por "um bando de mentirosos"?
Infelizmente. Hoje, aliás, ninguém o contesta. Hoje ninguém contesta que o primeiro-ministro é um mentiroso contumaz. Ele pode jurar a pés juntos que não recebeu verbas da Tecnoforma e da organização não-governamental para a qual trabalhou. Quem acredita nele? Lamentavelmente a situação concreta que temos no País é a de que a palavra do primeiro-ministro não vale a palavra de um denunciante anónimo.

CAVACO AO LADO DE TOMAZ

Considerando o magistério de influência democrática e cívica da Associação 25 de Abril, nesse âmbito, como se poderá ajudar o Presidente da República a cumprir com dignidade o seu mandato até ao fim?
É complicado. Sabe que nestas coisas para ser ajudado é sempre necessário que haja quem queira ajudar e quem queira ser ajudado. Ora, o Presidente da República não quer ser ajudado. Porque o Presidente é o chefe deles todos. É o homem que mais tempo esteve no poder em Portugal, em lugar de responsabilidade. É um dos principais responsáveis pelo estado a que chegou o País. Tem fragilidades na vida pessoal, no campo da corrupção, que não estão bem explicadas, por mais que ele venha dizer através do Facebook que há demonstrações e tenha a veleidade de afirmar que há de nascer duas vezes o cidadão que seja tão honesto como ele. Deveria demonstrá-lo mas, o que é facto, não o tem feito. E, pior, deu origem a uma situação de suspeição que se mantém e não tem conseguido ultrapassar. Portanto, o Presidente, para além de estar totalmente descredibilizado pessoalmente, não cumpre o seu papel constitucional como deveria cumprir. Por isso, vai ficar na nossa história numa galeria ao lado de Américo Tomaz.

Vejo que continua cáustico...
Olhe que não. Compare com os três Presidentes que tivemos depois do 25 de Abril. Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio. Cada um, com as suas características próprias e pessoais, com virtudes e com defeitos conseguiu fazer uma Presidência da República capaz. Isto, para falar apenas nos eleitos, pois não esqueço a extraordinária Presidência de Costa Gomes que, em situação muito difícil, conseguiu ser o principal garante da consumação do Estado democrático e de direito. E depois caiu-nos na rifa Cavaco Silva. Ora, por mais que se queira ajudar o Presidente, hoje só o poderíamos fazer de uma maneira muito concreta: convencê-lo a resignar. E, como calcula, não acredito em tal possibilidade.

Participação do RI 10 (Aveiro) na madrugada redentora

Porque alguns relatos se mostram menos correctos do que o que os intervenientes gostariam de ver, publicamos uma descrição histórica da acção da força do RI10 na manobra do 25 de Abril de 1974, contada pelo comandante dessa força, o então capitão Rodrigo Nóbrega Pinto Pizarro, em carta dirigida ao presidente da A25A, nos termos que passamos a descrever.

Na passagem da efeméride dos 40 anos da Revolução de Abril alguns órgãos de comunicação social publicaram a fita do tempo das acções levadas a cabo pelas diversas unidades militares.
Desconheço as fontes onde foram buscar cinco dados que lhes permitiram dar a conhecer ao cidadão comum como se desenrolaram as operações militares na madrugada redentora do 25 Abril 74 e nos dias subsequentes.
Do que vi escrito ("Expresso online" e 4.º volume dos "Anos de Abril") verifiquei, no que à companhia do RI10 que tive a honra de comandar diz respeito, deturpação e omissão dos factos que levam os militares que generosamente participaram a não se reverem no que foi escrito.
Nunca quis nem quero qualquer tipo de protagonismo mas considero ser da mais elementar justiça para os militares que participaram nas operações daquele dia e para a própria unidade que os dados relativos a Companhia Operacional do RI10 (Aveiro) fossem corrigidos repondo-se a verdade do que efectivamente se passou com a Agrupamento November que tinha por missão ocupar o Forte de Peniche e posteriormente ficar em intervenção no Governo Militar de Lisboa.
Para uma melhor compreensão junto um memorando do empenhamento da minha companhia atá ao dia 29 Abril data em que regressámos a Aveiro.

RODRIGO NÓBREGA PINTO PIZARRO*

Na altura, já Iá vão 40 anos, fui transferido disciplinarmente do CIOE (Lamego) para o RI10 (Aveiro) bem como a quase totalidade dos capitães daquela Unidade para outras espalhadas pelo País em virtude de uma insubordinação em 15 de Março de 1974 na sequência das demissões dos generais Costa Gomes e Spínola.
Na madrugada de 23 para 24 de Abril recebi das mãos do então capitão Sousa e Castro a Ordem de Operações do MFA para as acções a cumprir pela Companhia Operacional do RI10.
Contactados os oficiais milicianos aderentes ao Movimento e alertado a comandante da Companhia (alferes Cunha) que se encontrava em exercícios no campo em Aguada, arredores de Aveiro, reuni com outros capitães em casa do capitão Cal, oficial a prestar serviço em Águeda, aguardando as senhas para preparação e início das operações tendo, após a audição da canção "Grândola" pelas 0 horas e 20 minutos, conjuntamente com o capitão Lucena Coutinho e em viatura particular marchado ao encontro da companhia para assumir seu comando.
Depois de formar o pessoal foram distribuídas as duas mil munições reais (dotação de segurança para subunidades em exercícios) e iniciou se por volta da 1 hora o movimento para a Figueira da Foz onde, segundo a ordem de operações, teríamos que estar até às 3 horas para nos reunirmos com as restantes unidades que constituíam o Agrupamento November - não Norte como referido na vossa peça - e que eram companhias do RI14 (Viseu), RAP3 e CICA2 (Figueira da Foz).
Chegámos àquela cidade pelas 2 horas e 40 minutos encontrando os portões do RAP3 fechados e pouca ou quase nenhuma movimentação no seu interior.
Face a tal situação deslocámo-nos ao CICA2 onde o capitão Sousa Ferreira (outro dos oficiais transferidos do CIOE em 15 de Março) nos informou estar a ser preparada a companhia daquela unidade sob o comando do capitão Rocha Santos e que o capitão Diniz de Almeida estaria a deter o comandante do RAP3.
Dado que a concentração era nesta Unidade ai entramos par volta das 3 horas e 15 minutos tendo assistido a grande azáfama na preparação dos militares, na grande maioria recrutas ainda em instrução.
Aproveitei esse momento para formar a companhia e comunicar aos militares a missão que nos tinha sido atribuída, das suas razões, tendo obtido de todos eles adesão incondicional.
Como tinha poucas munições e não se encontrava a chave do paiol, uma das minhas viaturas arrombou a porta do mesmo permitindo municiar as minhas forças e do RAP3, incluindo as necessárias para as seis peças de artilharia desta unidade.
Não havendo qualquer contacto com os militares do RI14, aguardámos até às 5 horas pela sua chegada e como ela não se verificasse foi decidido avançar sob o comando interino do capitão Lucena Coutinho, uma vez que o comandante do Agrupamento - capitão Gertrudes da Silva - vinha juntamente com as forças do RI14.
Contornámos Leiria, sede do RI7, unidade não afecta ao Movimento e parámos junto ao RI5 (Caldas da Rainha), dialogando com oficiais que tinham substituído os que tinham sido detidos no golpe falhado de 16 de Março, os quais nos garantiram a sua neutralidade.
Para dar cumprimento ao principal objectivo - ocupação do Forte-Prisão de Peniche - a coluna marchou para aquela localidade tendo a minha subunidade sido detida quando faltavam cerca de nove quilómetros, porque uma viatura do CICA2 teve uma avaria mecânica, ocupando a faixa de rodagem e

»

obrigando a sua remoção.
Chegados a Peniche ao inicio da manhã, deslocámo-nos de imediato para o Forte na convicção de que o mesmo já terra sido tomado pelas forças do RAP3 e CICA2, tendo constatado com surpresa que elas aí não se encontravam e me apercebi que elementos armados da GNR continuavam a garantir a segurança, decorrendo ainda na praça fronteira ao Forte uma feira.
Coloquei as minhas forças em posição de combate em todos os arruamentos que permitiam o acesso à praça, dando instruções ao meu adjunto (alferes Cunha) e ao aspirante do RAP3 responsável pelas quatro bocas-de-fogo de artilharia que o capitão Diniz de Almeida colocou sob o meu comando eram seis mas duas ficaram pelo caminho entre Leiria e Caldas da Rainha, em virtude de um acidente que envolveu as viaturas que as rebocavam.
Face ao aparato militar alguns feirantes vieram ao nosso encontro perguntando se podiam ali continuar e se corriam riscos, tendo-lhes eu dito para evacuarem a praça em três a cinco minutos.
Para inveja de muitas forças militares revelaram extraordinário profissionalismo e rapidez na desmontagem das bancas e tendas, evacuando a praça em breves minutos de tal forma que não fora o abandono de alguns plásticos e caixas vazias ninguém diria estar ali a decorrer uma feira.
Montado o dispositivo de cerco com indicação de que as bocas-de-fogo fossem apontadas ao Forte em tiro directo, dirigi-me ao portão principal onde já se encontrava o seu responsável, o qual manifestando "surpresa e espanto" perguntou pelos motivos do posicionamento da força militar, tendo-lhe eu respondido que estava a cumprir uma missão do MFA que desde as primeiras horas da manhã tinha desencadeado uma operação militar para derrube do regime, exigindo-lhe a rendição e entrega incondicional do Forte.
Alegando não ter recebido qualquer ordem superior nesse sentido e não ter nenhum contacto com Lisboa pediu algum tempo mais para entregar o Forte, o que lhe concedi dado termos instruções para evitar, a todo o custo, qualquer derramamento de sangue.
Entretanto chegou a Peniche a Companhia do RI14 tendo o comandante do Agrupamento convocado todos os capitães para uma reunião na qual expus a ponto de situação junto ao Forte, obtendo da sua parte concordância com a minha decisão.
Nessa reunião foi atribuída, a seu pedido, ao ClCA2 a ocupação do Forte, uma vez que os seus militares eram recrutas com pouca ou quase nenhuma experiência e teriam dificuldades acrescidas na continuação da missão em Lisboa.
Assim sendo, a minha companhia integrou-se no Agrupamento, seguindo para Lisboa onde, conjuntamente com a do RI14, ficou de Intervenção no Quartel-General do Governo Militar até ao dia 29 Abril, face ao empenhamento de algumas unidades nos objectivos a cumprir na capital e à não adesão de outras ao Movimento entre as quais o RAL1 (RALIS).
Nesse período a nossa principal intervenção teve lugar no jornal "Época" para permitir a evacuação e segurança dos jornalistas e funcionários que se' encontravam cercadas e ameaçados por populares.

*Cor. Inf. (Ref.)

Comemorações em São Paulo

CARLOS MACHADO DOS SANTOS

Vista parcial da assistência ao Acto Solene que decorreu na prefeitura de São Paulo

A PREFEITURA DE SÃO PAULO, com a colaboração do Centro Cultural 25 de Abril e da Casa de Portugal da mesma cidade, empenhou-se, no presente ano do 40.º aniversário da nossa Revolução de Abril (tradicionalmente conhecida no Brasil como a "Revolução dos Cravos") em comemorar, com pompa e circunstância, a efeméride. Tal nos trouxe a honra e o orgulho em, não apenas estar presentes, como participar activamente no conjunto de manifestações políticas e culturais que constituíram o programa das comemorações. Embora o convite para se fazer representar tivesse chegado à Associação poucos dias antes do acontecimento, a Direcção, apoiando o sócio indicado como seu representante, envidou todos os esforços para que a missão fosse cumprida com a dignidade que o programa apresentado para as comemorações exigia. Este programa, elaborado por uma entidade/empresa contratada pela Prefeitura para este objectivo, situou o período comemorativo entre os dias 23 e 26 de Abril e incluía, entre outros eventos, uma Sessão Solene no salão nobre da Prefeitura, um espectáculo musical num dos principais auditórios da cidade, a deposição de cravos junto do monumento ao 25 de Abril, palestras e mesas redondas com associações cívicas e partidárias sedeadas em São Paulo.
O Acto Solene teve como cenário o grande auditório da Prefeitura e ocorreu no final da tarde do dia 23 de Abril, perante a assistência de cerca de duas centenas de pessoas. Encontrando-se o prefeito, Fernando Haddad, ausente no estrangeiro em viagem oficial, a Mesa de Honra, composta por dezasseis personalidades, foi presidida, de início, pelo vereador Paulo Fiorillo, que foi o principal promotor das comemorações, substituído no decorrer da sessão pela vice-prefeita, Nádia Campeão. Usaram da palavra todos os membros da mesa os quais, com maiores ou menores ênfase e extensão, evocaram e exaltaram a "Revolução dos Cravos", acentuando as repercussões que ela teve nos dois países irmãos e, objectivamente, nas áreas de actividade de cada um dos intervenientes. Cumpre referir a presença, entre outros e os já citados autarcas, do cônsul-geral de Portugal, do presidente da Casa de Portugal, do conselheiro das Comunidades Portuguesas do Estado de São Paulo, do presidente e vogais da Direcção da Associação Cultural 25 de Abril, do deputado Estadual Simão Pedro, do embaixador da canção nacional portuguesa Carlos do Carmo e do escritor angolano José Eduardo Agualusa.
No início da sessão foram executados os hinos nacionais de Portugal e do Brasil pela Banda Filarmónica da Polícia Municipal e, após as intervenções, um cantor local interpretou, embora com cunho pessoal e local, a "Grândola Vila Morena". No final, procedeu-se à distribuição de placas comemorativas da sessão a todos os intervenientes, seguindo-se um pequeno beberete com vinho do Porto e pastéis de nata, que proporcionou um convívio mais pessoal e directo

»

entre as personalidades da mesa e as que assistiram, como público, à sessão.
Na manhã do dia 25 de Abril acompanhamos o presidente do CC25A na deposição de um ramo de cravos vermelhos na base do monumento à nossa Revolução, peça arquitectónica concebida pelo escultor português José Aurélio e implantada em lugar residencial nobre da cidade, tendo sido inaugurado em 2001 com a presença do presidente da Direcção da A25A, Vasco Lourenço. A cerimónia, embora com escassa assistência devido, seguramente, à chuva miúda que caiu durante parte do dia, não deixou de ter profundo e emotivo significado para nós.
Na noite desse mesmo dia 25 de Abril, a partir das 21 horas, tivemos ocasião de assistir, em lugar de honra, ao lado da vice-prefeita, ao espectáculo musical que teve como protagonista o cantor Carlos do Carmo o qual, havendo convidado o congénere brasileiro Ivan Lins para com ele actuar, proporcionou um serão cultural e recreativo de excepcional qualidade. O Auditório Ibirapuera, obra de notável arquitectura, concebido pelo Arq.º Óscar Niemeyer, encheu o seu auditório interior, uma confortável sala com capacidade para mais de 400 pessoas.

A mesa que presisiu ao Acto Solene

25 DE ABRIL FERIADO EM S. PAULO

Fomos, ainda, solicitados para participar: num debate na Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, onde não chegamos a ir por alteração de última hora por parte do escritor Agualusa; numa mesa redonda com responsáveis pela Juventude Estadual do Partido do Trabalho (PT), os quais demonstraram um grande interesse pela Revolução de Abril e por conhecer pormenores da evolução política em Portugal no período posterior, revelando possuir algum conhecimento sobre a história portuguesa recente; e, no encerramento do Congresso Estadual do Partido Comunista do Brasil (PC de B), onde nos solicitaram uma curta intervenção/saudação.
Embora curta nos cinco dias passados, a ida a São Paulo proporcionou-nos a certeza de existir um grande carinho e, ao mesmo tempo, um profundo respeito pela Revolução Portuguesa, não apenas entre os luso descendentes como, sobremaneira, pelos brasileiros politicamente mais esclarecidos, que não se eximem a exacerbar a sua contribuição, em tempo, na viragem da situação política brasileira, então em plena ditadura militar. As alegrias que deu a uns, as esperanças que fez nascer, a outros, são actualmente evocadas com profunda sinceridade e irradiante simpatia. A confirmar esta percepção, tomamos recentemente conhecimento da feitura e publicação de uma Lei Municipal instituindo o dia 25 de Abril como o "Dia da Revolução dos Cravos" e incluindo-o no Calendário Oficial da Cidade, devendo passar a ser anualmente comemorado a partir de 2015.
De toda esta jornada, ficou-nos uma grata recordação das comemorações vividas naquela que é a maior e a mais populosa urbe do Continente Sul Americano, uma das maiores metrópoles mundiais, onde se fala português, se cultiva a amizade entre povos irmãos, se respeita e evoca o nosso 25 de Abril. Os mais sinceros e profundos agradecimentos aos nossos anfitriões, com destaque para o Eng.º Ildefonso Garcia, presidente do Centro Cultural 25 de Abril, que nos acolheu em sua casa, nos acompanhou e introduziu em todos os actos comemorativos programados, ainda lhe restando tempo e paciência para nos proporcionar visitas turísticas nos tempos desocupados.

COIMBRA

O projecto pedagógico do Agrupamento de Escolas Martim de Freitas

JORGE SALES GOLIAS

NESTES MUITOS ANOS de andanças em comemorações das efemérides abrilistas, em escolas e universidades, fui este ano surpreendido pela atitude da Escola Martim de Freitas de fazer destas comemorações um autêntico projecto pedagógico. Que começou com muitos meses de antecedência com o envolvimento entusiasta de professores e alunos nos diversos eventos programados.
A directora, no Editorial do magnífico jornal "Artefactos", explica bem este projecto:
"Não seria possível deixar passar os 40 anos da revolução militar do dia 25 de Abril de 1974 sem, fazendo um esforço coletivo, levarmos as gerações mais jovens a consciencializarem-se do significado desta data para Portugal. Não é fácil tornar claro para alunos, entre os 10 e os 15 anos, a alegria que os portugueses sentiram nesse dia.
Para a celebração desta efemé-ride convidaram-se professores e alunos a recorrer à literatura, à história contemporânea, aos relatos, à memória de familiares, ao curriculum escolar, aos recursos da Biblioteca, aos documentos cedidos pela Associação 25 de Abril, para produzirem trabalhos que, no seu todo, traduzissem a razão dessa alegria sentida pelos portugueses em 25 de Abril de 1974. Estes trabalhos foram desenvolvidos em contexto de aula, sendo coordenados e projetados pelos professores de diferentes áreas disciplinares que aceitaram colaborar neste desafio que foi feito no âmbito do trabalho colaborativo entre a autarquia, através da Biblioteca Municipal/SABE e as escolas do concelho, integradas na Rede de Bibliotecas de Coimbra (RBC). O resultado deste desafio e desta articulação foi exposto.
Foi com esse objetivo que a Biblioteca, os professores de História, Português e Educação Visual, os funcionários e o ATL (2º e 3º ciclos) da Escola Martim de Freitas procuraram envolver todos os alunos através da elabo-ração de cartazes

»

- que constaram numa exposição que ainda está patente na sala de Exposições desta Escola – da elaboração de poesias - com as quais concorreram no âmbito da RBE- e com a entoação de músicas de Abril no âmbito da palestra do Maestro Virgílio Caseiro.

A propósito das palavras que podem ser ditas depois do 25 de Abril, tivemos o voluntariado das professoras Luísa Ivo e Fernanda Braz que falaram das palavras até aí interditas.

A produção de um vídeo por parte de alunos sobre o tema e a exibição do mesmo em todas as turmas da escola, bem como a distribuição de um cravo vermelho - símbolo de Abril - a todos os elementos da comunidade educativa foram também momentos de grande destaque.

Contudo, não podemos deixar de salientar a presença do tenente coronel Jorge Golias da Associação 25 de Abril, um dos emblemáticos capitães de Abril e que de uma forma simples, mas com o orgulho próprio de quem fez parte da Revolução, cativou a plateia levando-a a questionar os "Porquês de Abril".

Para memória futura da comemoração dos 40 anos da revolução na Escola Martim de Freitas, foi inaugurado um painel em azulejos elaborado pelo professor e alunos do clube de cerâmica.

Estamos convencidos que dificilmente a maioria dos nossos alunos irão esquecer o significado de palavras como "liberdade", "revolução" e "Grândola"...

E esse foi o nosso contributo para tornarmos os nossos jovens, cidadãos politicamente mais conscientes e atuantes."

A imaginação não tem limites e alunos e professores responderam admiravelmente a este objectivo. Testemunhos, poemas alusivos ao 25 de Abril, banda desenhada, cartazes, frases marcantes, exposições, músicas, canções e cravos que, bem coordenados, encheram oito dias de comemorações em torno de um vasto programa que compreendeu: exposições de cartazes de Abril cedidos pela A25A; trabalhos temáticos realizados pelos alunos – "Abril, Trabalhos Mil", "Liberdade Poemas de Ver Pensar e Sentir"; "Músicas de Abril" com o maestro Virgílio Castelo; documentário "A Hora da Liberdade"; "A Fábula dos Feijões Cinzentos – 25 de Abril Como Quem Conta Um Conto", por João Vaz; "Sonhos de Abril" pela prof.ª Fernanda Braz e Luísa Ivo; e "A Liberdade faz anos" pela prof.ª Isabel Marques.

> "Antes de mais venho manifestar a minha satisfação e admiração pela forma tão simpática e, sobretudo, profissional, como organizaram a comemoração dos 40 anos do 25 de Abril"

A A25A proporcionou a esta Escola uma exposição de dezaseis cartazes de comemorações passadas, que culminou com a eleição do melhor cartaz - o do ano 2010, do nosso camarada coronel Banazol, com 62 votos.

No dia 24 de Abril, data escolhida para a principal comemoração, apresentei-me na Escola pelas 10 horas e 30 minutos. Em todas as salas de aula corria um vídeo com imagens e legendas sobre o dia 25 de Abril, feito por alunos dos 6º e 9º anos e no âmbito da disciplina de História e Geografia. Fui recebido pela directora, Adélia Lourenço e pela Bibliotecária, Lúcia Teixeira, às quais em breve se juntariam mais professores. Conduziram-me para um átrio da Escola onde, num postalete se exibia a cronologia das operações do 25 de Abril tendo, de lado, um grande cravo de Abril e, do outro lado, uma foto ampliada do capitão de Abril. Visionei a exposição dos cartazes e uma outra de trabalhos escolares e recebi um dos quatrocentos elegantes cravos executados pela professora de trabalhos manuais.

Sobre a sessão vale recordar a afirmação marcante da directora que, ao abrir disse aos seus alunos que eles tinham o privilégio de aos 15 anos verem ao vivo um capitão de Abril, enquanto que ela apenas agora o conseguiu. Estava dado o mote para uma comunicação em que me senti ouvido com muita curiosidade, atenção e respeito. No final

»

agradou-me sobremaneira protagonizar a mais participada sessão de sempre em que me envolvi. A reportagem da sessão feita por dois alunos é como segue:

"Era o dia 24. Não fosse Abril seria uma quinta-feira igual a todas as outras na escola.
Às 10H30, a turma acompanhada pela diretora deslocou-se ao auditório da Escola, para assistir à comunicação do senhor tenente-coronel Jorge Golias sobre a Revolução de Abril de 1974.
A diretora da escola abriu a sessão dando as boas vindas às pessoas presentes na sala. De seguida, houve um momento de poesia em que três dos nossos colegas leram poesias de Miguel Torga: "Liberdade", de Manuel Alegre: "Abril de Abril" e de Sophia de Mello Breyner: "25 de Abril". Seguiu-se a apresentação da biografia do senhor tenente-coronel Jorge Golias por um aluno do 9º ano. Assim, ficámos a saber que este era natural de Mirandela, que iniciou os seus estudos em Vila Real e lhes deu continuidade em Lisboa. Esteve na Guerra Colonial entre 1972/1974.Pertenceu ao grupo (MOCAP) e mais tarde ao MFA que preparou a revolução militar.

No decorrer da sessão, o senhor tenente-coronel Jorge Golias abordou quatro pontos:
-"O Contexto Mundial"
-"O Contexto Nacional"
-"A Guerra Colonial"
-"Revolução de abril"

Num discurso claro falou-nos de como se vivia durante o Estado Novo. Na escola primária era o único que tinha sapatos (hoje vive-se muito melhor); os namorados se se abrasassem em público eram multados porque era contra a moral e os bons costumes; a primeira Coca Cola que bebeu estava na tropa e gostou muito. Porque tudo isto, em Portugal Continental, não era permitido.
No final da comunicação houve um espaço de debate e um momento musical em que foram cantadas as canções de "Grândola Vila Morena" e o "Hino do MFA" com a adapta-ção da letra feita pelo professor de música João Eufrásio. Num momento mais descontraído foram pedidos autógrafos e feitos registos fotográficos.
Foi um privilégio para todos nós termos ouvido e convivido com um elemento importante da Revolução de Abril. Mafalda Geraldes | Jorge Anjinho, 6ºG."
Mas a maior surpresa estava reservada para o final quando me conduziram para um espaço onde havia uma grande parede nua e nela um rectângulo coberto com a bandeira nacional. Aí fui convidado para descerrar um painel de azulejos comemorativo dos 40 anos de liberdade. Extraordinário fecho de uma memorável comemoração destes 40 anos de Abril, cuja memória imaterial se cuidaram de preservar num oportuno DVD.
O meu reconhecimento foi feito por escrito e por sintetizar bem o excepcional momento que vivi, aqui se transcreve.
"Antes de mais venho manifestar a minha satisfação e admiração pela forma tão simpática e, sobretudo, profissional, como organizaram a comemoração dos 40 anos do 25 de Abril.
Na verdade, desde a interpretação de várias canções pelos alunos até ao canto final da "Grândola", sem falhas, dada a ajuda oportuna do mestre, tudo correu de maneira impecável, numa organização sem falhas, com o empenho da diretora e demais professores, tendo-me deixado uma impressão extremamente positiva da superior condução de um estabelecimento de ensino. A corroborar tal facto cito ainda, *last but not the least*, o exemplar comportamento dos alunos, que conheciam suficientemente bem o tema, e que foram altamente participativos no debate. Foram todos impecáveis, não apenas na apresentação da minha pessoa, no entusiasmo das canções, nos aplausos e até nos autógrafos que me pediram, e, bem assim, na oferta do azulejo dos 40 anos da Liberdade.
No final foi com emoção que participei no descerramento do painel de azulejos alusivos à efeméride.
(...) Os meus parabéns e o meu reconhecimento pela excelência com que decorreu este evento histórico."
Bem-hajam professores e alunos da Escola Martim de Freitas!

EVENTO ORGANIZADO POR VALERIE PECRESSE E ALAIN LAMASSOURE

UMP comemorou o 25 de Abril

DELGADO FONSECA

NA QUINTA-FEIRA, dia 23 de Abril, a deputada Valérie Pécresse, presidente do grupo Mouvement Populaire no Conseil Régional d'Ile-de-France e Alain Lamassoure, eurodeputado e vice-presidente do PPE, candidato à sua sucessão, convidaram representantes da comunidade portuguesa para comemorar os 40 anos do 25 de Abril no Palais du Luxembourg, no Senado francês.

"Esta é uma data forte para Portugal, mas também para a Europa. É a festa da liberdade e da democracia" disse Valérie Pécresse na sua intervenção, acompanhada pelo deputado Carlos Gonçalves, pelo cônsul-geral de Portugal em Paris, Pedro Lourtie, e por Ana Ferreira do Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Valérie Pécresse evocou a "relação forte entre Portugal e a França" e disse que a comunidade portuguesa "é exemplar e assume um certo número de valores de trabalho, de vontade, de mérito (...). Aqueles que pensam que se deve renegar as suas origens para se integrar, estão enganados".

Referindo-se a Carlos Vinhas Pereira, o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa, presente no evento, Valérie Pécresse lembrou que "há empresas de portugueses aqui na Região Ile-de-France que são hoje extremamente importantes para o nosso desenvolvimento". E, depois, acrescentou que "a Região Ile-de-France prefere fazer colaborações com o Brasil ou com países mais exóticos, e devia fazer colaborações mais estreitas com países como Portugal. Eu bater-me-ei para que isso seja possível".

Na sua intervenção, o deputado Carlos Gonçalves lembrou as mudanças provocadas no país pelo 25 de Abril. "Quando se vê o país que tínhamos em 1974 e o país que temos hoje, vemos um país muito diferente, com uma democracia consolidada. Antes de 1974 a França foi um país de acolhimento para muitos portugueses Alain Lamassoure afirmou que "em França temos medo da mundialização. Mas a primeira mundialização foram os Portugueses que a fizeram, foi o que Camões descreveu nos Lusíadas".

Depois, falou dos 40 anos de "percurso democrático português" e da adesão à União Europeia. "Portugal impressionou-nos com o seu sentimento europeu".

Falando da situação de crise económica actual, Alain Lamassoure afirmou que "de todos os países que recorreram a ajuda externa, Portugal é sem dúvida aquele cuja política de contenção começa a dar os seus frutos. Nós, os franceses, olhamos para Portugal com admiração e temos complexos quando vemos que a França tem dificuldades para reformar todo o seu sistema político, administrativo, social, jurídico, fiscal, como vocês fizeram. Portugal é um exemplo que nos estimula, e não apenas no futebol", disse com humor.

Interrogado pelo "LusoJornal" sobre o facto dos portugueses de França não poderem ser, nem "maires", nem "maires-adjoints", Alain Lamassoure disse que "é uma situação que eu lamento. Não é a minha posição e disse-o sempre". Acrescentou que "a França escolheu permitir que os cidadãos europeus de um Estado membro sejam apenas conselheiros municipais. É uma anomalia que é necessário corrigir" disse ao "LusoJornal".

Também Valérie Pécresse, que desconhecia que um cidadão francês pode ser presidente de Câmara em Portugal, disse ao "LusoJornal" que "prometo reflectir sobre essa questão e contribuir com uma proposta de resolução do problema".

No final da sua intervenção, Valérie Pécresse disse "não querer que este dia seja um ponto de chegada, mas sobretudo que seja um ponto de partida. Que haja mais encontros, construtivos, como foi este".

O presidente do Grupo de Amizade Portugal-França anunciou, aliás, que está a organizar uma visita de parlamentares portugueses a Paris "ainda em 2014".

O cônsul-geral Pedro Lourtie lembrou na sua intervenção que "esta data é vivida de forma especial aqui em França. Este fim-de-semana há dezenas e até centenas de eventos para marcar esta data, não só organizadas por portugueses mas também por instituições francesas". Depois, agradeceu a Valérie Pécresse porque "esta celebração representa um reconhecimento da comunidade franco-portuguesa que contribui muito para o desenvolvimento de Portugal, mas também para o desenvolvimento da França".

Na sala estavam vários luso-eleitos, assim como Paulo Marques, presidente da associação de autarcas portugueses e de origem portuguesa.

Alain Lamassoure anunciou ao "LusoJornal" que a lista da UMP às eleições Europeias no círculo eleitoral de Paris "vai ter dois lusodescendentes": um deles é José do Nascimento, responsável pela ligação com as Federações da UMP e o outro é Geoffrey Carvalhinho, o jovem que foi candidato cabeça de lista pela UMP à Mairie de Pantin.

Encontro na Cantina Velha da Universidade de Lisboa

NO ÂMBITO das comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril, no passado dia 30 de Abril, decorreu um jantar mencontro na Cantina Velha da Universidade de Lisboa, son o lema "Juntar forças é preciso. "25 de Abril sempre".
Mário Simões Teles, capitão de Abril, convidado a usar da palavra, na altura própria proferiu a seguinte comunicação:

O "convite" para intervir neste encontro constitui um grande privilégio, na medida em que nos parece que muito do futuro do 25 de Abril passa por quem aqui está.

Companheiros e Amigos:
Escolhemos reflectir sobre três lições do 25 de Abril, na expectativa de que possam ser reconhecidas como úteis no momento difícil que atravessamos. Numa escolha em que procurámos ter presentes alguns dos mais prementes desafios com que nos defrontamos, as três lições que submetemos à vossa crítica são as seguintes: para proceder às mudanças não é preciso estar de acordo sobre tudo; o que é necessário é estar de acordo sobre a mudança essencial, a que permite depois outras; a seguir a uma mudança essencial, a pressa

pode revelar-se a maior inimiga; a realidade é sempre mais rica do que a que se depara à nossa vista Em seguida, faremos uma breve incursão por alguns desses dos desafios e fecharemos a congeminar maneiras de potenciar as acções conjuntas.

PRIMEIRA LIÇÃO

Para proceder às mudanças não é preciso estar de acordo sobre tudo; o que é necessário é estar de acordo sobre o essencial.
Em 1974 o consenso foi sobre o fim da Guerra Colonial, sobre a instauração das liberdades e da democracia e sobre a abertura do País ao exterior. Esse consenso resultou de um estudo atento da realidade do País e da forte convicção de que essa mudança - que ficou consubstanciada no articulado do programa do MFA - estava no pensamento de quase toda a gente, como veio a verificar-se. Na elaboração desse Programa pesaram sobremaneira as Teses e Conclusões do Congresso da Oposição Democrática realizado em Aveiro cerca de um ano antes. Esse acontecimento também serviu a muitos de revelador da brutalidade da repressão fascista e dos imensos sacrifícios que muitos homens e mulheres oposicionistas vinham fazendo ao longo de muitos anos e cuja urgência de lhes pôr fim contribuiu sobremaneira para caracterizar a mudança que se impunha.
Na aproximação ao que é essencial é determinante o carácter de urgência do que é preciso mudar; conseguida a mudança essencial, as restantes vão fazer-se depois pelo tempo adiante através do jogo democrático de quem se uniu para obter a mudança essencial e segundo as regras que a enformaram. A necessidade de hierarquização das mudanças é uma evidência em todas as situações.
Hoje, para definir a mudança contribui a urgência em acabar com o desemprego cuja persistência significa amputar gerações e, provavelmente, acabar com o País; com a urgência em acabar com a fome que já grassa e com o crescimento exponencial e a institucionalização do assistencialismo que daí resulta e com a vergonha que tudo isso nos traz. Por estas razões, entre outras, facilmente se chega à urgência de resolver o problema da dívida de uma forma radicalmente diferente da que tem vindo a ser seguida pelo poder. Pode dizer-se que a dívida funciona hoje como funcionou outrora a Guerra Colonial no estrangulamento do País. Para a qual também nos diziam que não havia alternativa.
No que toca ao conhecimento da situação do País, a nossa situação actual é bem mais favorável do que então, na medida em que já foi alcançado um conhecimento razoavelmente aprofundado da realidade que nos cerca, a interna e a externa, proporcionado pela vigência das liberdades de reunião e de expressão de pensamento de que temos usufruído. O esforço que as organizações que convocaram este encontro e das pessoas aqui presentes têm vindo a fazer nesse sentido está traduzido na formulação de políticas alternativas credíveis à política do poder actual. É certo que continuamos tolhidos pela falta de liberdade de pensamento em algumas camadas da população – Aquilino Ribeiro escreveu que «o português foi mais treinado a rezar do que a pensar» e que isso era um estigma; com o empobrecimento do País há que contar que desse lado a situação não vai evoluir para melhor.
Definir claramente o inimigo é condição necessária e a maior parte das vezes suficiente para se conseguir um acordo para a mudança – pressupõe-se, naturalmente, que a vontade de mudar é sincera. A genuína vontade de mudar o estado das coisas – «o estado a que isto chegou», nas palavras do Salgueiro Maia – constitui o primeiro e mais importante filtro que se nos depara quando procuramos definir o inimigo comum. Aos militares de Abril há que creditar a capacidade de substituir o inimigo que lhe estava assignado por força da sua condição: os movimentos de libertação das colónias deram lugar ao regime fascista como inimigo. Reconheça-se que mais difícil não podia ter sido. Hoje podemos afirmar que a clarividência dos que fizeram ver a importância de convergir com o «Movimento dos Capitães» assentou na percepção de que havia uma genuína vontade de mudança da parte deles, mesmo entre aqueles que exprimiam posições mais ou menos conservadoras.
Pareceu-nos oportuno tirar esta lição em conexão com a atitude perante o aparecimento do «Manifesto dos 74» preconizando a reestruturação da dívida. O apoio a esta iniciativa depende exclusivamente da percepção que se tiver da efectiva vontade de mudança dos seus subscritores – e para formar essa percepção conta em primeiro lugar o conteúdo da iniciativa - e pode em grande medida ser desligado de posições anteriores de cada um deles.

SEGUNDA LIÇÃO

A seguir à mudança essencial, a pressa de mudar o resto pode revelar-se a maior inimiga das mudanças a fazer.
A rapidez da passagem do corporativismo militar para a consciencialização política deixou muitos camaradas pelo caminho.
Tudo o que é novo leva o seu tempo a fazer; tudo é fruto de uma série infinita de pequenos passos e de «pequenos nadas». Sublinhar esta faceta dos processos parece-nos tanto mais importante quanto fomos induzidos durante demasiado tempo a supor que era possível viver «comprando tudo feito» - política que aliás foi promovida segundo o interesse de alguns, talvez até por receio daqueles que são capazes de fazer coisas...
Acima de tudo, a pressa pode ser inimiga das mudanças que se seguirão à mudança essencial. Deste modo, as regras em que devem enquadrar-se as acções subsequentes devem enformar essa própria mudança, sem prejuízo da ulterior livre expressão de opiniões divergentes. Assim foi com o Programa do MFA. O Programa do MFA nem sequer foi ideológico. Além das medidas imediatas evidentes - extinção imediata dos órgãos do poder da Ditadura e da polícia política, abolição da Censura e libertação dos presos políticos – estabeleceu que, desde logo, os próprios governos provisórios seriam constituídos exclusivamente por civis, o que só não aconteceu depois do primeiro porque os civis não se entenderam; e estabeleceu que haveria eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte no prazo de um ano, o que foi escrupulosamente cumprido com uma lei eleitoral que pede meças às melhores do mundo. A Constituição que temos pertence ao 25 de Abril, mas não foi elaborada em 25 de Abril.

TERCEIRA LIÇÃO

A realidade é sempre mais rica do que a que se depara à nossa vista.

Ainda alguns dias depois do dia 25 era possível encontrar gente – e da nossa – pelo menos tão surpreendida e estupefacta como nos é a revelada pela guarnição da nau capitânia no Canto Segundo quando, de velas enfunadas a caminho da cilada de Mombaça, se deparou de repente com a acção da Dione e das suas Nereidas a agitar as águas e a impedir a nau de entrar a barra fatal:
Que em vão assopra o vento, a vela inchando.
Põem no madeiro duro o brando peito

OUTRAS EM DERREDOR LEVANDO-A ESTAVAM

E da barra inimiga a desviavam.
O que levou o capitão-mor Gama a exclamar, quando se viu a salvo sem saber como:
Oh! Caso grande, estranho e não cuidado,
Oh! Milagre claríssimo e evidente
(Pelo desenrolar dessa história bem sabemos que o Poeta não acreditava em milagres...)
Poucos ou nenhuns diriam que o derrube da Ditadura ia ser obra

»

de um punhado de jovens oficiais das Forças Armadas. Não será muito difícil perceber porquê:
As FA eram o esteio do regime, tidas como completamente identificadas com o prosseguimento da Guerra Colonial, através da qual, se dizia em muitos círculos, os militares ganhavam vencimentos que não ganhariam sem a guerra na Metrópole era-se olhado com alguma desconfiança, nomeadamente por camadas da população com mais instrução e, nas colónias, por amplas camadas da população europeia;
Não era nada evidente para quem se batia pela instauração de uma democracia, que os militares viessem a aceitar um regime democrático – pelo contrário, pela lógica (aristotélica, acrescentamos nós) seriam sempre um obstáculo que seria necessário remover nesse caminho;
Em relação aos militares de Abril ainda havia uma desconfiança suplementar: éramos jovens.
Uma atitude muito atenta a tudo o que mexer na sociedade é tanto mais justificada quanto afinal a realidade se mostrou bem diferente e que a acção do MFA revelou até alguma originalidade.
De facto:
O MFA foi original porque conjugou a acção militar de derrube da Ditadura com um programa político próprio que apelou à congregação das forças populares para a instauração da Democracia;
O MFA foi original no que se refere à sua concepção do papel dos militares mais conscientes dentro das Forças Armadas, na medida em que ultrapassou os aspectos corporativos e agiu no plano político em consonância com a sociedade civil;
O MFA foi original porque conduziu um processo intrinsecamente democrático no seio de um sistema militar hierarquizado;
O MFA foi original porque não podendo deixar de fazer um golpe militar concebeu a sua estratégia e o seu Programa de forma a criar condições para a participação popular e assim desfazer não só o próprio golpe como combater o golpismo do general Spínola.
Naturalmente que o aparecimento destas características tem de ser creditado também à longa luta da Oposição contra a Ditadura, assente em imensos e indiscritíveis sacrifícios pessoais, incluindo de alguns dos aqui presentes, e em exemplos de grande dimensão humana.

DESAFIOS URGENTES

Os desafios que temos em mãos consistem em atacar as causas que conduziram à situação extremamente vulnerável em que o País se encontra. A menos de alguma distracção da minha parte em relação aos combates que as pessoas e as organizações aqui presentes têm vindo a conduzir, parece haver consenso sobre as três principais causas da situação precária com que nos confrontamos:
A criação da dívida e do défice e a correlativa questão da adesão ao euro;
A destruição da organização do Estado e a corrupção e a partidarite que engendra;
O colaboracionismo dos governantes com a finança internacional.
Umas breves palavras sobre cada um destes assuntos:
Em relação à dívida: o dinheiro que, provavelmente a mais, foi injectado no País só pode ter chegado às pessoas através dos bancos, visto que não se vai à Casa da Moeda buscar dinheiro – nem as pessoas nem as empresas. Além da irresponsabilidade do sector bancário na gestão de um negócio que é sistémico, isto é, que interage com tudo e com todos, os bancos levaram para os offshore parte do dinheiro que ganharam em juros ao longo de duas décadas e meia, outro gastaram-no mal gasto – por exemplo a financiar a construção de mais de um milhão de casas que estão devolutas e praticamente todas não exportáveis - outro espatifaram-no no casino da globalização. E os credores são eles?
Em relação ao Estado: é estulto pretender que, por uma espécie de passe de mágica, a desregulação que está associada ao funcionamento dos mercados financeiros, essencialmente especulativos, seja capaz de assegurar a cada individuo e à sua família a sua dignidade à luz dos direitos civilizacionais tão duramente conquistados no decurso da marcha da Humanidade. É impossível assegurar mecanismos de protecção social consistentes sem a existência de um Estado forte dedicado a esse objectivo.
Em relação ao colaboracionismo: O retrocesso económico e social em direcção ao empobrecimento

»

que está a ser pressionado do exterior recorre ao colaboracionismo das nossas elites governantes com a finança internacional. A atitude e a prática das lideranças que têm ocupado o poder já pouco têm a ver com o interesse nacional, em nada contribuem para o nosso prestígio como povo, antes dão sucessivos exemplos de menoridade cívica, de ausência de responsabilidade, de incapacidade, quer para o serviço público quer para as actividades especificamente económicas. Também por esta via o País suporta pesado ónus. Precisamos de um governo com gente determinada que se assuma como que o sindicato dos portugueses a discutir com os chamados credores e não como o representante dos credores no País.

A situação de completo enfeudamento à Europa a que a conjugação destas causas conduz, impede o País de se fazer de novo ao mundo pelo seu próprio pé. Ir pelo nosso pé implicará pelo menos:

Os nossos jovens irem integrados em empresas portuguesas em vez de irem empregados em empresas estrangeiras;

Ajudar-se a criar uma classe de empresários nacionais capazes de conduzirem negócios em qualquer parte (o conceito de empresário que estamos a usar não se refere àquele que fica incomodado por não ganhar o dinheiro, mas sim àquele que fica incomodado por não ganhar o trabalho);

Conseguir-se financiar e apoiar convenientemente empresas nacionais para trabalhar em qualquer parte e evitar-se que empresas nacionais concorram entre si em mercados externos;

Criar-se um forte ambiente solidário nacional através de um Estado forte, que se sobreponha à selva que são os mercados, cultivando os valores que são apanágio do lado do trabalho, que nos dão bem mais esperança do que os do sucesso individual a todo o custo;

Acabar-se com a promiscuidade entre funções públicas e privadas.

Tenha-se presente que evitar que estes e outros objectivos semelhantes sejam atingidos no nosso País é o fito de quem teme a nossa concorrência óbvia em todos os sítios por esse mundo fora em que há muito para fazer e, principalmente, onde deixámos raízes. À criação das dívidas soberanas não é alheia essa geoestratégia. Não por acaso, o que está a ser feito do lado do poder representa o contrário do que atrás se referiu que é preciso fazer.

Reganhar soberania nas relações do País com a Europa e com o Mundo passa por encarar a questão da dívida, do défice e da moeda, do fortalecimento do Estado e do combate ao colaboracionismo bem de frente. Ser soberano consiste na capacidade de escolher as próprias interdependências. Portugal fez-se ao mar e ao mundo para poder ser soberano. O País só conseguiu relacionar-se em pé de igualdade com os outros países da Europa quando conseguiu afastar-se dela e tanto melhor quanto mais longe conseguiu ir... Sobretudo para o nosso País ser soberano sempre foi o contrário de isolacionismo. Embora o processo histórico não seja extrapolável, nem por isso deixa de ser uma fonte de ensinamentos e de reflexão, visto que quem nele interveio foi gente como nós.

E ainda podemos contar com uma motivação extra para actuar na escala do Planeta, como nos lembra o professor António Borges Coelho: por a língua portuguesa ser uma das mais faladas no mundo, os Portugueses tampouco se podem alhear da marcha da humanidade.

VALORES BÁSICOS

Uma muito breve achega à maneira de se trabalhar em conjunto, recorrendo igualmente a algumas parcelas da herança de Abril e interpretando três conceitos cuja interdependência é evidente: organização, iniciativa e liderança.

Para responder aos desafios que se nos colocam, os que atrás referimos e outros, o mais importante são as acções que cada um de nós consegue realizar, ou individualmente, ou em combinação com companheiros, ou com companheiros nas organizações em que nos inserimos, fazendo valer as vocações próprias, desde que guiados por objectivos comuns. A liderança não decorre directamente das actividades de coordenação, antes há de resultar em primeiro lugar da capacidade de definir correctamente os objectivos e o inimigo e de concitar depois as pessoas à sua volta para o combate. Uma liderança prestigiada por esses atributos é imprescindível.

Nem temos grandes tradições de rigidez organizativa piramidal na nossa vida social e nos nossos ambientes produtivos e não costumamos dar-nos bem com espíritos estruturados sem juntas de diltação. Pelo contrário, das nossas aventuras marítimas devemos ter herdado a forçosa autonomia dos descobridores e dos capitães das armadas da carreira da Índia, de cujo sucesso de torna viagem o País viveu longamente. Todos se defrontaram permanentemente com ambientes impossíveis de prever à largada, que tiveram que ultrapassar por si mesmos, a muitos meses de Lisboa, bem longe das vistas do Rei. Até a minha geração na Marinha ainda é do tempo em que as comunicações com o Estado-Maior eram precárias. Após a largada das naus as guarnições tinham que se haver sozinhas.

Podemos até desconfiar que uma férrea disciplina não é um valor lá muito de Abril; digamos que de Abril é uma disciplina q.b. Se o povo, pelo menos o de Lisboa, tivesse acatado as instruções do Posto de Comando do MFA para ficar em casa, provavelmente as coisas teriam corrido de modo diferente e possivelmente pior. E já que mencionámos o povo de Lisboa, relembremos, de passagem, a curiosidade que consiste em a iluminura que encabeça a crónica de Fernão Lopes sobre a revolução de 1383-85 ser... um cravo, como nos fez ver o escritor Jorge Reis.

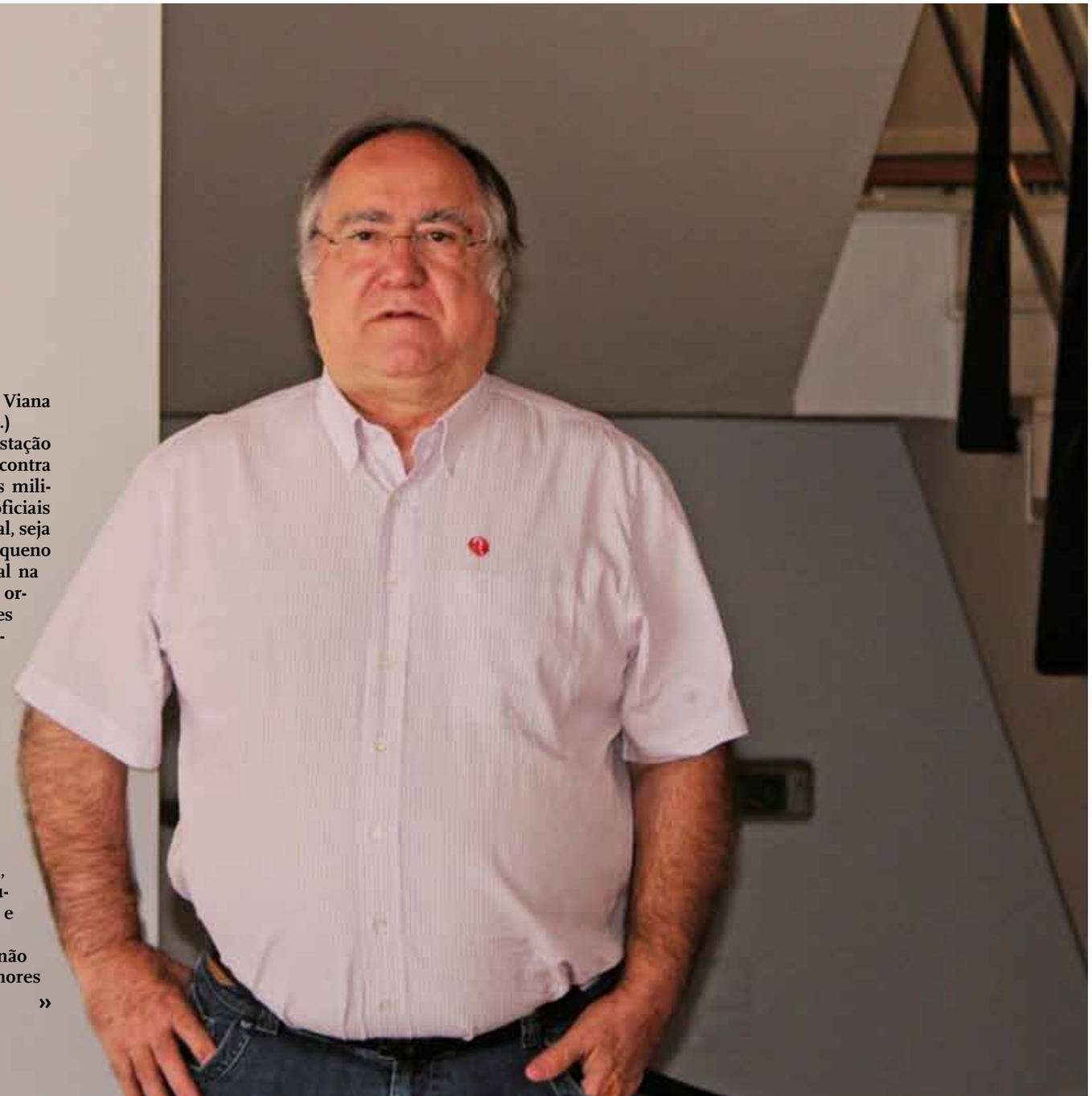
Os valores organizativos básicos do 25 de Abril são a clara definição dos objectivos e do inimigo assim como a autonomia na acção conjugada com a lealdade inquebrantável, ambos amparados em solidariedade permanente. A lealdade é para com o povo, os companheiros e o poder legalmente e legitimamente constituído – mas é bom lembrar a quem o exerce que mesmo esse só vem em terceiro lugar na hierarquia das nossas lealdades. Tem de ser assim porque que é à quebra de lealdades que podemos historicamente atribuir a fractura do MFA e, em última análise também e outra vez, «o estado a que isto chegou» nos dias de hoje. Não foi à indisciplina.

A terminar

Da simples circunstância de o 25 de Abril estar a ser comemorado por todo o País com força tão evidente 40 anos depois, é lícito extrair a funda convicção de que afinal veio para ficar.

Isto quer dizer que maior se torna a responsabilidade de cada um de nós e das nossas organizações.

PERCURSOS



VASCO LOURENÇO

PEDIRAM-ME UM PEQUENO TEXTO para integrar no livro "Percursos", organizado para as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril.
Isto levou-me a decidir relembrar o meu percurso pessoal, nesta aventura maravilhosa que foi, e é, o 25 de Abril, como está amplamente documentado em "Do Interior da Revolução" (2009, Âncora Editora, Lisboa).
Vindo da guerra decidido a não voltar lá e a tudo fazer para terminar com a ditadura em Portugal, estava a tratar da minha saída do Exército, quando fui desafiado para me integrar na resposta à organização do Congresso dos Combatentes. Estávamos em Abril de 1973 (o Congresso realizar-se-ia de 1 a 3 de Junho).Envolvi-me, nunca mais pensei em sair do Exército e não parei mais. Posso dizer que, a partir daí, foi um corrupio...
Na sequência da nossa contestação ao Congresso dos Combatentes, a publicação do decreto-lei n.º 459/73 veio fornecer-nos o instrumento que nos permitiu mobilizar e organizar para o que alguns ambicionavam há muito: derrubar a ditadura, implantar a liberdade e a democracia, resolver o problema colonial, pondo fim à guerra sem sentido e sem fim à vista que os ditadores continuavam a impor. (Mais que uma vez, referi que deveríamos fazer uma estátua ao ministro do Exército, general Sá Viana Rebelo, pela autoria do decreto em causa.)
Envolvidos nas várias acções de contestação que se faziam – exposições individuais contra o decreto, exposições verbais aos chefes militares, contactos mobilizadores com os oficiais prejudicados, em todo o território nacional, seja na Metrópole, seja nas colónias, - um pequeno grupo de oficiais, em encontro informal na Academia Militar (Gomes Freire), decide organizar uma reunião alargada de capitães e subalternos, onde tentaria fazer participar oficiais de todo o país. Foi assim que, como mais antigo, coordenei a equipa organizadora, juntamente com o Bicho Beatriz, o Carlos Camilo, o Carlos Clemente, o Diniz de Almeida e o Rosário Simões.
Foi uma reunião importantíssima, com alguns episódios trágico/cómicos no meio, mas que resultou em pleno: deu à luz o Movimento dos Capitães, escolheu a primeira Comissão Coordenadora provisória (onde, da comissão organizadora, apenas fiquei eu), fez aprovar um documento contestatário, assinado por cento e trinta e seis oficiais.
Porque foi a "primeira" das reuniões, não resisto a descrever com alguns pormenores

»

a situação em que me vi envolvido: recordo que nós marcámos o ponto de encontro/irradicação para os oficiais que fossem de Lisboa, do Centro e do Norte do País no jardim do Templo de Diana, em Évora. Para os idos do Sul, marcou-se uma bomba de gasolina, então existente junto à entrada de Évora. Preparámos um croqui (feito pelo Diniz de Almeida e reproduzido por mim, na minha unidade, o BRT, que viria a constituir o verdadeiro quartel-general da conspiração), que seria entregue a quem aparecesse, para os levar ao Monte Sobral.

Meticulosos, preparámos uma lista de distribuição dos croquis numerados (da responsabilidade do Bicho Beatriz) e marcámos o encontro para as 13 horas, sugerindo que não dessem nas vistas, com cumprimentos efusivos de quem se não via há muito, sem formação de grupos, desfasados no tempo, pois convinha não chegarmos todos à mesma hora.

Formámos uma comissão de contactos/recepção constituída por oficiais dos diferentes cursos/anos da Academia, para que todos os que chegassem pudessem ser facilmente reconhecidos (lembro-me que para os mais modernos essa tarefa foi desempenhada pelo Marques Júnior).

Pessoalmente, combinei com o Bicho Beatriz e o Camilo almoçar em Montemor-o-Novo, levando no meu carro o Melo de Carvalho. Apontámos para chegar precisamente às 13 horas.

Pois bem, ao chegarmos, sairmos dos carros e dirigirmo-nos para o jardim, vemos chegar um Mercedes preto com matrícula militar. "Que é isto?", pergunto. "É o general comandante da Região Militar", diz-me um deles que o conhecia. Já com a pedra no sapato, avançámos, mas eis que surge um novo Mercedes preto com matrícula militar. Dele sai um fulano e o Bicho Beatriz exclama. "É o segundo comandante da Região Militar e conhece-me." E, zás! Mete-se no seu carro e zarparam, ele e o Camilo, levando consigo os croquis numerados e a lista de distribuição!

Rapidamente regresso ao meu carro e peço ao Melo de Carvalho para me ajudar a dobrar os croquis de reserva, não numerados, que tinha comigo.

Com os croquis nos bolsos, avanço para o jardim e deparo-me com uma situação extraordinariamente caricata – as ruas do jardim pejadas de jovens de vinte e poucos anos, cabelos curtos (estávamos na época dos Beatles, de cabelo comprido), a passear de um lado para o outro, em pequenos grupos de dois ou três, passando uns pelos outros, fingindo não se conhecerem.

Entro pelo jardim adentro, pego nos croquis, não respondo aos cumprimentos e, enquanto entrego um croqui à generalidade deles, vou dizendo: "Desaparece, desaparece, desaparece!"

E de repente, aqueles jovens começam a dirigir-se aos carros estacionados na zona e... zum, zum, zum, desaparecem num instante e o jardim fica apenas com a minha presença e as dos elementos da comissão de recepção, que procuram espalhar-se, como se não se conhecessem uns aos outros.

Ficámos, encaminhámos os que foram chegando e às 14 horas os outros partiram e fiquei eu, junto do meu Datsun 1200 com o capô aberto, senha para quem chegasse e não conhecesse ou fosse conhecido por ninguém.

E os oficiais generais, comandantes da Região Militar? Que faziam? Perguntar-se-á.

Pois bem, estava eu junto ao Datsun, quando cerca das 14 e 15 avança na minha direcção um pequeno grupo, com os dois generais e dois oficiais por mim conhecidos (um, o major Gaspar, autor de estórias/anedotas várias, fora quem nos denunciara aos generais).

Penso rapidamente, decido tirar-lhes uma fotografia, com o Templo de Diana por fundo. Passaram junto de mim, sem me interpelarem, nunca me apareceu a fotografia, quando revelei o rolo. Não sei se, com a atrapalhação, não tirei a tampa da objectiva...

Às 14 e 30 abandonei o Templo de Diana, dirigi-me ao Monte Sobral e fui para a mesa moderar a reunião.

Dois dias depois, o Celestino Garcia, primo do Diniz de Almeida, que nos cedera as instalações, descobriu o "pide" da zona, a vasculhar as instalações, na procura de indícios do que ali se passara.

Após o sucesso dessa reunião, as reuniões sucederam-se. Sempre marcadas e organizadas por mim, onde funcionei sempre como moderador.

Foram muitas, umas mais significativas e importantes, outras menos, quase de "rotina", mas igualmente importantes para a implantação e a consolidação do Movimento.

Das mais importantes, depois de Alcáçovas, recordo a restrita com oficiais de Engenharia, na Direcção da respectiva Arma, onde, em ligação com o Nuno Pinto Soares, eu e o Hugo dos Santos introduzimos os engenheiros no Movimento (fins de Setembro).

Logo depois, em 6 de Outubro, a célebre reunião simultânea em quatro locais, na zona da Grande Lisboa, onde, com uma "golpaça" minha, aprovámos a assinatura dos pedidos individuais de demissão do Exército.

Mas também a de Aveiras, onde obtenho condições para me opor ao Mariz Fernandes, que aparecera a propor um "cheque em branco" ao novo governo, empossado depois das "eleições" de fins de Outubro. (Ainda há cerca de dois anos um dos intervenientes, o Joaquim Correia Bernardo, oficial da EPC, recordava num artigo a minha intervenção, onde afirmei que tínhamos de nos preparar para uma intervenção militar e, virando-me para os oficiais da EPC aí presentes - Salgueiro Maia, Correia Bernardo e mais dois - lhes disse: "E vocês vão ter um papel importante! Se for necessário, eu irei comandar um esquadrão, mas preparem-se, pois não vai tardar muito!".)

Verifica-se, então, uma cisão – a única havida no Movimento, durante a conspiração – com o grupo do Mariz Fernandes que, a partir daí vai ligar-se ao subsecretário do Exército Viana de Lemos, mantendo-o relativamente informado das movimentações que íamos fazendo.

Muito importante é também a reunião de São Pedro do Estoril, a 24 de Novembro, onde definimos a agenda para a reunião plenária que se impunha, para resolver a questão da dissolução da Comissão Coordenadora provisória e definir os futuros passos a dar. Reunião que foi mais importante do que o que se previa, com a participação do tenente-coronel Atayde Banazol, que incendiou o ânimo dos participantes, com as propostas de intervenção militar imediata que aí fez. (Longe estávamos, então, de saber como a História poderia ter sido diferente se a Fátima Fonseca Ribeiro, irmã do amigo do Bysmark , que nos tinha arranjado a casa para a reunião, casa que esta aproveitara para em tempos ter guardado explosivos da LUAR, tivesse cedido às torturas a que a PIDE/DGS a submetia nesse dia 24, pois a prendera nas vésperas, na sequência da prisão do Palma Inácio. "Pagámos-lhe" com a sua libertação de Caxias, no dia 26 de Abril!)

Seguiu-se a reunião de Óbidos, no dia 1 de Dezembro, que viria a ser uma das três principais reuniões clandestinas (depois da de 9 de Setembro, a que se juntaria posteriormente a de 5 de Março de 1974, em Cascais).

Nessa reunião, onde voltou a participar o Atayde Banazol, elegeu-se a Comissão Coordenadora, decidiu-se alargar o Movimento à Armada e à Força Aérea e escolheram-se os "chefes" a convidar para líderes do Movimento (Costa Gomes e António de Spínola, com enorme vantagem do primeiro). E, decisão principal, numa acesa e dura discussão, é aprovado continuar a luta legal, ainda que ficasse claro que o terreno estava mais que preparado para uma futura acção militar.

Vem, logo se de seguida a reunião de 5 de Dezembro, na Costa da Caparica, onde a Comissão Coordenadora eleita em Óbidos reúne pela primeira vez, chamando mais alguns oficiais, nomeadamente do Norte do País.

»

Vasco Gonçalves, que presidira à reunião de fins de Setembro na Direcção da Arma de Engenharia, volta às reuniões, novamente – como mais graduado – a presidir, comigo, como sempre, como moderador.
Voltei a levar o Banazol, o que me valeu algumas duras críticas, e assistimos ao episódio caricato de um dos representantes da Cavalaria, o major Saraiva, se ter revelado escandalizado pelo que ali ouvia e ter saído da reunião. Momentos conturbados, após os quais, definimos a futura estrutura da Comissão Coordenadora, bem como as respectivas responsabilidades e escolhemos a Direcção do Movimento: Vítor Alves, responsável pela ligação à Armada e Força Aérea; Otelo, responsável pelo secretariado; Vasco Lourenço, responsável pela ligação e pela estrutura operacional, para o que foi criada uma comissão específica de estudo de situação.
Pouco depois, fomos surpreendidos pela chamada kaulzada, tentativa de Kaúlza de Arriaga, juntamente com mais três generais (Luz Cunha, Silvino Silvério Marques e Troni), nos arrastar para uma acção de golpe de extrema-direita.
Foram momentos dramáticos, que me obrigaram a actuar, mesmo ao arrepio da recente escolhida Direcção, em ligação com os elementos de um grupo que vinha de trás, o grupo das "unidades com força", que vinha fazendo contactos no sentido de alargar o Movimento a oficiais mais graduados. Contactados pelo coronel Frade Júnior, que os tenta aliciar em nome dos generais, relatam-me os contactos e as propostas e aceitam que eu tratasse de fazer abortar a tentativa. Rapidamente obtive a prevista audiência com Costa Gomes, a quem, em 14 de Dezembro, denuncio o golpe. Desilude-me, pois não mostra grande preocupação, apesar da gravidade das informações que um capitão que não conhecia pessoalmente lhe transmitia, Concorda em que eu informe igualmente António de Spínola, indigitado para seu número dois, como vice-chefe do Estado-Maior General.
Vencendo a enorme antipatia que tinha para com Spínola – regressara em 1971 da Guiné, depois de recusar um convite pessoal para jantar com ele – recorro ao Carlos Fabião, com quem me encontro no dia seguinte (15) e a quem apresento a situação e a imperiosa necessidade de me pôr em contacto com Spínola. Depois de um telefonema para casa do general do monóculo, combinamos um encontro no Estado-Maior General, na Cova da Moura.
Ultrapassada a surpresa de Spínola, quando me viu, este viria a confirmar as informações que lhe levávamos, no que respeitava às razões apontadas pelo Kaúlza para o considerar, tal como a Costa Gomes, um dos inimigos a eliminar. Mas, apesar disso, fica-se por nos aconselhar a estar atentos ao discurso que iria proferir, dali a um mês, mais propriamente quando tomasse posse, a 15 de Janeiro, do cargo para que fora nomeado, o de vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.
Após a sua retirada (o rápido encontro deu-se na rua, em frente ao EMGFA), Fabião e eu ficámos atónitos com a reacção de Spínola às minhas palavras: "Discurso, daqui a um mês? Mas, meu general, o golpe pode ser amanhã, pode estar a acontecer...!" Decidimos actuar.
Ainda estou a ver o Fabião a dizer-me: "O caricato da situação é que ninguém vai acreditar que eu não faço isto às ordens do "Velho" e o "Velho" não vai nunca perdoar-me que eu faça isto à revelia dele!"
E assim foi, na segunda-feira seguinte, dia 17 de Dezembro, enquanto eu acciono a ligação nas unidades, através do telefone, no sentido de os alertar para o facto de poder acontecer a tentativa de golpe, a que éramos completamente alheios, Fabião aproveitava o facto de ser chefe de um curso no Instituto de Altos Estudos Militares

»

para denunciar o golpe, perante uma plateia de duzentos majores.
A turbulência foi enorme, o curso foi interrompido/anulado, Kaúlza negou, Fabião foi colocado numa "prateleira" (Distrito de Recrutamento) em Braga, mas a kaulzada foi abortada.
Várias reuniões tive de fazer, para sarar e fechar algumas feridas abertas por estes episódios. Desde o ter-me explicado junto dos restantes elementos da Direcção, à ultrapassagem das acusações e respectivas reacções, aos pára-quedistas, pelas suas ligações a Kaúlza.
O facto é que tudo isto ajudou à aceleração do processo. Ainda haveria um episódio que me envolveu a mim e ao Diniz de Almeida, no "affair" Luís Banazol, pois os responsáveis pela Defesa Nacional, alertados pela PIDE/DGS, que nos seguia, convenceram-se que nós iríamos desencadear um golpe na noite de 22 para 23 de Dezembro. E lá fomos, os dois, dormir essa noite numa unidade militar da confiança do governo – eu no RC7, ele no BC5 – sendo no dia 23 levados à presença do Viana de Lemos que nos tentou mostrar o cartão amarelo.
Em fins de Dezembro, numa reunião em minha casa, decidimos avançar para a elaboração de um documento programático, de natureza política e para isso indigitámos o José Maria Moreira Azevedo.
O nosso percurso, no qual me integrava, continuava, com reuniões sucessivas, onde se definiam as regras da ligação, nomeadamente a atribuição de nomes código, a decisão de devolução dos pedidos de demissão recolhidos (já se considerava a sua necessidade dispensável, após o enorme "serviço" que isso prestara), se analisava o trabalho das várias subcomissões, com difusão de elementos interessantes (lembro-me de um com a Declaração Universal dos Direitos do Homem), enfim actividades de aumento da mobilização e consolidação da estrutura organizativa.
Coincidente com a tomada de posse de Spínola, a 14 de Janeiro, graves acontecimentos se dão em Moçambique, fruto de um ataque a uma fazenda de brancos em Vila Pery. As manifestações dos colonos contra os militares dão-nos um excelente pretexto para demonstrar que uma nova Índia se aproximava, com os militares a serem utilizados como "bode expiatório".
É uma situação em que, em estreito contacto com os oficiais do Movimento em Moçambique, aproveitámos para intensificar a mobilização de mais militares, sensíveis às injustas acusações de que estavam a ser alvo.
Isso leva-nos a, na ausência de Costa Gomes que fora a Moçambique inteirar-se da situação, contactarmos Spínola – fui, juntamente com o Otelo – a quem demos conhecimento da nossa posição, com a divulgação de um duro comunicado. Comunicado para o qual obtivemos o apoio, ainda que não público e declarado do general vice-chefe.
Com o agravamento das tensões, aprovámos na generalidade o documento elaborado por José Maria Moreira Azevedo, ainda que este não ficasse muito satisfeito, pois pretendia ir mais além, no campo político.
Documento que seria apresentado (no dia 6 de Fevereiro) em reunião alargada, em casa do coronel Marcelino Marques. Aí se estrearam em reuniões o Melo Antunes, o Garcia dos Santos, o Franco Charais e o Costa Braz.
Reunião que se revelaria altamente importante, pois aí seria recusado o documento apresentado, porque considerado muito aquém do necessário, nomeadamente no seu cariz muito militar e pouco político. Com a reacção intempestiva do Moreira Azevedo, que se via "acusado" de apresentar um documento do tipo do que ele tentara não elaborar e não apresentar um documento do tipo que ele, concretamente, quisera fazer aprovar na reunião preparatória.
Não foi fácil, para mim, fazer regressar o José Maria à reunião, mas os argumentos de que a táctica utilizada conseguira atingir os seus objectivos, muito para além do que ele ambicionara, lá o convenceram a aceitar integrar a comissão que ali foi formada e encarregada de elaborar um novo documento.
O conhecimento de tudo isto faz Spínola acelerar a saída do seu livro "Portugal e o Futuro", pois não queria deixar-se ultrapassar pelo Movimento.

Publicação que o Movimento aproveita para mobilizar os mais reticentes e medrosos. Sempre eram dois generais, os primeiros dois da estrutura de comando, pois Costa Gomes apoiara a publicação, a assumirem posições públicas próximas dos objectivos que o Movimento vinha defendendo.
Tudo isto nos faz sentir a necessidade de acelerar o processo, preparando uma grande reunião onde iríamos fazer as propostas finais, no que concerne às acções concretas e ao programa político.
Naturalmente, tudo isto custou bastante mais do que fazer esta pequena narrativa, sendo de salientar, entre as várias reuniões e iniciativas, a que nos levou à ligação com os oficiais oriundos de milicianos, os autoproclamados "espúrios" quando do início do Movimento. Confiantes na garantia que Spínola lhes dera, quando em 20 de Janeiro os recebera e lhes prometera defender os seu interesses, aceitam discutir com o Movimento o essencial do que unia os dois grupos, procurando unir esforços.
Pessoalmente, é provavelmente a única reunião, de âmbito geral, pois excluo algumas específicas para discussão do Programa, em que não participei. Uma arreliadora gripe isso impediu. Situação que viria a ter alguma importância no futuro, pois esses oficiais, depois do 25 de Abril, acusaram-nos de não cumprir os compromissos aí assumidos por Hugo dos Santos. Situação que nunca consegui esclarecer devidamente, pois o que eles diziam é que o Hugo dos Santos lhes prometera tudo o que o decreto 453/73 continha. Como se isso fosse possível...
Feita uma reunião alargada, com delegados dos pára-quedistas e da Força Aérea, bem como das principais unidades do Exército, no dia 25 de Fevereiro (desta vez, em cada do Otelo), aprovaram-se as bases do documento que irá ser apresentado na reunião plenária que se preparava. Ficou decidido que os vários delegados me fariam chegar quaisquer objecções ou propostas de alteração, até dia 3 de Março, pois a reunião plenária »

ficara desde logo marcada para 5 de Março. São ainda tomadas algumas medidas de segurança, bem como (re)decidido reagir a qualquer represália exercida sobre qualquer dos oficiais do Movimento.
Importante ainda foi a decisão de alargar a organização do Movimento, com a criação de Comissões Regionais, que se fariam representar nas futuras reuniões da Comissão Coordenadora, substituindo assim os elementos que, de forma ad hoc, o vinham fazendo. Decisão que a evolução dos acontecimentos viria a tornar inexequível.
Foi um período de intensas reuniões de que destaco a de 28 de Fevereiro (esta, em cada do Vítor Alves), com os representantes da Engenharia, que ficaram responsáveis por elaborar o calendário das acções a desenvolver.
Entretanto, no âmbito da comissão de redacção do programa, discute-se o documento a apresentar em 5 de Março, com a Armada a dizer que eles iriam estar presentes apenas como observadores (continuavam a desconfiar do carácter pouco progressista do documento) e a Força Aérea a discordar da solução preconizada para a questão colonial.
Na véspera da grande reunião, isto é, no dia 4 de Março, reunimos em casa do Luís Macedo (o seu pai, oficial general em Angola, mal sabia que a sua casa estava a ser utilizada para reuniões clandestinas). Havia que preparar a reunião do dia seguinte.
A informação de que Marcelo Caetano iria no dia seguinte à Assembleia Nacional exigir a clarificação de atitudes face à política colonial, com o livro de Spínola como pano de fundo, leva-nos a admitir que Spínola possa ser preso. Decidimos, por isso, contactar pessoalmente o general, depois de garantirmos que a EPC lhe daria abrigo, se fosse necessário. Vamos, então, o Otelo e eu, a casa de Spínola, eram 11 horas da noite.
Mais uma desilusão, mais um balde de água fria: Spínola recebe-nos em roupão e, perante as nossas posições, reage, dizendo não acreditar que o

prendessem, mas, se isso acontecesse, nós deveríamos fazer uma manifestação, fardados e com condecorações, pois ele tinha amigos no governo (nomeou Veiga Simão) que tomariam posições. De qualquer forma, recusou firmemente a hipótese que nós lhe colocámos, de se instalar numa unidade militar, especificamente a EPC, para ver se eles tinham a coragem de o lá ir prender.
E, no dia 5 de Março, aí vem a que viria ser a ser a última grande reunião. Marcada para Cascais, no atelier do arquitecto Braula Reis, tomei algumas medidas de maior segurança. Assim, marquei o ponto de encontro dos delegados para uma série de cafés de Lisboa, com a indicação de os elementos do esquema de ligação, presentes em cada um desses locais, encaminharem os delegados vindos de todo o País para um edifício situado nas ruas Braancamp/Castilho (o "Franjinhas"), onde fora alugada, pelo Otelo, uma sala para um encontro de antigos alunos do Liceu Gil Vicente aí combinarem uma excursão.
Entretanto, decidimos, eu e o Otelo, dividirmos entre nós o contacto com os elementos da ligação nos vários cafés/pontos de encontro , antes da hora marcada para o encontro nesses locais, a fim de alterarmos os procedimentos: em vez de enviarem os delegados para o "Franjinhas" enviá-los-iam para Cascais, para um edifício situado no número 7-B da rua Visconde da Luz. Depois, encontrar-nos-íamos junto ao "Franjinhas", onde o Otelo estaria mais cedo (para isso ficou com menos cafés à sua responsabilidade), para encaminhar devidamente algum delegado que tivesse "fugido" à boa orientação para Cascais. Quando chego, ouço o Otelo dizer-me que tudo estava calmo, sem problemas, não aparecera ninguém.
Decidimos que, enquanto ele se dirige para Cascais, eu subiria ao andar do "Franjinhas" onde se alugara a sala, para anular a marcação e pagar o que houvesse a pagar (recordo ter pago 500 escudos, o correspondente a uma hora).
Ao chegar à recepção e informar do meu propósito, sou surpreendido pela funcionária: "Mas, a sala está cheia!"
Acontecera, apenas, que o "Franjinhas" tinha entrada pelas duas ruas. O Otelo vigiara apenas uma, os delegados entraram pela outra.
Dirigi-me à sala indicada, onde sou recebido por cerca de vinte a trinta que me questionam: "Mas o que é isto? Nunca mais começa?" E, enquanto lhes faço sinais para se calarem e para a hipótese de escutas nas paredes, vou-lhes dizendo: "Mas não foram avisados de que a reunião foi adiada? Sim a reunião foi adiada, depois receberão indicação de nova data!" Ao mesmo tempo, peguei nuns papéis onde escrevi rapidamente a nova morada antecedida de "vão para aqui"...
Ultrapassado este percalço, dirigi-me a Cascais, onde vim a saber que tinha havido delegados que andaram a perguntar ao guarda-nocturno onde era a rua Visconde da Luz...
E lá fizemos a que viria a ser a última grande reunião conspirativa: num curto espaço para tanta gente, todos de pé, apinhados, distribuídos por duas pequenas salas, mais de cento e noventa oficiais (em representação de mais de quinhentos e cinquenta, no que se refere ao Movimento, para além dos "espúrios" que diziam representar mais de duzentos e dos doze da Força Aérea que diziam representar outros duzentos) discutiram bastante os vários temas, com tentativas dos spinolistas (é de notar que estavam "todos", reforçados pelos oriundos de milicianos, na única reunião do Movimento em que participaram) para impor o seu chefe, com os delegados da Força Aérea a assumirem que não aceitavam a declaração do direito dos povos à autodeterminação e independência.
Como resultado, foram aprovadas as medidas que se mostrariam fundamentais:
1. Elaborar um programa político, a pôr em prática quando se tomasse o poder.
2. Fazer um golpe militar, para tomada do poder.
3. Convidar os generais Costa Gomes e António de Spínola para chefes do Movimento, desde que aceitassem o programa a elaborar pelo Movimento.
4. Voto de confiança à Comissão Coordenadora e à Direcção do Movimento, para accionarem as medidas aprovadas, nomeadamente: dar corpo à comissão de redacção do Programa; convite aos-dois generais escolhidos; organização da acção militar.
5. Aprovação do documento ali apresentado "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação", que viria a ser subscrito por cento e dez dos presentes.
6. Definição das medidas de contacto com todo o Movimento, para a discussão e aprovação deste documento, sendo que foi estabelecido um prazo curto para as respostas me serem pessoalmente endereçadas (tudo através da rede de ligação).
Dali saídos, pusemos em marcha o esquema definido pelos delegados da Engenharia, nomeadamente pelo Pinto Soares, sem sabermos que os spinolistas, tinham lançado (no dia 7 de Março), ao arrepio do Movimento, uma subscrição de apoio ao seu general.
O que não vem a ter realização, quer uma coisa quer a outra, porque tudo se precipitou, quando a 8 de Março eu recebo ordem de transferência imediata (embarque marcado para dia 9) para o Quartel-General de Ponta Delgada.
Rapidamente sou informado de que havia mais três vítimas: o Carlos Clemente para a unidade de Angra do Heroísmo, o Antero Ribeiro da Silva para o Funchal e o David Martelo, que estava em Águeda, para Bragança.
De imediato se promoveu uma reunião alargada da Comissão Coordenadora, com a presença dos transferidos de Lisboa e três ou quatro oficiais da Armada. A casa do pai do Luís Macedo voltou a dar-nos guarida e a intensa discussão prolongou-se até às 3 horas da manhã.
Venceu a teoria de que o Movimento deveria desenvolver uma acção de força: impediria os oficiais de embarcarem para as Ilhas (procurava-se, assim, salvaguardar os "transferidos"), para o que promoveria o respectivo rapto.
Depois, às 16 horas, haveria uma manifestação dos oficiais do Movimento, fardados e com condecorações, no Terreiro do Paço, junto ao Ministério do Exército, onde seria entregue uma declaração de solidariedade para com os "raptados" e os "raptores".
A posição dos oficiais da Armada viria a criar uma nova situação: conseguiram convencer os oficiais do Exército a deixá-los contactar o ministro da Marinha e solicitar-lhe a sua intervenção. Isto, porque o consideravam um tipo porreiro...
O facto é que, chegado a casa às 5 horas da manhã, sou surpreendido por um telefonema: "Sai imediatamente de casa", diz-me o Sanches Osório, que se identificou sabendo que eu tinha o telefone sob escuta, "a diligência dos camaradas da Marinha, junto do ministro, deu barraca, declararam a situação de prevenção rigorosa (a última acontecera em 1 de Janeiro de 1962, quando do assalto ao quartel de Beja), estão a recolher todos os militares aos quartéis."
Perante isto, vesti-me, despedi-me da minha mulher (casados em plena conspiração, acabámos de festejar os 41 anos desse enlace) e dirigi-me ao encontro do Otelo, que ficara de me raptar, à minha saída de casa. Depois de uns pequenos sobressaltos, encontro-me em casa do Otelo, em Oeiras, de onde fizemos uns telefonemas para me encontrar esconderijo (o Otelo tinha de se apresentar imediatamente na sua unidade, a Academia Militar). Foi o Monge que nos arranjou um andar vago, pertença de uma sua tia, no mesmo prédio onde ele habitava, em Miraflores. Para lá me dirigi, apoiado com comida pela mulher do Manuel Monge, recebi a visita do Diniz de Almeida (que não se apresentou na sua unidade, em Penafiel, o que lhe custou a transferência compulsiva para a Figueira da Foz) e, ao fim da tarde, decidimos que o Movimento nos deveria entregar ao Exército.

»

Considerámos que estavam atingidos os objectivos fundamentais – prova de força, perante as autoridades militares, pois além do rapto de dois capitães, tinha havido mini-manifestações de apoio, junto dos comandantes das unidades – e decidimos que seria o Nuno Pinto Soares a entregar-nos. (O Nuno denunciara-se, nessa tarde, ao apresentar a sua demissão de oficial, em solidariedade com os raptados e os raptores.)
Foi cerca das 20 horas que batemos ao portão do Q.G. da RML, chamámos o oficial de serviço e informámos um ultra surpreendido alferes das nossas intenções.
Enquanto o Nuno dormiu no Q.G., eu e o Antero Ribeiro da Silva fomos conduzidos ao RC7, de onde nos levaram na manhã seguinte (10 de Março) para a Casa de Reclusão da Trafaria (o Nuno chegaria poucos minutos depois de nós).
Não vou contar os episódios, alguns bem caricatos, da nossa estadia na Trafaria.
No dia 15 (sábado) sou conduzido ao aeroporto, para o que exijo levem a minha mulher de quem me queria despedir, e embarco no avião da TAP para Ponta Delgada.
Aí chegado, faço questão de me apresentar ao comandante militar (o almirante Silva Braga) à civil e sem fazer a barba de oito dias.
Vários episódios poderia recordar, a começar no facto de o almirante me ter transmitido o comando do Q.G. na segunda-feira seguinte, em virtude de se ter deslocado a Angra do Heroísmo e ao Faial, acompanhado pelo seu chefe de Estado-Maior, e eu ser o oficial mais antigo que ficou no Q.G..
Recordo apenas que preparei tudo em São Miguel para actuar no que veio a ser o 25 de Abril (entretanto apoiado pelo Melo Antunes, que chegou ao Q.G. oito dias depois de mim).
Ao recebermos o telegrama do Otelo, com o código que lhe enviara através do Estevinho, capitão da Força Aérea, colocámos em marcha o nosso plano e... fizemos o "nosso" 25 de Abril, sem necessidade de atitudes drásticas.
Estabilizada a situação nos Açores, regressei no primeiro avião (saí de Ponta Delgada às 22 horas do dia 28) que veio para Lisboa, tendo tempo suficiente, durante a viagem, para me consolar do desgosto de não ter estado no comando das operações em Lisboa, mas procurando mentalizar-me para as enormes tarefas e responsabilidades que me aguardavam, quando mergulhasse na "cratera do vulcão".
Mas isso, todo o extraordinário percurso, toda a extraordinária e magnífica aventura que se seguiram, são contas de outro rosário.
É uma parte do percurso que fica por contar.
Rematarei apenas, afirmando que tenho muito orgulho, muita honra, no meu percurso, nas minhas atitudes e posições, e nos resultados obtidos.
Apesar de alguns erros, uns maiores outros menores, apesar de hoje me sentir profundamente desiludido com a actual situação, não duvido em afirmar que, nas mesmas circunstâncias, voltaria a actuar como actuei e a fazer o mesmo percurso.

CONCERTO PELO CORO DE SANTO AMARO DE OEIRAS

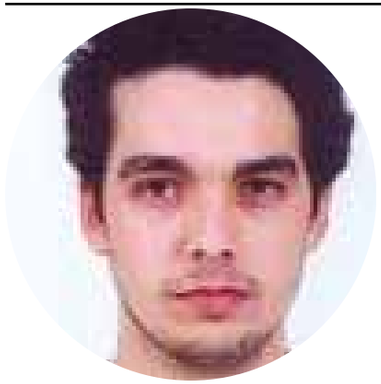
A CONVITE DA A25A e no âmbito das comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril, o Coro de Santo Amaro de Oeiras (CSAO) realizou um concerto no dia 21 de Junho, no anfiteatro do Centro Paroquial de Nova Oeiras, amavelmente disponibilizado pelo pároco, padre Nuno Westwood.
A inciativa teve o apoio logístico da Câmara Municipal de Oeiras na pessoa do vereador Carlos Morgado e da União das Juntas de Freguesia de Oeiras, Paço de Arcos e de Caxias através do respectivo presidente Nuno Campilho.
No município de Oeiras vivem muitos sócios da Associação 25 de Abril – militares e civis. Ter o CSAO respondido prontamente ao nosso convite para a realização deste concerto constitui um incentivo muito grande.
Assistiu-se a um espectáculo de elevada qualidade musical em que intervieram os três agrupamentos do CSAO. Foram apresentadas peças originais, compostas a propósito do 40.º aniversário do 25 de Abril, como os apresentadores, quer jovens quer adultos, fizeram questão de salientar.
Ao seu director, Paulo Cruz, foi expressado o reconhecimento da A25A, que aqui publicamente se reitera.

ITINERÁRIO DO 25 DE ABRIL NO PORTO

INTEGRADO nas comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril de 1974 e no âmbito do programa Itinerário 25 de Abril, promovido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH), realizou-se no Porto, em 5 de Junho de 2014, o itinerário correspondente a esta cidade com início no Quartel da Serra do Pilar – Regimento de Artilharia 5 (RAP 2 em 25 Abril de 1974), passando pela Praça da República (Quartel General da Região Militar do Norte), Bairro do Leal – SAAL, Sede da antiga ANP, Praça General Humberto Delgado (antiga Praça do Município), terminando no Museu Militar (antiga Sede da PIDE/DGS).
Entre as várias intervenções refere-se o testemunho do capitão de Abril, coronel Nuno Anselmo que lembrou a actividade desenvolvida pelos militares, oficiais sargentos e praças do RAP 2, na preparação e participação nas missões que foram atribuídas ao RAP 2 e como tal planeadas e preparadas (ocupação das pontes da Arrábida com uma bateria com material de artilharia – obuses – e de D. Luís com pessoal de uma companhia de artilharia que se encontrava mobilizada para o Ultramar e a ocupação do Centro Emissor de Miramar do Rádio Clube Português no Porto, com pessoal de outra companhia de artilharia que se encontrava também mobilizada) e posteriormente atribuídas ao longo do desenrolar dos acontecimentos (deslocação de parte do pessoal que ocupara a ponte D. Luís, para os Estúdios da RTP no Monte da Virgem e segurança do pessoal e das instalações da sede da PIDE/DGS, na noite de 25/26 de Abril de 1974).

COMO SERÁ O 25 DE ABRIL EM 2054 / INQUÈRITO

O INQUÉRITO PUBLICADO NA EDIÇÃO ANTERIOR A PÁGINAS 128 A 131, LAMENTAVELMENTE, SAIU TRUNCADO NAS RESPOSTAS DE MARIA JOÃO FARIA. POR ESSA RAZÃO, PEDIMOS DESCULPA À VISADA E AOS LEITORES, E AQUI REPUBLICAMOS AS PÁGINAS COMO DEVERIAM TER SAÍDO.

	Que ideia tem do 25 de Abril de 1974?	Considera que em 2054 os valores de Abril ainda terão influência sobre a sociedade portuguesa?	Como se expressarão essas influências?
 **Tiago Varzim,18 anos ,Curso de Jornalismo, 1º ano, ESCS de Lisboa**	Penso que a minha ideia do 25 de abril de 1974 assemelha-se à ideia da geração que nasceu no final do século: um golpe de estado que se tornou uma revolução, muito simbolizada pela ideia de não-violência a que corresponde o cravo, e também um acontecimento que foi o mais marcante do século XX português. A conquista da liberdade e da democracia é a ideia principal que qualquer jovem de hoje tem em mente quando pensa no 25 de abril.	Os valores de abril vão ter – sempre – influência sobre a sociedade portuguesa uma vez que se relacionam com a base dos princípios universais do ser humano. Daí que posso afirmar que os valores de abril vão estar, ainda que implicitamente (por se terem tornado em algo normal, felizmenete), na sociedade portuguesa – e não só – de 2054. A revolução será recordada como um momento fraturante na história de Portugal.	As influências vão ser um legado passado de geração para geração. Já ninguém questiona – e ainda bem – o direito à liberdade e à democracia. Tal como disse Winston Churchill – "A democracia é a pior forma de governo, exceto todas as outras que têm sido tentadas de tempos em tempos". A influência do sentido forte de democracia é inegável e estará sempre patente em qualquer sociedade que tenha tido uma transformação como esta.
Mylène Silva, 22 anos, Curso de Mestrado em Economia Social, Universidade do Minho	Uma revolução no sistema político de Portugal, uma revolução de valores na sociedade.	Acredito que sim, pela sua força enquanto marco histórico contudo quero acreditar que entretanto surgirão mais momentos históricos e revolucionários que vem reforçar a ideologia do 25 de Abril.	As influências serão nas mais diversas dimensões como a Educação, Cultura, História e Herança Cultural.

COMO SERÁ O 25 DE ABRIL EM 2054 / INQUÈRITO

	Que ideia tem do 25 de Abril de 1974?	Considera que em 2054 os valores de Abril ainda terão influência sobre a sociedade portuguesa?	Como se expressarão essas influências?
Maria João Faria, 20 Anos, 1º Ano da Licenciatura em Educação, Universidade do Minho	Com a Revolução dos Cravos em 1974, o povo português passou a ter a liberdade, construindo um sistema democrático. Porém, acho que se perderam alguns valores que são essenciais à sociedade, como o respeito, a capacidade e a possibilidade de participação (social e nas decisões que influenciam o destino do país).	Considero que em 2054 os valores de Abril continuarão atuais e vivos, pois apesar de atualmente estarmos a atravessar uma crise financeira e ética, a ditadura nunca será a solução para o país.	Na minha perspetiva, os valores do 25 de Abril influenciarão sempre a sociedade portuguesa, nomeadamente no que diz respeito à participação social, a fazer-se ouvir, lutando pela manutenção da democracia e a liberdade de opinião, que atualmente pretendem "amordaçar".
Fábio Gonçalves Lima, 19 Anos, 1º Ano da Licenciatura em Educação Universidade do Minho	O 25 de Abril de 1974 é um dos marcos mais importantes e emblemáticos da nação portuguesa. Foi aqui que deixamos de ser regidos por um estado Ditador e passamos a ter em Portugal um Estado que rege Democraticamente. Desde este momento, celebra-se todos os anos o 25 de Abril, dia declarado como feriado, um dia histórico, simbolizado pelos cravos. Importante de salientar é Salazar, que era o grande líder do sistema Ditatorial que existia.	Os valores deste marco histórico penso que não terão fim enquanto a sociedade tiver ela mesma valores. Esta data é um símbolo para Portugal, pois marcou um virar de página no país e nas mentalidades das pessoas. Penso portanto, que a sociedade nunca perderá a simbologia das coisas, e os símbolos, são valores seja em que momento da história for. A história fica sempre registada e terá sempre influência no "habitus" das pessoas.	A meu ver a principal forma que a sociedade vai usar para expressar essas influências continuará a ser o de festejar e dar valor a este dia, atribuindo-lhe assim um valor simbólico. Desta forma, continuaremos a ser influenciados pelos valores de 25 de Abril de 1974, pois a expressão desses valores nesta data permitir-nos-á sempre olhar o passado, vivendo o presente e perspectivando o futuro.

A Guiné, o 25 e Abril e o reconhecimento da sua independência

MANUEL DURAN CLEMENTE*

I- INTRODUÇÃO

A IDEIA LANÇADA de que a "revolta dos capitães" começou na Guiné não merece discussão. Têm tanta razão os que a defendem como os outros. A revolta começou em cada um de nós, o espaço não foi temporal nem fisicamente circunscrito a uma qualquer latitude, mas de facto a Guiné marcou muito os militares e era ressonante o seu efeito como um vulcão de conflitos e desafios.

Efectivamente na Guiné viviam-se tempos favoráveis à reflexão e ao debate. De forma mais aberta ou mais reservada a contestação convivia com a humidade e o calor tropicais. Seria injusto não reconhecer a quota-parte que se deve à personalidade do general Spinola na criação desse ambiente. As circunstâncias fizeram o resto; tornaram a colónia da Guiné um laboratório de experiências e de vivências particulares. Muito pelo seu clima, muito pelo seu tamanho, muito pelo abandono do colonizador e bastante pela forma de actuação do PAIGC e do seu líder Amílcar Cabral, cujo pensamento nos apaixonou e guiou a partir de certa altura.

Talvez se deva considerar, como primeira pedrada no charco, na Guiné-Bissau, a reacção e repúdio dos oficiais do Quadro Permanente ao Congresso dos Combatentes do Ultramar. Almeida Bruno, Dias de Lima, Monge, Otelo Saraiva de Carvalho

»

FOTO:FERNANDO FARINHA

e outros, puseram ao corrente o general Spínola do descontentamento que se apoderou dos oficiais em geral. Tratava-se dum Congresso, que mais não era do que uma encenação do governo com o aproveitamento de antigos oficiais milicianos, que desde 1961 haviam cumprido comissões militares no Ultramar. Esse descontentamento chegou a Lisboa pela via hierárquica mas não só. Chegou também a Ramalho Eanes, Hugo dos Santos e a Vasco Lourenço, que encabeçavam na Metrópole, um vasto movimento de protesto.
Quatrocentas assinaturas de oficiais do Q.P. assinaram em Bissau, protesto idêntico ao ocorrido no Continente. Um telegrama de Bissau foi enviado para o Porto, onde se realizaria o dito evento (de 1 a 3 de Junho de 1973), assinado por Marcelino da Mata e Rebordão de Brito (oficiais naturais da Guiné, ambos com a Torre e Espada) com o seguinte texto:
"Os oficiais do Q. P. Em serviço no teatro de operações da Guiné:
1. Não aceitam outros valores nem defendem outros interesses que não sejam os da Nação;
2. Não reconhecem aos organizadores do I Congresso dos Combatentes do Ultramar, e portanto ao próprio Congresso, a necessária representatividade;
3. Não participando nos trabalhos do Congresso, não admitem que pela sua não participação sejam definidas posições ou atitudes que possam ser imputadas à generalidade dos combatentes;
4. Por todas as razões formuladas se consideram e declaram totalmente alheios às conclusões do Congresso, independentemente do seu conteúdo ou da sua expressão."
A este propósito no seu livro "Alvorada em Abril" é com oportunidade que Otelo afirma a págs. 114: "Esta autêntica manifestação colectiva poderia ter constituído um sério sinal de alerta para o regime " que conclui o parágrafo dedicado ao Congresso, dizendo ainda "os jovens leões rugiram, mansos, a princípio. Ganhando consciência da sua força, foram deitando as garras de fora e, rugindo mais forte, lançaram-se ao ataque. A partir daí, quem poderia realmente travar o seu desenfreado galope?"
Estava pois criado o ambiente e lavrado o terreno para o que viria a seguir.

II-A CONSPIRAÇÃO

Na sua viagem para Bissau a 28 de Julho de 1973, Duran Clemente viria a escrever mais tarde no livro "30 anos do 25 de Abril - Jornadas de Reflexão" (Casa das Letras, 2005):
"O meu companheiro de viagem e de lugar no avião, que então me levou para a Guiné, foi o capitão piloto-aviador Pinto Ferreira. Ainda que contemporâneos na Academia Militar (1961/64) já não nos víamos há muitos anos. Fixava-me com olhar inquieto. Estava do lado da janela e nunca olhou o céu. Regressava após meses antes, ao seguir atrás do 'Fiat' do seu comandante, tenente-coronel Alves Brito, assistir ao desintegrar do avião em estilhas e chamas. Escapou porque ao ver o reflexo, de algo vindo do solo, guinou instintivamente o seu 'Fiat' (avião-parelha) que conduzia. Foi isto que me contou, acrescentando em desabafo: 'Vai ser difícil esquecer.'"
Na noite do dia 29 de Julho reuniram-se os oficiais a seguir designados no Agrupamento de Transmissões, depois de jantar: capitão Jorge Sales Golias (Engenheiro Transmissões), 2.º comandante do Agrupamento de Transmissões da Guiné; capitão Manuel Duran Clemente (Administração Militar), 2.º Comandante do Batalhão de Intendência da Guiné; capitão Carlos Matos Gomes (Comando), 2.º Comandante do Regimento de Comandos da Guiné; capitão Jorge Alves (Engenheiro FA); capitão José Tavares Coutinho (Engenheiro Transmissões), e capitão miliciano José Manuel Barroso, sobrinho de Mário Soares, em serviço no Comando Chefe próximo do Gabinete do general António Spínola, governador da colónia. A reunião moveu-se pela curiosidade em ser lido o documento (exposição/requerimento) entregue por Duran Clemente à hierarquia militar (quarenta páginas de papel selado) e que pelo seu teor de manifesto contestatário (e pelo facto do ter distribuído em Aveiro, em 8 de Abril, pelos congressistas da Oposição Democrática, onde esteve) tinha levado aquele capitão até Bissau.
Estavam este e outros militares muito preocupados com a situação nacional e com o uso dos oficiais do Q.P. (Quadros Permanentes). Havia a nítida noção de que estes estariam a tomar consciência, missão após missão, do logro em que os tinham metido. Mas era lento e doloroso o processo. Desta reunião resultou a criação de um "núcleo dinamizador" (António Spínola uns anos mais tarde apelidou-o de "célula soviética" no seu "Portugal sem Rumo") que nunca mais se desintegrou e funcionou curiosamente até ao Dia da Liberdade. Constituiria prioridade desse núcleo editar um documento, a distribuir por todos os oficiais das FFAA, no sentido de os sensibilizar, para o que se estava a passar, nos mais diversos aspectos e sectores da vida do País. Distribuíram-se tarefas. Cada um encarregava-se de uma matéria específica. Na reunião seguinte reflectir-se-ia sobre a forma de fazer chegar a informação aos camaradas militares, oficiais do Q.P., onde quer que se encontrassem, nas colónias ou na Metrópole. "Como obter os endereços de todos?" Era um dos desafios. Não foi preciso.
Graças à publicação do celebérrimo Decreto-Lei n.º 353/73 que facultava a "entrada de oficiais do Quadro Especial de Operações no Quadro Permanente através de curso intensivo na Academia Militar" os acontecimentos precipitam-se. A questão era saber aproveitar o facto. Assim o fez este núcleo dinamizador e agora, muito mais animados. Não se podia perder a oportunidade. Por isso, na segunda reunião, valeu a concentração na criatividade de acção possível para servir uma estratégia colocada em andamento. Não mais pararia.
Ainda não se conhecia bem o conteúdo do referido diploma. Constava que se aplicava às Armas operacionais de Infantaria, Artilharia e Cavalaria. E assim era. Só em meados de Agosto houve conhecimento do seu completo teor. Até aí, bastou adivinhar qual o seu espírito para que aquele brinde fosse recebido de braços abertos.
Havia que explorar com sucesso o "tremor de terra" que tal diploma casou no seio dos capitães. E assim foi. O núcleo entrou em acção. Promoveram-se reuniões. Espalhou-se a palavra para os capitães reunirem na Sala de Jogos do Clube Militar.
Confortou-se a "convocatória" com a adesão por solidariedade (e não só) dos capitães que mesmo não pertencendo às três Armas atingidas, deviam comparecer. Aconteceu a 17 de Agosto de 1973. Era sábado, às 16 horas, lá se encontraram mais de trinta capitães.
No espaço de oito dias, efectuaram-se mais três encontros realizados no Agrupamento de Transmissões.
Resultou dessas reuniões a decisão de endereçar uma "carta-protesto" ao Presidente da República, presidente do Conselho, ministros da Defesa e Exército, da Educação e secretário de Estado do Exército. O grupo de trabalho, encarregado de escrever o texto da mesma, foi constituído pelo recém-promovido major A. Almeida Coimbra, capitães J. Teixeira Branco, M. Duran Clemente e C. Matos Gomes.
Com a data de 28 de Agosto a referida carta teve as assinaturas de quarenta e seis capitães, recolhidas em Bissau e nas guarnições próximas (em sessenta e seis capitães possíveis em todo o território - CTIGuiné), às quais se juntaram ainda as de quatro subalternos (em estágio) e foram enviadas, por mão própria, através do capitão Ayala Botto, reforçando o envio por correio registado, para os destinatários a cinco de Setembro. O então capitão Otelo Saraiva de Carvalho pôs o seu serviço de secretariado em marcha para a tarefa de "bater a carta à máquina" em stencil (era assim, na ocasião, as fotocópias eram ainda raras). Igualmente se encarregou de comunicar aos capitães, em serviço no interior, o seu conteúdo e explicar-lhes a atitude de protesto colectivo,

»

como afirmação frontal do nosso descontentamento.

O Almeida Coimbra iniciou então o contacto com Hugo dos Santos (em Lisboa) de quem se passou a obter informação sobre o desenvolvimento dos acontecimentos na Metrópole.
Na sua primeira informação ficamos a saber que toda a actuação prevista aqui era fortemente tocada pela legalidade, pelo menos, aparentemente. Esta, e todas as informações que iam chegando, foram lidas nas reuniões de capitães que começaram a realizar-se periodicamente e numa das quais, ainda em Setembro, é eleita a primeira Comissão do Movimento de Capitães (e que daria o nome ao Movimento)[1], constituída por Duran Clemente, Matos Gomes, Almeida Coimbra e António Caetano (que mais tarde seria substituído por Sousa Pinto, o quinto mais votado). O núcleo preparou a reunião. Matos Gomes que tinha vindo a Lisboa trouxera, no regresso, alguns exemplares do recente livro de Sottomayor Cardia "Para uma Democracia Anticapitalista". Divulgou-se nessa reunião boa parte do seu conteúdo e o acto funcionou como campanha eleitoral. Valeu a eleição de dois capitães – os mais votados (Duran Clemente e Matos Gomes) do referido "núcleo dinamizador" para a aludida comissão. E se dúvidas houvesse ficou claro como o esclarecimento político acrescentava mais-valia à vontade de revolta.
Entretanto soube-se da reunião de Évora/Alcáçovas (9 de Setembro) onde se encontraram mais de cento e trinta oficiais do Q.P que subscreveram documento semelhante. Ficámos mais tranquilos porque a manifestação colectiva se alargava a quase duzentos capitães e no Continente a conspiração intensificava-se.
Foi deliberado que se desse conhecimento ao comandante militar da existência das reuniões. Achou-se que era melhor que soubesse pelos próprios capitães descontentes. Formalmente avançaram-se motivos profissionais como justificação. Ficou claro que só lhe era transmitido aquilo que se achasse conveniente. E assim aconteceu. Nessa primeira reunião e única que tivemos com o então comandante militar, brigadeiro Alberto Banazol (irmão do tenente-coronel Luís Ataíde Banazol), este saudou a atitude e deu-nos a devida autorização para reunirmos na Biblioteca do Quartel-General, instalada fora deste, no Batalhão de Intendência, situado em frente ao QG em Santa Luzia/Bissau. Assim e, acredita-se, distraidamente os capitães foram autorizados a conspirar... contra o sistema. Estará bem na lembrança (dos que tomaram parte numa destas primeiras reuniões já autorizadas e em Setembro) o papel da intervenção de Salgueiro Maia, vindo de Bula a Bissau de propósito para este encontro, foi exemplar ao dar-nos uma lição clarividente de como as nossas tropas se sentiam no mato, sem solução à vista. Foi um autêntico grito de ânimo e de estímulo para o Movimento prosseguir.
No entanto o comandante militar foi peremptório ao reprovar expressamente a manifestação colectiva que representou o envio e teor da carta-protesto subscrita em 28 de Agosto. Para mostrar aparente solidariedade com os capitães, foi ao ponto de os convidar para um lanche ajantarado em sua própria residência, o que veio a acontecer com a comparência da esmagadora maioria dos capitães, então disponíveis em Bissau. Tal jantar teve um final conturbado pelas intervenções acaloradas de Otelo Saraiva de Carvalho e de Duran Clemente, não só porque, à evidência de que as "altas esferas" estavam a deixar resvalar a Guiné, para um caso semelhante ao de Goa, Damão e Diu, o comandante militar, brigadeiro Alberto Banazol, respondia com evasivas e não disfarçava aproveitar-se do gesto de anfitrião e de máximo superior hierárquico (no Exército) para nos anestesiar e adormecer com a retórica habitual e a fundamentação oficial do regime. A partir daí, o comandante militar nunca mais teve informações desta Comissão Coordenadora de Bissau, mais por desinteresse seu do que nosso. Não consta que se preocupasse muito com os "ventos fortes" que corriam. Talvez não nos tenha levado a sério ou lá no fundo estivesse connosco, como (até) suspeitávamos.
Convirá recordar que a 6 de Agosto de 1973 o general Spinola regressara a Lisboa. Fim de missão, início de outros voos. Ficara célebre a sua frase de que "a solução na Guiné era política e não militar" enquanto Marcelo Caetano apregoava "prefiro um desastre militar a negociar com quem for". O seu lugar de governador e de comandante-

FOTO:FERNANDO FARINHA

»

FOTO: FERNANDO FARINHA

-chefe só seria preenchido em Setembro (dia 21) pelo general Betencourt Rodrigues. Este trouxe outra frase não menos infeliz e célebre: "Resistir até à exaustação dos meios".

Três dias depois da sua chegada, a 24 de Setembro de 1973,o PAIGC declara unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, em Madina do Boé (Gabu/sueste) de imediato reconhecida por setenta e dois países. Ninguém, militar ou civil, ficou insensível a este acontecimento.

Através dos militares que gozavam férias na Metrópole, ou dos que a esta voltavam por fim de missão (ou pelos que entretanto chegavam em início) ou ainda através de correspondência, já com linguagem um tanto codificada, as informações iam-se cruzando entre Bissau e Lisboa. O Hugo dos Santos passou a ser o "Pedro" e outros heterónimos deram à luz, por precaução, mais tarde justificada. A conspiração desenvolveu-se no sentido prioritário e fulcral de angariar o maior número possível de "adeptos para a causa do movimento". Trabalhou-se sempre em ligação e sintonia com a Coordenadora do Movimento de Capitães no Continente. O trabalho de sensibilização e de informação foi sendo feito com método e sistema. Os resultados iam sendo, entretanto, muito gratificantes, na medida em que paulatinamente se foi conquistando para o nosso lado a maioria de oficiais colocados em posições (de comando) estratégicas e essenciais para o que "desse e viesse".

A Marinha aderiu em força. Com a sua tradicional organização (meticulosa e serena) dispôs as suas pedras com todo o cuidado e aceitou o repto. Destacaram oficiais que passaram periodicamente a reunir-se connosco, para troca de informações e análise da situação. Inicialmente os primeiros tenentes Marques Pinto e Pessoa Brandão, logo seguidos de Manuel Bouza Serrano, Pedro Lauret e Rosado Pinto. A Força Aérea destacou desde sempre os capitães Jorge Alves e Faria Paulino e depois Sobral Bastos e Albano Pinela (pára-quedista). Em Outubro há oportunidade de efectuar uma reunião com catorze oficiais pilotos-aviadores do Q.P. Acompanhado de Faria Paulino, Duran Clemente tem um debate/esclarecimento com os aviadores descoroçoados. Lá estava também o companheiro dele na viagem Lisboa/Bissau, o Pinto Ferreira. O trauma da bola de fogo do companheiro perdido estaria a transformar-se iluminando as consciências. Como é sabido as acções militares da Força Aérea estavam praticamente paralisadas depois de nos primeiros meses de 1973, seis aviões entre Fiat, T6 e DO 27, terem sido abatidos, após a introdução de mísseis terra-ar Strella, na equipagem do PAIGC. Nesta reunião com os pilotos-aviadores, ficámos com a sensação de que quase todos, se não mesmo todos, tinham aderido ao Movimento, ou pelo menos, não lhe eram hostis. No Exército contávamos, cada vez, com mais aderentes à medida que íamos, progressivamente, com maior segurança, alargando a malha de contactos e de informações e consolidando as estruturas organizativas por cada unidade operacional.

Paralelamente um movimento de oficiais milicianos foi criado e acompanhou a actividade e iniciativas possíveis da contestação e conspiração do Movimento de Capitães. Como principais mentores e dinamizadores tinham (os ex-dirigentes das associação académica de Coimbra) agora os alferes milicianos Barros Moura, Celso Cruzeiro e o já referido capitão miliciano José M. Barroso, reflectindo curiosamente três tendências políticas diferentes.

Os ânimos confortaram-se ainda mais à medida que da Metrópole iam chegando as notícias da evolução do processo. A partir de Dezembro começa-se a ver mais claro qual o sentido do Movimento, após as reuniões que na Metrópole apontavam para a mais que provável decisão de "pegar em armas" para derrubar a situação. A "profecia" que Jorge Sales Golias lançara como repto em Agosto (na primeira reunião) "(...) quem sabe se isto só se resolve pela via armada!?" - que assustara alguns -, estava mais perto de se

»

realizar. Estavam os conspiradores convictos e preparados.
Também na Guiné foram conhecidas as três hipóteses, colocadas para reflexão (decisão) aos capitães na reunião de Óbidos (1 de Dezembro) e Caparica (5 de Dezembro):
a. - Conquista do poder para com uma Junta Militar criar no país as condições que possibilitem uma verdadeira expressão nacional;
b. -Dar oportunidade ao governo de se legitimar perante a Nação através de eleições livres, devidamente fiscalizadas pelo Exército, precedidas de um referendo sobre a política ultramarina;
c.-Utilizar reivindicações exclusivamente militares como forma de alcançar o prestígio do Exército e de pressão sobre o Governo.
Também soubemos, a seu tempo, da consequência do resultado do escrutínio e nele nos concentrámos para na Guiné dar o correspondente apoio como retaguarda e reforço.
A decisão de que na Guiné também optaríamos pela tomada de poder pelas armas já estava tomada há muito; daríamos no entanto a possibilidade à hierarquia militar no Comando Territorial Independente da Guiné para se pronunciar. Quem não estivesse connosco seria devolvido a Lisboa. No caso de insucesso das operações do Movimento em Portugal a nossa estratégia era a tomada de poder na mesma. Teríamos esse trunfo para jogar na defesa das nossas convicções. Por outras palavras, constituir-nos-íamos numa grande pedra no sapato e dor de cabeça para o governo português, com uma colónia sublevada. Para isso, tínhamos de ter o completo domínio do comando em todos os sectores e ramos das Forças Armadas instaladas no teatro de operações da Guiné. Iríamos ter.
Conseguiu-se ter, posição de força pronta a actuar, em todas as guarnições do CTIG. No final do ano de 1973 só nos faltava o Regimento de Paraquedistas que virá a aderir em Fevereiro de 1974, após o conhecimento do conteúdo do livro "Portugal e o Futuro" do general Spínola.
O comandante do Batalhão de Paraquedistas, major Mensurado, manda formar o Regimento. Faz uma palestra. Adverte os seus homens da eventual necessidade de terem de cometer uma acção de indisciplina a "Bem da Nação". Declarou: "Quem não estiver de acordo deve dar um passo em frente". Ninguém deu. Todos concordavam. Era a vontade dos povos a mandar!
Mesmo assim, veio a Lisboa, com um delegado do Movimento, perguntar pessoalmente ao general Spínola se "avalizava" o seu procedimento. Regressou aliviado e mais feliz. E o movimento também, porque era uma unidade indispensável. Antes, porém, houve de "travar" a ansiedade do tenente-coronel Luís Ataíde Banazol (que aqui e hoje sempre prestaremos homenagem pela sua atitude na reunião de Cascais em 24 de Novembro de 1973) e nas duas reuniões posteriores[2] e que ao chegar à Guiné, no final do ano de 1973, comandando o seu batalhão – que estacionou uns dias (Janeiro de 1974) na guarnição do Cumeré – antes de chegar ao seu destino, Bambadinca, queria tornar o poder ocupando o Palácio do Governo da Colónia. Após aturadas reuniões connosco, "os jovens e pálidos Capitães da Guiné", como ele se refere num dos seus livros, conseguimos dissuadi-lo. Sobre isso o Jorge Golias muito teve que contar, pois chefiou a delegação do Movimento que cumpriu a tarefa de o dissuadir. Tivemos oportunidade, mais tarde, de lhe prometer que seria dos primeiros a saber quando ganhássemos. E assim aconteceu. Foi imediatamente avisado na manhã de 25 de Abril.

Voltando aos primeiros meses do ano é de assinalar o seguinte e de forma resumida: estreitaram-se os contactos com Lisboa. Em Fevereiro Duran Clement, vem a Lisboa para contacto com Vasco Lourenço, em serviço numa unidade na Trafaria (Bat.Art). Nesse encontro foram actualizados os conhecimentos das situações. Mas da Guiné vinha um aviso firme dos seus capitães " (...) ou as coisas se resolvem em Portugal e depressa ou nós, capitães na Guiné, que temos tudo preparado para tomar conta da colónia, o faremos. Estamos mais que impacientes (...) não vamos depor as armas. Há vidas a defender. Mas tomaremos o poder e negociaremos (...) com quem for preciso". Era sabido que o pessoal na Guiné estava com acentuado nervosismo, embora consciente mas impaciente, e isso tinha sido claramente clamado por Sagueiro Maia que, em Outubro antes, regressara a Lisboa e fora colocado em Santarém. Vasco Lourenço apelou para que tivéssemos serenidade e afiançou que a "acção" se daria antes do 10 de Junho. Foi esse o recado do Movimento de Capitães no Continente que o mensageiro trouxe para o Movimento na Guiné[3].
Em 4 de Março avisamos Lisboa (Hugo dos Santos) de que os majores Casanova Ferreira e Manuel Monge regressavam à Metrópole no dia seguinte e estavam cheios de entusiasmo e algum voluntarismo. Denotavam extrema vontade de intervir. Haveria que dar o melhor enquadramento à sua dinâmica. Otelo distraiu-se do nosso aviso (já com Vasco Lourenço nos Açores) e ocorreu o 16 de Março. Conforme o próprio Otelo descreveria mais tarde é acossado por Casanova Ferreira, tem várias reuniões entre 12 e 15 de Março e precipitam-se à revelia do Movimento para o chamado golpe das Caldas.
[Como nota de rodapé esclareça-se que em finais de Dezembro, estes oficiais, com mais cinco oficiais superiores, entre estes o major Rodrigues Coelho, manifestam também adesão ao Movimento. Assinaram na nossa presença uma carta enviada ao general Spínola confortando a sua decisão e colocando-se ao seu dispor na mudança.]
Marcelo Caetano continuava nas suas conversas em família a tentar convencer-nos de que se podia fazer turismo nas nossas "províncias ultramarinas", mesmo na Guiné!!!
O semanário "Expresso" publica excertos duma dessas conversas em família lado a lado com retalhos do livro "Portugal e o Futuro" de António Spínola.
No princípio de Abril uma Delegação de Bissau ainda esteve com o Movimento em Lisboa e recebeu as últimas informações.

III-O 25 DE ABRIL NA GUINÉ E A TOMADA DE PODER

Na noite de 24 para 25 de Abril aguardámos (major Monção Fernandes, chefe do CHERET, Duran Clemente e Faria Paulino) no Centro de Comunicações do Quartel General de Bissau o contacto telefónico programado com Lisboa. Não chegou. Uma das poucas acções de retaliação da dita "Legião Portuguesa" foi o corte do cabo telefónico - na Rua de São Marçal, em Lisboa - que servia a Guiné. No meio da nossa ansiedade lá fomos sabendo do que se passava através das agências noticiosas France Press, Reuter e outras. Pouco a pouco as tele-impressoras foram ditando os acontecimentos e noticiando a "Alvorada de Abril" em inglês, francês e português. Exultamos. Pelas oito horas da manhã foram restabelecidos os contactos telefónicos com a capital. Imediatamente comunicámos a todos os membros da nossa coordenação o sucesso.
Aos nossos homens do Movimento, colocados em todas as guarnições da Guiné, e que estavam há dias alertados, foram dadas pela Coordenação de Bissau a indicação de transmitirem aos comandos que ou aceitavam a nova "ordem nacional" ou eram imediatamente substituídos. O poder na Guiné era já e a partir daqui do MFA da Guiné. Muito poucos comandos foram afastados, pois nas guarnições a maioria eram supervisionadas por capitães ou majores aderentes ao Movimento, quer nas próprias guarnições quer nos COPs (Comando Operacional) ou CAOPs (Comando de Agrupamento Operacional). Os contrariados, não aderentes, "marcharam" para

»

Bissau. Embarcariam para Lisboa dias depois.
Enquanto isso, propriamente no dia 25 de Abril, e em Bissau, já com todas as unidades submetidas ao Movimento, quer o Comando Chefe quer os comandantes militares, não tomaram posição de adesão ao mesmo. A PIDE /DGS não se manifestou pois não tinha qualquer força sem o apoio militar embora recebesse instruções de Spínola para continuar com as suas acções normais, mesmo contra os capitães revoltados. As unidades colocaram-se em alerta, prontas a avançar: Batalhão de Comandos, Batalhão de Pára-quedistas, Batalhão de Intendência, Grupo de Artilharia, Agrupamento de Transmissões e de Engenharia e outras.
No dia 26, de manhã, avançou a Companhia de Polícia Militar, comandada pelo capitão Sousa Pinto, que tomou pacificamente as instalações do Comando Chefe dando apoio a uma delegação do Movimento, composta por alguns oficiais da comissão coordenadora (J. Golias, M. Gomes e P. Brandão) e sobretudo com oficiais de impacto, como os comandantes do Regimento de Comandos (major Folques) e o do Regimento de Pára-quedistas (major Mensurado) e bem assim do tenente-coronel Mateus da Siva, que decidíramos iria ser o representante provisório da JSN. Foi interpelado o comandante-chefe, general Betencourt Rodrigues, que entretanto reunira todos os seus oficiais e aos quais se dirigiu "vencido mas não convencido". Ficou à nossa disposição e com outros oficiais que foram seleccionados, como não tendo aderido aos novos ventos da história, foram "convidados" a seguir, uns dias depois, por avião para Lisboa.
O MFA, antecipando-se a procedimentos tomados no continente, colocou o comodoro Almeida Brandão como comandante-chefe (interino) e, como já referido, o tenente-coronel Engenheiro Transmissões, Mateus da Silva, como representante "provisório" da JSN (Junta de Salvação Nacional), até 7 de Maio, quando chegou o tenente-coronel Carlos Fabião.
De Bissau partimos junto para os quatro cantos da colónia a fim de explicar aos militares o ponto de situação e consolidarmos a manutenção da disciplina e das novas hierarquias, tendo por base as delegações do MFA. Estas, já em embrião, seriam constituídas por um capitão, um representante dos sargentos e outro das praças, militares a serem confirmados em eleições. Quisemos reforçá-las instituindo regras de democratização no seio do MFA e começando a editar poucos dias depois um Boletim do MFA com notícias e orientações militares. Foram também publicadas normas especiais para os procedimentos a ter em sintonia com a coordenação de Bissau na tentativa, com sucesso, da institucionalização do MFA. E assim evitámos problemas maiores de disciplina ou qualquer outra natureza.

IV- A DESCOLONIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU

Carlos Fabião, graduado em brigadeiro, passou a ocupar o topo da hierarquia militar e governativa na ainda oficialmente considerada "província ultramarina". Desde a sua chegada, Carlos Fabião, surpreendentemente e contra o que se esperaria dum oficial tido como "spinolista" (e que levaria na sua bagagem directivas de Spínola), não mais deixa de colaborar com os militares do MFA local. Talvez se surpreendesse porque ao chegar a Bissau, ainda no aeroporto e num discurso de circunstância, declarou à rádio: "Por uma Guiné melhor num Portugal renovado". Chegados ao Palácio do Governo, os "capitães de Abril" (MFA-Guiné), após acesa discussão com Carlos Fabião, disseram-lhe que "a Guiné sua conhecida já não era a Guiné actual". Nesta conversa, até de madrugada, Fabião acabaria por reconhecer que se enganara e queria ter dito: "Por uma Guiné melhor e um Portugal renovado".
A sintonia iniciou-se depois deste episódio marcante. O MFA local constituído em Comissão Coordenadora, agora mais alargada, já integrava também oficiais da Armada e Força Aérea. Constituíam-na, da primeira hora, o major Almeida Coimbra, os capitães: Jorge Golias, Duran Clemente, Matos Gomes e Sousa Pinto, os oficiais da Armada, os primeiros-tenentes: Pessoa Brandão, Marques Pinto, Bouza Serrano e Rosado Pinto e os capitães da Força Aérea: Francisco Paulino, Victor Alves, Sobral Bastos e Albano Pinela. Ficaram permanentemente no gabinete do governador Almeida Coimbra e Jorge Golias pelo Exército, Faria Paulino pela Força Aérea e Pessoa Brandão pela Marinha.
No fundo esta Comissão alargada era constituída pelos militares, que desde Setembro de 1973, tinham operado e dirigido clandestinamente todas as acções. Do movimento de milicianos, que se erguera paralelamente com o desenvolvimento do MFA, intitulado de "Movimento Para a Paz", apraz destacar a importante contribuição de Barros Moura e de Celso Cruzeiro (advogados e alferes milicianos) na colaboração para soluções e acções subsequentes e na assistência também ao novo governador[4].
Todos os fins de tarde e durante mais de duas horas havia reunião com Carlos Fabião no Palácio do Governo. E isto perdurou bastante tempo mas muito aprendemos sobre os meandros da colónia trespassada a pé por aquele brioso oficial superior. Tinha sido instrutor de muitos guerrilheiros, enquanto militares das nossas tropas (NT). Dominava com à-vontade o crioulo e conhecia o terreno palmo a palmo.
Um dos primeiros problemas que tivemos de resolver, contrariando Spínola, em paralelo com a libertação dos presos políticos (na ilha das Galinhas), foi a detenção, mas também segurança, dos membros da PIDE, perante as ameaças de linchamento pela população. Houve manifestações e ameaças mas conseguiu-se controlar a justa causa popular, colocando-os a salvo e guardados no Campo de Instrução Militar do Cumeré a quilómetros da capital. A JSN queria que fossem integrados nos serviços de informações militares, o MFA na Guiné entendeu não haver condições para tal.
O jornal do sistema "A Voz da Guiné" e a sua empresa editora passaram a ser geridos por oficiais do MFA (Duran Clemente e Jorge Alves) e constituiu um excelente meio de esclarecimento ao longo de cinco meses, mudando de cor e de conteúdos.
No plano politico aguardava-se que o general Spínola, o novo governo português e o MFA nacional desbloqueassem a questão delicada de a Guiné-Bissau já se ter autodeclarado independente em 24 de Setembro de 1973. Felizmente as operações no mato foram suspensas depois do PAIGC estar certo das intenções revolucionárias do MFA.E não tardou muito que no ainda escaldante teatro de operações os antigos inimigos de armas começassem a festejar, em conjunto, o fim da guerra e a libertação.
Face às hesitações de Spínola, Carlos Fabião não receia ter um encontro clandestino com acreditados representantes do PAIGC. Encontros realizados em plena mata do Cantanhês guineense e que foram o advento do que acabaria por ser decidido. Foi um gesto patriótico pois não mais se entenderia que houvesse mortos após a alvorada de Abril.
O general Spínola teimava em deslocar-se a Bissau na esperança de realizar um dos seus Congressos do Povo. Chegou a enviar-nos mais de vinte mil cartazes/fotografias suas. Acabou por ser contrariada tamanha insensatez. No entanto, enquanto pôde gastou todas as suas munições contra o MFA da Guiné. O general mandou encerrar o jornal "Voz da Guiné" por não lhe agradar a linha editorial. Carlos Fabião não obedeceu a essa orientação. O general expulsou, em Agosto, um prestigiado jornalista (Joaquim Letria) da RTP por este ter feito uma entrevista

»

FOTO: FERNANDO FARINHA

(a Duran Clemente, Jorge Alves, Barros Moura e Rosado Pinto) que passara entretanto na televisão nacional com enorme audiência. Spínola convence o CEMGFA, general Costa Gomes, de que certos oficiais na Guiné estavam a contrariar as ordens da JSN e resolveu acrescentar que deviam ser punidos por "alta traição". Chamou a Lisboa estes oficiais e os que considerava mais perigosos para serem ouvidos e repreendidos. Carlos Fabião só permitiu a deslocação a Lisboa de Jorge Golias, Jorge Alves, Bouza Serrano e Barros Moura. Vieram e enfrentaram Costa Gomes (CEMGFA) num interrogatório intermitente de uma semana. Este perante a excelente argumentação apresentada, sobretudo por Barros Moura, decidiu mandá-los regressar em paz a Bissau para cumprirem a missão. Despediu-se, com algumas afirmações de louvor e de encorajamento pelas acções cometidas até então.

Entretanto tinham decorrido os encontros de Dakar (16 de Maio de 1974), de Londres (25 a 30 de Maio de 1974) e de Argel (14 de Junho de 1974) entre delegações portuguesas e da Guiné-Bissau, ao mais alto nível e acompanhadas por oficiais do MFA nacional. Melo Antunes, juntamente com Almada Contreiras e Pereira Pinto, vai a Bissau e tem reuniões preocupantes connosco; isto no princípio de Junho. Depara-se com a manifestação do nosso desagrado por não termos sido convidados para as reuniões essenciais de Dakar, Londres e de Argel. Enfrenta a nossa ainda mais forte resistência por não entendermos a dificuldade do reconhecimento "oficial de jure" da independência de uma nação já independente e reconhecida por cerca duma centena de países. A situação era "kafkiana"! Em Bissau realizou-se, em 1 de Julho, uma Assembleia com mais de mil militares afectos ao MFA, em que foi aprovada uma moção "exigindo o reconhecimento imediato da independência da Guiné e a preparação da transferência de poderes". Mas esta nossa pressão e a, não menos válida, de todas as entidades progressistas, nacionais

»

e internacionais, acabaram por ter o seu efeito com a difícil promulgação do Decreto-Lei 7/74 de 27 de Julho pelo então PR, que acabará por clarificar o Programa do MFA e reconhecer o direito das colónias à independência, derrogando o artigo 1.º da Constituição Política de 1933. Em 4 de Agosto é publicado o importante comunicado conjunto Portugal-ONU sobre a descolonização das colónias portuguesas. Para além do compromisso do governo português na cooperação com as Nações Unidas (ponto 1), na reafirmação do reconhecimento à autodeterminação e independência de todos os territórios ultramarinos (...), comprometendo-se a garantir plenamente a unidade e integridade de cada território (ponto 2), (...) no concernente à Guiné, no seu ponto 3) a: a)"O Governo português está pronto a reconhecer a República da Guiné-Bissau como Estado independente e está disposto a celebrar imediatamente acordos com a República da Guiné-Bissau para a transferência imediata da administração; b)Nestes termos, dará completo apoio ao pedido de admissão da Guiné-Bissau como membro das Nações Unidas (...)." Nos restantes pontos são individualizados os compromissos relativamente à autodeterminação e independência de cada uma das restantes colónias. Em 30 de Agosto é homologado o acordo de Argel assinado com o PAIGC. Finalmente em 10 de Setembro é assinada pelo PR, acompanhado pelo governo de Vasco Gonçalves e pelo MFA nacional, a declaração do reconhecimento "de jure" do Estado da Guiné-Bissau.
Na Guiné tudo se foi planificando em perfeita harmonia e diálogo com o PAIGC .Este foi nomeando os seus interlocutores para a concretização dos actos de transferência operados em Agosto e Setembro de forma faseada. As transmissões de poderes foram feitas, região a região, e decorreram sem incidentes e com a maior das dignidades até 15 de Outubro, data do regresso de Carlos Fabião (e das nossa ultimas tropas) a Lisboa.
Teve relevância especial a transmissão de poderes em Cacine, onde os militares portugueses assistiram pela primeira vez a filmes sobre o 25 de Abril facultados pelo PAIGC. E onde depois das cerimónias realizadas com toda a dignidade, em que com escoltas de tropas portuguesas e dos guerrilheiros, se arreou a bandeira de Portugal e se içou a bandeira da Guiné-Bissau. A seguir houve um almoço (bacalhau à Brás) numa das lanchas da nossa Armada com militares dum lado e de outro.
Nesses meses, também o regresso dos nossos militares, por avião ou barco, foi devidamente planeado e concretizou-se sem qualquer atrito. Os poucos portugueses e outros, sobretudo comerciantes libaneses, com vida firmada na colónia, nela continuaram. Não obstante alguns ligeiros actos de perturbação pouco sentidos, com raízes nas diferenças étnicas e na reivindicação de grupos políticos a um estatuto igual ao PAIGC, que lutara onze anos, nada de gravoso se passou, sempre com o nosso controlo e a melhor das colaborações dos altos dirigentes do PAIGC que se iam apresentando nas cidades transferidas e em Bissau. Destacam-se Juvêncio Gomes (futuro comissário da câmara de Bissau), Manuel dos Santos (comissário da Informação), Barros, A. Alcântara Buscardine (comissário da Segurança) e Comandante Julinho (comissário Militar) para além dum grupo de jovens simpatizantes do PAIGC, constituídos na CJUPP, que nos ajudaram na capital.
Em 24 de Setembro desse ano de 1974, o PAIGC, com notável esforço de organização, comemorou o seu primeiro ano de independência, em Madina do Boé, com a presença de centenas de convidados, num grandioso desfile de diversas organizações internas do PAIGC, cerimónia inesquecível a que alguns de nós (capitães de Abril) assistiríamos como convidados. Para além do presidente da OUA (Organização da Unidade Africana), estiveram presentes Presidentes ou representantes de vários estados independentes africanos e bem assim delegações amigas de países ou de organizações políticas cujas intervenções ecoaram a um sublime grito de Libertação. Por Portugal esteve Almeida Santos (PS), Jorge Campinos (PS), Dias Lourenço (PCP), Carlos Fabião (governador/JSN) e Hugo dos Santos, Duran Clemente e Faria Paulino representando o MFA. Entre outros presentes, é digno também destacar, o investigador e musicólogo Michel Giacometti.
Na sala redonda da construção localizada no preciso sítio da declaração de independência, um ano atrás, tendo por pano de fundo uma enorme fotografia de Amílcar Cabral, realizou-se uma conferência de imprensa dada por Manuel dos Santos, comissário da Informação, e por Luís Cabral, Presidente do Estado da Guiné Bissau.
Nessa tarde, de céu quente mas transparente, as pequenas aves africanas desenharam, com nitidez, lá no alto: "Cabral ka muri" (Cabral não morreu).
E nós destaparemos esta e outras memórias com a Liberdade de Abril e do nosso Abril de sempre!

Regressámos a Lisboa em 29 de Setembro de 1974 e integrámos de imediato a 5.ª Divisão do EMGFA, assim como aconteceu ou aconteceria com Jorge Alves, Bouza Serrano e Jorge Golias. "Missão Cumprida" é o último apontamento, rabiscado nas folhas amarelecidas do tempo eterno: passado, presente e futuro, guardadas pelo subscritor deste texto de muitos dos factos vividos na primeira pessoa.

* Coronel Ref. – "Capitão de Abril"

1 - Movimento de Capitães, ver declaração de Vasco Lourenço, "(...) na Guiné, ter sido feito um documento assinado por cinquenta e um oficiais e enviado para 'cima'. Aliás, é aí que nasce a denominação Movimento dos Capitães" ("O Referencial", n.º 112, Outubro-Dezembro de 2014)
2- Ver "Uma pedrada no charco" em Folha Informativa n.º 4 da ACR de Janeiro de 2014: "Na noite de 24 de Novembro de 1973, quarenta Capitães de Abril, reuniram-se numa casa em São Pedro do Estoril. Um momento que em particular incendiou de forma irreversível o MFA foi a intervenção do tenente-coronel Luís Atayde Banazol. Reproduzimos o que merece registo histórico: "(...) creio que estão a perder o que têm de bom: energia e tempo, organização e vontade. (...) O que vocês estão e todos nós, é agonizantes" (...) Estrangulados por um regime que nos conduz para o abismo, para a derrocada, como o têm feito todos os regimes fascistas (...) é preciso acabarmos de vez com a maldita guerra colonial, que nos consome tudo (...), incluindo a própria dignidade de militares profissionais de uma país civilizado, lançados, por um tenebroso conluio, hipócrita e assassínio. (...) E nós, que representamos a força das armas, por que esperamos? (...) Vemos todos os dias exemplos de coragem dos universitários que desarmados, enfrentam a polícia de choque, e não deixam amortecer um só dia a luta pela Liberdade. (...) Impõe-se a Revolução Armada desde já, seja qual for o seu preço e as suas consequências."
3- A acção de revolta na Guiné constituiria um plano B, no caso de as operações falharem na Metrópole. Só uns anos mais tarde Vítor Alves revela isso em entrevista ao "Expresso".
4- Não obstante a acção corajosa e correcta destes oficiais do MFA da Guiné a nenhum deles foi atribuída a Ordem da Liberdade. Mesmo Carlos Fabião só passados 30 anos (em 2004) recebeu esta distinção.

O IASFA pertence aos soldados de Portugal

FRUTUOSO PIRES MATEUS*

EM 18 DE JUNHO DE 2014, comemorou-se o 222º. Aniversário do lançamento da primeira pedra para a construção do Hospital Real de Inválidos Militares, em Runa, pela Princesa Maria Francisca Benedita, irmã da Rainha D. Maria I, hospital que se tem como a primeira obra social de assistência aos militares em Portugal.

O Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) sucedeu aos Serviços Sociais das Forças Armadas integrando no seu âmbito o Cofre de Previdência das Forças Armadas, bem como incorporando nos seus equipamentos sociais o Lar de Veteranos Militares, o Complexo Social de Oeiras e o Centro Médico e Educativo do Alfeite, os quais tomaram as designações de Centros de Apoio Social, conforme o estabelecido no Dec. Lei 284/95 de 30 de Outubro, no qual, houve o cuidado de não referir que a identidade da "entidade" Cofre de Previdência das Forças Armadas estava fortemente beliscada. Todavia, neste decreto-lei estão contempladas e expressas as definições de eneficários.

O IASFA é uma instituição de solidariedade social, de natureza e de espírito mutualista, para a qual todos os militares dos quadros permanentes, em qualquer situação, descontam uma parte dos seus vencimentos. Este facto concretiza um contributo financeiro com o qual, os militares auxiliam organizada e desinteressadamente os seus camaradas de armas ou os seus familiares dependentes, carenciados ou necessitados de um apoio especial e continuado de acordo com a sua situação social, física ou anímica.

Por isso e para isso, o IASFA é uma instituição de interesse público que assegura aos seus beneficiários prestações no campo da acção social complementar.

"Ali tereis socorro e forte esteio" é a divisa do IASFA. A missão do IASFA é (tem que ser) deduzida interpretando aquela divisa.

No campo da acção social complementar, a missão inclui o propósito de proteger e apoiar os beneficiários mais necessitados, para eles canalizando, com justiça e em tempo oportuno, o produto do trabalho de quem serve o IASFA e do contributo solidário dos militares das Forças Armadas.

A riqueza do ideal de solidariedade que está subjacente à actividade do IASFA só se consegue com trabalho e humildade, com constância e pureza de intenções visando o bem-estar dos outros.

Será que os conceitos expressos, até aqui, estão sendo cumpridos?

Continuando, a divisa do IASFA apela à solidariedade, atitude onde o bem comum prevalece sobre o interesse particular.

Quando o Homem conclui o seu ciclo de trabalho útil, quando "se reforma", chega a uma situação irreversível, pois refazer a vida, voltar ao princípio, é naturalmente impossível.

Assim sendo, a justiça e a moral aconselham a respeitar, de um modo especial as expectativas criadas pelo Homem ao longo da sua vida.

Aos militares e civis que serviram as Forças Armadas de Portugal, assiste-lhes o direito de serem respeitados e de usufruírem de um apoio social digno.

Na verdade, a missão cumprida envolveu os sentimentos vividos do seu País, da sua nação e da sua pátria. A família foi, continua a ser, quase sempre, sacrificada e, por isso, quem serve no IASFA tem o dever de acarinhar e apoiar os militares e as suas famílias que, necessitando, batam à sua porta e com um real apoio social complementar.

Desde 1995 parece haver "um não sei quê" contra a natureza e os fins da "obra social" das Forças Armadas pois quem serve na Instituição Militar tem que sentir que o IASFA pertence aos beneficiários, uma vez que "quem manda" não sabe o que é servir a Pátria.

Entre 2001 e 2004 houve várias tentativas (sem sucesso) em "meter" as ADMA, ADME e ADMFA no IASFA; atitudes que esbarraram nos responsáveis da sua Direcção, pois a Assistência na Doença deve pertencer, em exclusivo ao ministério da tutela.

Quando em 2004, a Lei 3/2004 de 15 de Janeiro aprova a Lei Quadro dos Institutos Públicos, o Presidente do C.D. do IASFA invocou, em contacto com a tutela, o nº. 2 do Artigo 51º. Daquela Lei Quadro:

"A designação "Fundação, IP" só pode ser usada quando se trate de institutos públicos com finalidades de interesse social e dotados de um património cujos rendimentos constituam parte considerável das suas receitas".

Naturalmente a resposta da tutela não se fez esperar: "o que o Senhor General quer é sair da minha dependência". E este General saiu do IASFA. E o INATEL, em situação similar, originou uma Fundação IP! Era o que deveria ter acontecido com o IASFA.

Depois "meteram" as ADM's no IASFA, atitude claramente anti-natura, pois elas não se enquadram minimamente na missão do IASFA.

E mais, as comparticipações dos militares para o IASFA essas sim, estão explicita e implicitamente incluídas na divisa do IASFA e no espírito mutualista que a mesma encerra "dos que têm para os que precisam" apoio social complementar. E foram encaminhadas par onde? Para a ADM! E, deste modo, a divisa do IASFA está ferida de morte.

Mas, afinal, o que é que os quatro chefes de estado-maior em 2004 e 2005 fizeram para impedir este "arranque" da destruição da obra criada pela princesa Maria Francisca Benedita? Qual a finalidade do Dec. Lei 193/2012? E ... hoje, ano de 2014, continuamos a assistir a mais ataques consumados em despachos, nomeação de grupos de trabalho e actos e atitudes provocatórias dirigidas aos militares e suas famílias para quem servir é um dogma, quando se trata da Instituição Militar de Portugal. Urge estarmos atentos pois aqueles que enformam "essas equipas" não sabem, porque não viveram e quiçá não estudaram, o que é uma obra social onde o mutualismo é parte importante. Ao que parece, "exterminar" as instituições cuja missão é servir Portugal está na ordem do dia de e para "alguns".

Mas nós – soldados de Portugal – dizemos não ao medo e com as mãos bem em cima dizemos sim à esperança e ao futuro. Futuro que é (tem de ser) Portugal.

É um imperativo notar e fazer notar que a génese do Instituto de Acção Social das Forças Armadas é, marcadamente, uma iniciativa de amor pelo próximo, de generosidade e dádiva pessoais. Na verdade, é preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã.

Todos nós, soldados de Portugal, estamos (temos de estar) irmanados na continuação real e efectiva desta obra social honrando aquela génese.

Num futuro próximo poderá haver acções que envolvam a feitura de uma nova estrutura (proposta de plano de reestruturação do apoio social) para o Instituto de Acção Social das Forças Armadas e, por isso, é imperativo estarmos atentos para que os beneficiários sejam realmente a razão de ser daquela obra social. É preciso que "eles" ouçam: o IASFA pretence aos beneficiários!

Nós, os Soldados de Portugal sabemos que o trabalho, a virtude, a honra e a educação estão constantemente a estabelecer diferenças entre as pessoas, e também sabemos, e nós sabemos sentindo, que a ética diferencia e distingue os homens.

É imperativo, ao terminar, dizer, dizendo-o para todos: é preciso ser capaz de sonhar um futuro melhor vivendo com alegria e com fé, cultivando a esperança em cada dia que Deus nos dá.

O Instituto de Acção Social das Forças Armadas, pela mão da princesa Maria Francisca Benedita, é uma obra social que pertence aos soldados de Portugal.

*Tenente-General (Ref.); presidente do Conselho de Direcção do IASFA entre Junho de 2001 e Setembro de 2004; Membro Efectivo da Ordem dos Engenheiros – Conselheiro; Membro Efectivo (Presidente em exercício) da Assembleia Geral da Associação Mutualista dos Engenheiros.

HOSPITAL MILITAR PRINCIPAL

Que verdade? Que destino?

FOTO: JOSÉ MARIA ROUMIER

BARGÃO DOS SANTOS*

A ALIENAÇÃO DO HOSPITAL Militar Principal (HMP), por sua vez antecedida de igual sentença para o Hospital Militar de Belém e Hospital de Marinha, foi um rude golpe e uma perda demasiado significativa para as Forças Armadas, inclusive para as Forças de Segurança e seus agregados familiares e para a própria capacidade hospitalar instalada no País.

O Hospital Militar Principal, foi uma unidade hospitalar de média dimensão, com reconhecida capacidade de intervenção médica e cirúrgica, a caminho dos duzentos anos de existência; pioneiro inclusivamente em investigação em algumas técnicas de exames complementares de diagnóstico, estabelecimento de ensino universitário médico, escola e local de estágios de alunos de enfermagem e de técnicos de diagnóstico e terapêutica, uma referência nacional de prática de cuidados de excelência, um raro legado histórico, que lhe permitirá ser sempre recordado.

Ainda hoje sem destino conhecido, mas desejado por instituições de solidariedade social, por eventuais grupos económicos ou outros, o enorme e valioso complexo do antigo HMP foi naturalmente uma obra conjunta e dedicada de milhares de profissionais de saúde, militares e muitos civis, que nele se empenharam ao longo de décadas.

Não só em tempo de paz, mas até durante a guerra em África, os militares sempre nele confiaram os seus mais próximos e, em muitos casos, o nascimento dos próprios filhos, na convicção de que seriam tratados numa relação protegida de entre-ajuda, consolidando o conceito mais abrangente de "família militar".

Afinal e tão só, para minorar inquietações e permitir a tranquilidade indispensável para o cumprimento das missões, constituindo tal realidade uma especificidade e pratica que, por direito consagrava a denominada "condição militar".

A necessidade reconhecida desde sempre de proceder a uma racionalização dos custos e dos gastos em efectivos, material, equipamento e valências médicas duplicadas pelos três Ramos das Forças Armadas e ter, como resultante natural, a expectativa de um significativo ganho em prestação de cuidados fundamentou a decisão da constituição de um hospital único, tão desejada quanto necessária. Apenas uma intransigente atitude de natureza corporativa assumida pelos Ramos foi adiando e de forma prolongada, soluções óbvias de integração e complementaridade entre os Serviços de Saúde, contribuindo de algum modo para o estado da situação actual.

Não obstante a reunificação dos recursos e todo o empenho levado a cabo pelos actuais responsáveis, não foi ainda possível ganhar o tal significativo diferencial de qualidade esperado, tanto mais quando escasseiam instalações no HFAR, seja para internamento, seja atendimento dos doentes, como se reconhece existirem ainda insuficiências e lacunas.

Em concreto com o fecho dos três Hospitais, (HMP/HMB/HM), perderam-se mais de três centenas e meia de camas (1), o que só por si diz tudo; com reflexos a vários níveis, nomeadamente na própria reserva estratégica de apoio sanitário das Forças Armadas.

Questão esta ainda relevante porque, não tendo sido possível reconstituir a área física de internamento necessária e inerentes condições de utilização dos serviços nas diferentes especialidades, permite que os cuidados que não sendo prestados na dependência directa dos actuais recursos militares, sejam creditados a instituições fora da estrutura das Forças Armadas, com encargos crescentes a serem já suportados pela ADM e, consequentemente pelos seus beneficiários/contribuintes.

Por outro lado, quando ainda sabemos que, para qualquer Serviço de Saúde, a sua verdadeira operacionalidade e saber resultam do treino que se adquire em tempo de paz e na rude escola do hospital, onde em cada dia se joga a luta pela vida.

Neste sentido, o apoio sanitário representa para quaisquer Forças Armadas e para além da sua

»

FOTO:JOSÉ MARIA ROUMIER

dimensão e importância, o suporte fundamental e indispensável ao seu empenhamento em qualquer cenário, seja na guerra convencional clássica, possa ser ainda química, nuclear ou guerrilha, para objectivamente possibilitar e estar na origem da geração, preparação e sustentação da componente operacional do Sistema de Forças.

Para cabal cumprimento da missão cometida aos Serviços de Saúde, importa ainda que ele possa ser uma reserva de capacidades a nível nacional, capaz de actuar em missões de excepção, seja em catástrofe, calamidade ou ajuda humanitária, seja na assistência na doença aos familiares que por direito integram o subsistema de saúde, com especial deferência para com os idosos, mantendo as expectativas do envelhecimento.

De facto nos dias de hoje, uma das questões que mais afecta a prestação de cuidados no actual Serviço Nacional de Saúde diz respeito a incapacidade para apoio médico continuado aos doentes, por falta de camas que possibilitem cuidados continuados, as denominadas "camas frias ", contrastando com as camas de curta utilização em unidades de tratamento sofisticado e mais dispendioso.

Esta realidade afecta naturalmente e do mesmo modo os nossos doentes e constitui uma situação sempre crítica quando se identifica a necessidade em apoiar cuidados de convalescença, continuados ou mesmo paliativos, a doentes vítimas de AVC, síndromes demenciais ou doentes oncológicos.

O HMP, o HMB e o Hospital de Marinha, davam completa resposta a parte significativa destas necessidades, constituindo um adicional de cuidados da maior importância, uma rectaguarda que nos podia orgulhar, como um benefício por todos conseguido e conquistado de pleno direito; um bem inestimável e que agora, depois da sua perda, melhor lhe podemos dar o valor.

O actual HFAR e as soluções de complementaridade de internamento e assistência, encontradas para o efeito e por parte do IASFA ou da CVP são ainda insuficientes e neste sentido, não se compreende a decisão de manter até hoje sem destino de utilização, o ex-HMP, como a solução alternativa de um património complementar de altíssimo valor técnico e científico, para garantir este indispensável apoio directo ao HFAR, tanto mais quando este não tem capacidade para ser o centro de todos os recursos e corre o risco de se tornar inoperante quando quer dar resposta a tudo e a todos.

Por não ter perdido as estruturas logísticas e administrativas de dimensão hospitalar, dispondo de blocos operatórios com subunidades cirúrgicas e até estruturas de cuidados intensivos, o ex-HMP consegue ainda ser hospital de dia e fazer a denominada cirurgia do ambulatório, para apoio dos militares em serviço em todo o País, ou mesmo a doentes do próprio SNS, em que teria todo o cabimento, inclusivamente, apoiar ex-combatentes, em áreas clinicas específicas, para as quais as Forças Armadas devem ter experiência e especial aptidão, nomeadamente na avaliação e tratamento das sequelas resultantes das perturbações psíquicas e dos danos físicos da guerra.

No fundo e tão-só, um dever do Estado e uma deferência da Pátria para quem viveu a dureza do combate e suportou o pânico e os seus horrores, e dele ficou marcado ou tolhido para sempre, sem qualquer apoio ou recompensa.

Esta missão atribuída ao ex-HMP não tem esforço financeiro significativo se utilizar parte dos efectivos e meios transferidos e poderá constituir-se como a solução mais óbvia e mais económica, tanto mais que o HFAR, liberto destes encargos, tenderá naturalmente a desempenhar como força qualificada as funções de hospital de vanguarda, capaz de concretizar com o Serviço Nacional de Saúde, uma proposta antiga e nunca validada de contribuir para a criação de um Centro de Trauma com diferenciação técnica de intervenção em acidentados por lesões vértebro-medulares; adicionalmente possibilitar a criação integrada de uma unidade de tratamento para queimados, tão reclamada desde sempre e tão necessária ao País.

A reactivação do HMP surge assim como a questão central de toda a problemática actual dos Serviços de Saúde das nossas Forças Armadas e não só pelo que tem capacidade de fazer, como por tudo o que possibilita.

Negligenciar o ex-HMP desmantela o edifício estruturante do apoio sanitário, reduz de forma assinalável o encargo operacional das Forças Armadas e despreza o apoio a uma população que, envelhecida pela guerra foi sujeita a condições de particular dureza e risco.

Neste sentido, não pode ser possível aceitar ou permitir um desfecho, desta forma e modo, tanto mais se o parecer dos estudos de rentabilidade encomendados, recomendarem a sua implosão física, pura e simples, para eventual construção de imobiliário, ou para quaisquer outros semelhantes fins.

Os acordos e protocolos clínicos, já firmados ou a efectuar, com entidades exteriores, por força da nossa natural insuficiência de meios, são necessários e constituem-se uma mais-valia, mas devem ser entendidos e realizados com capacidade negocial de facto, com reciprocidade de vantagens e benefícios visando proteger os militares e os seus agregados familiares.

Importa recordar por último que, se não for recuperada a capacidade de internamento, que bem define e caracteriza a dimensão e notoriedade de uma instituição hospitalar e se não existir uma resposta de assistência qualificada, que resulte por sua vez do treino médico e cirúrgico que se adquire num hospital estrategicamente vocacionado para preparar o apoio sanitário competente e indispensável, compromete-se naturalmente a missão cometida as Forças Armadas.

Com a devida vénia, à revista "O Combatente", da Liga dos Combatentes, transcrevemos o presente artigo,

(1) Dados do Anuário Estatístico da Defesa Nacional, 2010.

*Major General Médico

EMPRESA PORTUGUESA DE DEFESA

Elogio fúnebre

SÉRGIO PARREIRA DE CAMPOS*

HÁ MORTES E MORTES. Há mortes que são uma bênção. Mas há também aquelas mortes que amputam um pouco da nossa vida. Essas, deixam marcas.
Vem isto a propósito da morte inesperada de uma companheira nossa. Não, não é apenas morte física. É sobretudo de espírito.
A sua vida não foi levada até ao limite do possível, nem do desejável. Mas, enquanto viveu, proporcionou valor acrescentado ao país, elevado nível de exportação e manteve e criou muitos postos de trabalho.
O certo é que morreu. Foi desta para melhor. Eram, mais coisa, menos coisa, onze e quarenta e cinco da manhã, do dia vinte e seis de Junho do Ano da Graça de dois mil e catorze.
Foi daquelas mortes que me chocou. Chocou-me porque não se tratou de morte natural, mas de assassínio.
O "ministro" Aguiar-Branco anunciou que vai encerrar a Empresa Portuguesa de Defesa (Empordef) e que as sociedades que a integram passam a ser geridas pelas tutelas setoriais da Defesa e das Finanças.
No tom laudatório que é da praxe nos elogios fúnebres, o ideólogo de serviço do governo e do seu primeiro, veio à praça pública defender os méritos daquela decisão.
José Pedro Aguiar-Branco disse que irá propor que a actual administração da Empordef, "holding" estatal que agrega as indústrias portuguesas de Defesa, apresente "em 90 dias" um "plano de dissolução", por entender que "não faz sentido" continuar a existir uma sociedade gestora de participações sociais do universo das empresas de Defesa.
O facto de a empresa pública Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) ter sido extinta (e os terrenos e infraestruturas subconcessionados) também contribuiu para a decisão de liquidar a Empordef, disse Aguiar-Branco. Também?
Aguiar-Branco disse que o objetivo do Ministério é apostar na "diplomacia económica na área da Defesa de forma mais forte e concertada" e que, nesse sentido, será alterado o objeto social de uma das empresas do universo Empordef, a IDD, Indústria de Desmilitarização e Defesa, para que esta entidade passe a assegurar a promoção das empresas portuguesas do setor.
A promoção das empresas do sector? De quais empresas? O que é que resta da sanha destruidora deste governo, que valha a pena promover ? Absolutamente nada.
Para mais, a secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional lembrou também que algumas das empresas (das que ainda restam) estão em processo de privatização, seguindo "a linha definida pelo Governo".
Bom, mas está feito. Resta prestar o elogio fúnebre da falecida.
Finou-se com apenas dezoito anos. Era uma jovem, quase sempre trabalhadora incansável, guerreira. Educou para o bem todos os seus filhos, jamais se descuidando do seu bem-estar, mesmo diante de todas as agruras que passou.
Cumpriu a sua missão com valor, com muito trabalho, e com resultados. Mostrou-se a nível nacional e internacional, fez-se respeitar pela sabedoria, pela qualidade do seu trabalho, pelos resultados que conseguiu.
Conseguiu ter as suas "filhas" a apresentarem resultados operacionais positivos, mesmo aquela muita falada que vivia em Viana do Castelo. E, não fora a prática continuada de sucessivos governos "varrerem o lixo para debaixo do tapete" muito mais poderia ter feito.
Aguentou os desvarios de quem dela devia cuidar. Lembram-se certamente de o governo ter criado um grande programa de construção de navios militares para o qual as empresas se prepararam, ganhando conhecimento, e investindo fortemente, investimentos a recuperar em todas as construções programadas. O governo fez cessar o programa após a construção de apenas dois navios, ficando a maioria do investimento por recuperar. Imaginem os prejuízos que o governo lhe fez sofrer.
Não se lembrarão, porque não sabem, mas vão saber que um primeiro-ministro quis, à revelia das leis do país, vender três das empresas tecnológicas do grupo, a um empresário que por acaso era seu amigo de infância. Felizmente, a agora finada conseguiu impedi-lo. Claro que com consequências.
Mas lembram-se com certeza das trapalhadas em volta do navio "Atlântida", rejeitado pelo governo dos Açores por apresentar menos um nó de velocidade que o pretendido. Recordem-se que o navio foi construído segundo projeto do cliente.
E as saga das contrapartidas que não se cumprem? Enfim...
Deu muitas demonstrações de amor ao próximo, alimentando vizinhos pequenos, alguns mesmo miseráveis, acolhendo sob a sua influência muitas personagens carentes da sua ajuda. Entendia isso como uma missão, para o bem do país.
Foi leal, mas nem sempre alvo de lealdade. Aturou visões miserabilistas, tentando sempre explicar o outro lado da questão, e as virtudes desse lado. Foi incómoda, não pactuou com a corrupção.
Foi rebelde, frequentemente inadaptada aos desvarios políticos que a incomodavam. Por vezes não se encaixava no status, via as coisas de forma diferente, não gostava das regras que lhe queriam impor, mas das suas próprias.
Muitas vezes foi ignorada, provavelmente pela ignorância de quem não a poderia ter, precisamente por não entenderem que são os inadaptados, os que "não encaixam", os que veem as coisas de forma diferente, são estes que provocam os avanços. Provavelmente entendiam-na como louca, sem perceberem que só os suficientemente loucos para pensarem que podem mudar o status, são os únicos capazes de o fazer.
Depois, depois, as coisas mudaram, para pior evidentemente!
Começaram as vendas e as concessões. Não entendeu o governo (não?) que em alguns casos não estava apenas a vender empresas, mas sim soberania. De facto, não espanta.
Nos últimos tempos, a finada aparecia esguia, silenciosa como se já não existisse, talvez do ambiente tumultuoso e impiedoso que a cercava, e de ter à sua frente quem dá à sola por ver as coisas mal paradas, ou quem apenas se preocupou em "representar uma atitude social conveniente", daquelas que não incomodam, mas que também não conseguem mudar seja o que for, a não ser para pior. Foi o tempo dos Navarros, dos Rôlos, dos Medeiros, e de outros quejandos de idêntica e malfadada estirpe.
Pois é, quando se convida certa gente para uma festa, "ou se contratam seguranças, ou arriscamo-nos a que, no fim da festa, as pratas ganhem asas".
Paz à sua alma!

* ex-CEO da Empordef

O FADO ETERNO

NUNO SANTA CLARA

DISSE UM DIA Federico Fellini, por alturas da filmagem do seu filme "Fellini 8 1/2½ que passamos vinte anos das nossas vidas a meter coisas na cabeça, e o resto da vida a tentar tirá-las de lá.
De fato, assim é. Há imagens, sons, emoções que ficam, desafiando toda a lógica e escarnecendo do nosso super ego. Por vezes agradáveis, outras vezes desagradáveis, muitas vezes absurdas - mas ficam. Disso vivem os publicitários, que são peritos em enviar mensagens cómicas, disparatadas ou mesmo de puro mau gosto, desde que a ideia fique. Quantos exemplos temos de campanhas aparentemente condenadas ao fracasso, por falta de qualidade ou de conteúdo, e que ficaram – e, portanto, resultaram.
No tempo da minha meninice, passavam na rádio verdadeiras agressões ao bom gosto em termos de letra e música (o fenómeno não é recente!); por estranho que pareça, algumas, conforme disse Fellini, vêm recorrentemente à nossa memória, normalmente naquela hora intimista do duche ou de outra atividade rotineira (o duche, em Portugal, é uma atividade rotineira, ao contrário doutros países da Europa dita mais evoluída).
Foi assim que há dias me veio à mente uma cantiga, dificilmente definível entre fadinho popular ou nacional cançonetismo, dedicado aos bairros antigos de Lisboa, com um refrão que dizia assim:
"Porque, afinal,
Foi destas pobres vielas
Que saiu o Portugal
Que embarcou nas caravelas..."
Ora, este conceito parece-me, ainda hoje, notável. Não pelo lado populista da visão da História: não só da chusma da marinhagem se compunha a tripulação das caravelas, e havia decerto uma hierarquia severa a bordo. Mas porque este conceito desafiava uma outra orientação do regime de então. Carneiro Pacheco, o importante ministro da Educação, fundador da Mocidade Portuguesa, havia definido como devia ser orientado o estudo dos nossos antepassados: a História que convém à nossa juventude.
Deste modo, quem passava à História eram os grandes capitães; nem sequer os pilotos (os únicos que sabiam orientar a caravelas e naus) mereciam uma referência. E mesmo esses grandes capitães deveriam ter uma marca da Divina Providência, a mesma que fizera figurar, nuns painéis do século XV, a vera efígie de Salazar.
Ora, temos, como todos os povos, constantes históricas. Emigrar tem sido uma delas, com motivações que variam menos do que se pensa. Como escreveu um poeta:
"Ao cheiro desta canela,
O reino se despovoa".
Os cheiros de canela ou outras especiarias, de ouro ou diamantes, de euros ou dólares, continuam a despovoar este Reino. Mas há, apesar de tudo, uma subtil diferença.
Tempos houve em que a massa dos emigrantes saía das pobres vielas, ou dos magros campos, e em que as pessoas mais sabedoras eram cuidadosamente resguardadas desse destino, e até impedidas de sair do Reino, sob pena de sanções que podiam ir até à perda da bem recheada cabeça.
Agora, o destino das cabeças bem recheadas é a emigração, com alegre patrocínio dos que se pretendem descendentes dos governantes de antanho. Patrocínio que se materializa, não subsidiando os que partem, mas arcando com as despesas de formação das tais cabeças bem recheadas, com largo proveito dos países que as recebem.
Estarão à espera de que regressem? Das caravelas, voltavam poucos, mas o apelo das "pobres vielas" era, apesar de tudo, motivador, já que para isso contribuíam os valores culturais da época. Conforme referia o tal fadinho.
Qual será, na era da globalização, o apelo motivador do regresso?
Aparentemente, nenhum. E assim teremos, no século XXI, o que só se tinha visto no Brasil, em seis séculos de diáspora: colónias de fixação de portugueses, integrados noutras culturas, não por fatalidade, mas por opção.
E, em modo de conclusão, um pensamento (quase) profundo: se fosse hoje, Fernando Pessoa teria sido um grande poeta e escritor... de língua inglesa.
Isso, sim, estaria de acordo com o fado eterno...

OS BANQUEIROS

MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS

NÃO SEI O QUE SE PASSA COMIGO. Há uma indiferença dentro de mim, um corpo estranho que me acalma e me corrompe. E talvez me defenda de alarmes perversos, de ameaças nunca pensadas, um esquife que me isola de tudo quanto anda por aí, nas redes, nos jornais, nas tv's. Catadupas de notícias que como saltam das pedras do chão numa repetição exaustiva, diria quase maldosa, ameaçadoras como cobras e, ao mesmo tempo, coisa estranha, naturais, beatíficas e purificadoras como chuva de verão ou carícias de amante. A revolta que a todos tocou no momento, minguou como se do Alto viesse uma ciência nova, uma outra forma de olhar o mundo e ver as gentes que por aí andam.

Mundo que gira em torno de cometas, é capaz de tudo. Tenho um quark, gentil, que fala comigo sobre promessas de um futuro inventado por cientistas loucos e que já é passado, hoje. E fico consolado com a palavra fácil e erudita do meu amigo quark. E miro essa gente "Salgada" a quem ajudamos a engordar à custa das nossas (minhas) carências. Gente sábia, abençoada à nascença pelo espírito divino da Santíssima Trindade, que faz, com o esforço de dez milhões de patetas inebriados pela força do "destino" e com as portas escancaradas da semente do Poder, a ciência que os levou a fazer das pedras que pisam, o ouro que se lhes vê no olhar – olhar de olhos que parecem não ser deste mundo. Quanto os admiro! Como eu queria ser como eles, ter um telefone imaginário ligado a etéreos mundos, por onde escorrem, num estalar de dedos, milhões de notas virtuais que o Estado, embevecido, recebe com um perdão na ponta das palavras que fazem as leis e o que mais for preciso para que tudo corra na paz do Senhor.

É ouro do bom, que podia estar na coroa de um rei, como na adaga de um qualquer samurai. E donde chegam, limpas tais usuras (porque usuras são certamente)? Ninguém sabe, nem quer saber. Eles são os donos do dinheiro (que um dia já foi nosso) aqui e em toda a parte, gente para quem esta vida comporta muitas vidas, vidas que vivemos a custo todos os dias, não existe e da qual se engasgam de gozo porque do nada, das nossas ânsias fazem a prata e a platina com que decoram os covis onde vivem uma vida feita para eles à medida das suas vertiginosas ambições.

Um dia (que parece ter sido ontem), um punhado de mundo que os tinha no sítio, chutaram-nos para um destino a que se chamou, eufemisticamente, exílio. E lá foram, coitados, com "uma mão à frente, outra atrás". Mas eis que essa forma de taparem as "vergonhas", se transformou na forma alquímica (que escapou ao pobre do Newton) que fez do "nada" um punhado de patacos. E quando o país lhes escancarou as portas para um triunfal regresso, eis que esses pobres emigrantes, já com as "partes" a descoberto, puseram-se a pensar no que fazer para a sua própria sobrevivência. O que poderiam comprar? A que porta bater? Uma retrosaria? Uma loja de cravos? Uma lojeca de esquina? Logo viram que não seria possível. E então, com uma simplicidade angélica, Salgados e Salgadas, compraram um Banco. Tão simples como isso.

E anos mais tarde, depois que nós, acérrimos cúmplices desses enérgicos empreendedores, persistentemente os ajudamos a encher baús, gavetas e caixas-fortes de tão cuidado Banco e de todos os "filhotes" espalhados por esse mundo fora, onde nunca se indaga ninguém de onde vem tanto "bago", bago feito de milhões e biliões dessa coisinha linda que se chama "Ouro e Poder", lá vamos em busca de umas pequenas lascas do que supostamente seria nosso, eis que deparamos com uma realidade abismal: as gavetas, vazias, não eram forradas a jade, mas de pinho do mais ordinário. E em uníssono bradamos: O Espírito Santo (o autêntico) quilhou-nos novamente

Para quando outro "banquinho" para tão desafortunada gente?

Uma carta de amigo a um senhor chamado Silva

MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS

O SENHOR É O ESTEREÓTIPO da ignorância e da vaidade, que geram o mal e não sabe.
O senhor é um tolo convencido, arrogante e maliciosa e não sabe.
O senhor julga deter o monopólio da sabedoria o que, em si mesmo, é uma perigosa manifestação de estupidez.
O senhor foi generosamente abençoado pela Mãe-Natureza a qual, como tantas outras Mães, é capaz do melhor e do pior, de gerar um génio e um aborto. O senhor ignora isso, como ignora tudo. E agora interrogo-me: será que o mal está em mim, que não consigo alcandorar ao mais elevado altar da fé tão insígnias virtudes?
Que forças universais agem sobre mim para que possa achar normal que uma criatura como o senhor, que tem olhos e não nos vê, que tem ouvidos e não nos ouve, que tem crânio e não nos pensa? Interrogo-me e não obtenho resposta que aceite.
Você é tudo isso e não sabe, mas vive feliz. As mãos tremem-lhe e uma outra tremideira não menos vivaz, a dos neurónios, fê-lo cair, terno e embasbacado no colo de um militar. E o senhor julga-se, como Alice, no país dos sonhos feitos para os felizes mortais como o senhor, que nada sabendo, pensa que tudo quanto o rodeia é seu.
E como se percebeu pelo seu olhar vazio e vago, nada disto também o senhor não sabe.
E não sabe porque a tacanha redoma dos vastos conhecimentos que lhe deram os longos anos de assídua docência universitária e os não menos profícuos tempos de administrador bancário, não lhe deixa vislumbrar o que se passa à sua volta.
O senhor não é culpado de nada do que nos esmaga e a si também. A um desmiolado manda o bom senso desculpar-se tudo.
Porém, naquele dia em que todos o vimos cair como um vime imprestável, pensei, crente que sou: finalmente, um vento cortante e gélido, silencioso como a morte, varreu o espaço e deu-lhe o merecido descanso. Mais um na galeria dos Silvas que iria emoldurar a História gloriosa deste país. Tal não aconteceu e varado fiquei eu. Não faz mal, fica para uma próxima ocasião. Até os Silvas não se escapam da rota inexorável do destino. E isso também o senhor parece não saber.

VISEU

Medalhas comemorativas de campanha para "Lenços Negros"

MANUEL MARIA MARTINS LOPES

OS ANTIGOS MILITARES da Companha de Caçadores 3396 "Lenços Negros" que serviram numa comissão em Moçambique, de 1971 a 1973, foram objecto de uma ignificativa homenagem no Regimento de Infantaria 14, Viseu, no passado dia 31 de Maio, no decorrer de uma cerimónia com o seguinte programa: homenagem aos militares já falecidos; missa na capela do Regimento; imposição de medalhas comemorativas aos militares da C.Caç. 3396; visita ao Museu da Unidade; almoço no Regimento; e visita turística guiada à cidade. Entre outras personalidades, estiveram presentes o tenente-coronel Augusto Cerdeira, 2º Comandante do Regimento de Infantaria 14, e o tenente-coronel Tomás, presidente do Núcleo da Liga dos

»

Combatentes de Viseu.
Por ter sido comandante da companhia homenageada, na altura própria, preferi a seguinte declaração:
Caros amigos, Lenços Negros e Excelentíssimas Famílias:
Estamos aqui reunidos no Regimento de Infantaria de Viseu, tal como estivemos no Regimento de Infantaria de Tomar há 43 anos, ponto de partida para a nossa comissão militar em Moçambique. Motivou-nos acima de tudo o serviço à Pátria, como valor colectivo de que não quisemos abdicar, colocando de lado expectativas e esperanças de natureza pessoal. Às interrogações e incertezas de então respondemos dando o benefício da dúvida à Pátria.
De facto, nas nossas vidas, houve um tempo em que, sensíveis a um sentimento patriótico, correspondemos a um chamamento que nos levou até África, imbuidos de confiança, oferecendo toda a nossa generosidade ao serviço de Portugal, ao mesmo tempo que diziamos adeus aos nossos familiares e amigos. Foram vidas adiadas.
Recordamos, por exemplo, os que tiveram que adiar os seus estudos e os seus projetos pessoais alguns nunca mais recomeçados; recordamos os problemas familiares derivados da longa ausência de mobilizados; recordamos a saúde, física e mental, às vezes nunca mais recuperada.
E lá fomos, zarpando do Tejo, sulcando as mesmas águas identificadas nos Lusiadas da nossa epopeia marítima, 500 anos depois do feito dos nossos antepassados, irmanados de um profundo respeito por qualquer ser humano.
Quando desembarcámos em Lourenço Marques, ninguém vislumbrava nas nossas caras a determinação de combatentes aguerridos que só pensam no inimigo e na forma de o combater e aniquilar. Nas nossas caras estavam mais estampadas as expectativas da entrada na universidade da vida, mais para aprender e receber do que dar e muito menos impôr!...
Uma primeira surpresa na distribuição da missão do Batalhão. A nossa Companhia tinha à frente colocada a sigla FIS.
O que quer dizer FIS, perguntámos uns aos outros.
Só mais tarde fomos esclarecidos que FIS queria dizer Força de Intervenção do Sector de Vila Cabral. Ficávamos fora do controle operacional do Comando do Batalhão, para dependermos directamente de Vila Cabral, sendo-nos prometido que rodaríamos depois para uma zona de descanso, independentemente das outras companhias do Batalhão. Agradou-nos a ideia de podermos ter uma actividade independente. A aprendizagem real estava prestes a começar.
Ligava-nos um elemento distintivo, representado pelos Lenços Negros. Num tal ambiente tinhamos que sobreviver com dignidade, respeito e muita disciplina. Foram perto de vinte meses algo extenuantes de actividade operacional, amadurecendo-nos como homens e consolidando os laços entre nós.
Era tempo de rodar. Antes que o Sector apresentasse uma solução para a nossa Companhia, já o Comando do Batalhão chamava a si a decisão de manter o Batalhão unido, após a saida do Niassa. Foi uma fase difícil, tempo de verdadeiro sofrimento. Penoso sobretudo para quem teve de mudar de rumo.
Há 43 anos preparámo-nos para partilhar expectativas e sacrifícios; hoje, junto das nossas famílias fazemos o balanço em nome da amizade e solidariedade então criada.
E é para as nossas famílias que dirigimos umas palavras muito especiais, pois que, longe do teatro das nossas operações militares, sofreram tanto ou mais do que nós como combatentes, pela falta de noticias e o peso da solidão, nunca nos regateando apoio e solidariedade nas suas orações e promessas e, bem assim, nos seus aerogramas, lidos e relidos nos periodos de descanso.
Caros Lenços Negros: tivestes capacidade para ultrapassar todas as dificuldades, assumindo-vos realmente como verdadeiros heróis.
Hoje continuais a afirmar aquilo que já então vos caracterizava:

Martins Lopes ao usar da palavra no RI 14

profunda humanidade e outra tanta generosidade. Continuais identificados com aquilo que de mais nobre cimenta a união das pessoas, através dos valores da amizade e da solidariedade, dos quais os vossos convívios anuais são um exemplo, em que lembrais não só aqueles que já partiram, trazendo-os para o nosso tempo, como manifestais confiança num futuro partilhado.
Através dos vossos convívios reforçais a necessidade de preservar para o futuro muitas das nossas memórias, como herança para as novas gerações.
A Pátria continuará sempre com uma enorme dívida de gratidão para convosco!
Hoje, faz-se simbolicamente justiça com a entrega da Medalha Comemorativa das Campanhas!
Ao ter tido o privilégio de vos ter comandado, não posso, nem devo ignorar toda a vossa enorme generosidade, espírito de sacrifício e, bem assim o vosso exemplar espírito de corpo que soubestes criar e consolidar e que se traduziu em algo muito lindo e sublime, que foi a concessão de um Louvor Colectivo à Campanhia dos Lenços Negros.
Neste dia ultrapassa-se a falta de reconhecimento público e de visibilidade pelo esforço coletivo que desenvolvestes. É um tempo ainda não devidamente sublimado que aqui estamos a destacar e valorizar!
Ides receber uma medalha cheia de profundo significado histórico. Criada em 30 de Novembro de 1916, pelo Decreto n.º 2870, comemora as campanhas das Forças Armadas Portuguesas fora de Portugal metropolitano.
O protelamento sucessivo na entrega desta medalha representaria um alheamento da nossa própria história e da evocação das suas principais referências, num tempo em que o peso da globalização e da crise de valores, ameaçam sedimentar identidades nacionais longamente caldeadas e consolidadas no nosso tempo secular.
A partir de hoje, com a medalha que vos vai ser entregue na presença dos vossos familiares, guardareis para sempre um testemunho simbólico do vosso tempo moçambicano, ao serviço da Pátria e das muitas referências que povoam a vossa memória: cidades como Lourenço Marques, Nacala, Porto Amélia, Nampula, Vila Cabral, Beira. Localidades como Macaloge, Metangula, Lunho, Marrupa, Nairoto.Serras como a Jéci, o monte Chissindo. Rios como o Lumbiza, o Messsinge, o Lucheringo.
No reverso da medalha está a legenda «Este Reino é Obra de Soldados". Aqui estamos reunidos para o confirmar e valorizar, no ano em que se evocam também os esforços e sacrifícios do Soldado de Portugal na I Grande Guerra.
Aqui e agora em Viseu, terra de Viriato, no Regimento de Infantaria n.º 14, no qual fomos tão amigavelmente recebidos, iremos identificar solenemente alguns dos verdadeiros protagonistas da nossa História recente, da sua dinâmica e mudança."

Nacionalista cubano quis conhecer Abril

RENÉ GONZÁLEZ, patriota cubano, preso e condenado pelos EUA num processo político, visitou a Associação 25 de Abril, no passado dia 9 de Setembro,a seu pedido, por desejar conhecer a realidade de Abril e os seus protagonistas.
Acompanhado pela embaixadora de Cuba em Portugal, Johana Tablada de La Torre e pelo primeiro-secretário da embaixada, Melne Martínez Hernández, foi recebido pelos presidentes da Mesa da Assembleia Geral da Direcção e do Conselho Fiscal da A25A e outros membros da Direcção, que lhe expuseram alguns detalhes da Revolução de Abril e sublinharam as transformações políticas, sociais e económicas daí resultantes para Portugal e também para as novas nações independentes que hoje formam o arco da lusofonia e se integram a CPLP – Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.
Segundo uma nota distribuída pela Embaixa de de Cuba, em Lisboa, sobre o caso do nacionalista cubano, René González Sehwerert é piloto e instrutor de vôo. Um dos cinco jovens que se infiltraram em grupos terroristas que operavam, historicamente, em Miami, organizando impunemente ataques criminosos em território cubano. Essas atividades, conhecidas pelo governo dos Estados Unidos, têm sido confirmadas, através de documentos oficiais, a imprensa, e publicamente reconhecidas pelos seus protagonistas. René foi preso pelo FBI sob a acusação de "conspiração".
Meses atrás, tinha havido explosões em hotéis de Havana organizadas por esses grupos. Na verdade, a única acusação contra ele era a de "agente não registado". No entanto, devido à arbitrariedade e violação do processo legal cometido pelo tribunal de Miami, aí foram julgados, sob uma forte campanha e pressão da extrema-direita. René teve de cumprir até o último dia um longo período de 13 anos de prisão a que tinha sido condenado.
O trabalho de René era informar as autoridades de Cuba sobre planos terroristas; e, assim, proteger a vida e a propriedade de seus compatriotas cubanos. As informações obtidas pelos agentes cubanos foram oficialmente compartilhadas com o Governo dos Estados Unidos, inicialmente, por meio da intervenção do Prêmio Nobel Gabriel García Márquez. Depois foram realizadas reuniões entre as autoridades cubanas e o FBI. Esta informação chegou ao FBI em Miami e ao contrário das expectativas, em vez de prender os terroristas, foram presos os cubanos que forneceram a valiosa informação. Nunca tiveram a intenção de agir contra a segurança nacional americana, René e os companheiros, no entanto, foram vítimas de um processo injusto e politizado, totalmente manipulado sem que uma acusação fosse provada. Foram acusados, face à lei norte-americana que foi grosseiramente violada. Um jogo todo montado por terroristas anti-cubanos, que celebraram a sua vitória de Pirro, na condenação dos Cinco.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Nascido em Chicago, Estados Unidos, a 13 de agosto de 1956, numa família de origem operária. que emigrou para os Estados Unidos.
Seu pai, Cándido René González Castillo, era um trabalhador siderúrgico, em Indiana, EUA; enquanto sua mãe, Irma Teodora Schewerert Milejan, se dedicava ao trabalho doméstico. Em 2 de outubro de 1961 seus pais, que a partir dos Estados Unidos haviam colaborado com o Movimento 26 de Julho na luta contra Batista, decidiram voltar e estabelecerem-se permanentemente em Cuba, acompanhados por seus dois filhos, disponibilizando-se imediatamente para as tarefas do Revolução.
Ele começou sua educação primária, na escola "José Martí", localizada em Santa María del Mar, com resultados satisfatórios.
Desde muito pequeno, René gostava de desarmar e armar brinquedos defeituosos, portanto, no futuro sentir uma inclinação para a mecânica, foi natural, ao mesmo tempo refletia um caráter forte, repleto de nobres sentimentos.
O desejo de se tornar artilheiro antiaéreo, como seu pai nas milícias, levaram-no, em 1968, a solicitar o ingresso na escola profissional militar "Camilo Cienfuegos", em Baracoa, tendo que abandonar os estudos, no décimo grau, por problemas de saúde que afectaram o seu rendimento escolar.
Em 1972 mudou-se para a escola secundária-básica Combatentes de América, no Município de Cerro, e em 1973 ingressa no Segundo Contingente do Destacamento "Manuel Ascunce Domenech" estudando no curso especial trabalhador e começando a dar aulas entre 1973 e 1974 a alunos da Escola Secundária no campo, ESBEC, República Socialista da Romênia, em Alquízar.
Em 1974, mantendo o seu estatuto de estrangeiro e podendo isentar-se das suas responsabilidades patrióticas, apresenta-se para cumprir o serviço militar obrigatório, sendo colocado na unidade militar de 3075, tirou o curso de motorista de tanque. No início de 1977, após a conclusão do serviço militar, foi-lhe proposto e aceitou o cumprimento de uma missão internacionalista na República Popular de Angola, iniciando uma especialização como condutor de tanques T-34. Durante a missão, foi nomeado chefe

»

do corpo docente que ensinava soldados e oficiais para elevar o seu nível cultural.
Foi secretário do Comité da Juventude, participando num curso para dirigentes da juventude e outro de sapadores, ficando em primeiro lugar em ambos os cursos.
Em Março de 1979 conclui sua missão internacional, sendo condecorado com a Medalha de Combatente Internacionalista.
Entre 1979 e 1982, estudou na escola de vôo "Carlos Ulloa" em San Julián, Pinar del Río, graduando-se como um piloto.
Em 1982 a Sociedade de Educação Patriótica-Militar (SEPMI), aceita-o como trabalhador, confiando-lhe a tarefa de formar pilotos para as Forças Armadas Revolucionárias.
Nesta instituição exerceu funções como instrutor de vôo e dirigente do comitê de base da juventude até 1985, quando foi nomeado chefe da esquadrilha da base de São Nicolau de Bari e chefe da seção de aeronáutica desportiva.
Em 1990, foi aceite nas fileiras do Partido Comunista de Cuba. No final desse ano, parte para os Estados Unidos.
A vida naquele país desenrola-se em condições de austeridade e sacrifício, tendo com única fonte de renda pessoal a proveniente de seu trabalho como piloto instrutor.
Sua esposa, Olga Salanueva Arango é licenciada em engenharia industrial. Começou a trabalhar em 1977 na empresa Tenerias-Habana, primeiro como contadora e depois como engenheira.
Em janeiro de 1997, Olga viaja para os Estados Unidos para se juntar ao marido, acompanhado de sua filha mais velha, Irma González Salanueva.
Mais tarde, em 1998, poucos meses antes da prisão de René, nascia em território norte americano a filha mais pequena desta corajosa família, Ivette González Salanueva.
Após a prisão de René e dos companheiros, iniciou-se um processo de chantagem e ameaças de natureza diferente para Olga e suas filhas, envolvendo pressões psicológicas e económicas, com o objectivo de trair seu marido, sua pátria e suas convicções revolucionárias. A partir desse momento, sacrifício e os perigos para a sua segurança pessoal e da sua família aumentou significativamente.
A última tentativa de proposta desonrosa e humilhante por parte das autoridades de Miami foi tentar dobrar René ao prenderem também a sua esposa. A resposta foi firme e como resultado, Olga sofreu na própria carne a mais injusta das prisões, ficando numa prisão da INS dos Estados Unidos durante três meses. Nos finais de 2000, Olga Salanueva Arango foi deportada para Cuba conseguindo assim reunir-se no seu país com suas duas filhas.
No seu regresso dos EUA, a filha mais velha, Irmita, prosseguiu os seus estudos, primeiro na ESBEC República do Panamá e depois no "Raul Cepero Bonilla" no Município Diez de Octubre.

A MISSÃO EM MIAMI

Em Miami consegue ingressar nas diferentes organizações contra-revolucionárias que usam solo americano para preparar e realizar constantemente acções terroristas e provocações contra Cuba, com a finalidade de desencadear um confronto militar entre Cuba e os Estados Unidos.
O caso de René Gonzalez, como o dos outros quatro cubanos presos em Miami sob a acusação de agir contra a segurança nacional dos Estados Unidos, entre outras acusações, é outra forma de vingança política de Washington contra a revolução cubana.

A ACUSAÇÃO

A primeira acusação apresentada pela justiça americana foi de apenas de nove páginas, onde praticamente não houve qualquer referência a actos concretos, onde predominavam adjectivos e epítetos. Foi uma manobra para ganhar tempo até que em Maio de 1999, oito meses após a prisão, foi apresentada uma segunda acusação. É então que é introduzida a acusação de conspiração para um assassinato, com base numa suposta revelação de um dos acusados, Gerardo Hernandez Nordelo, no derrube de duas avionetas que violaram o espaço aéreo cubano em Fevereiro de 1996. Esta acusação, como é conhecida, tinha sido um dos temas principais da máfia terrorista e das campanhas escandalosas constantes da imprensa de Miami. Essa segunda acusação tinha quarenta páginas, com matéria juridica para abrir o processo e estava um pouco mais documentado, destinando-se a estabelecer que as supostas acções tinham sido cometidas, mas teve o gosto de uma acusação de que foi "cozinhada" em fogo lento durante oito meses, só para agradar aos inimigos de Cuba. Como ficou demonstrado, de forma inconfundível, estava-se na presença de um julgamento político claramente falsificado e manipulado.
Em suma, eram estas as duas acusações contra ele: conspiração, que consiste em cometer um crime/delito contra os Estados Unidos ou enganar esse país; não se identificar como um agente estrangeiro, que consiste em agir como um agente de um governo estrangeiro sem cobertura diplomática e sem o comunicar ao procurador-geral dos Estados Unidos. Na forma como ele é criminalizado no Código Penal Americano, o crime não é ser um agente estrangeiro, mas ser um agente estrangeiro sem ser identificado.

O JULGAMENTO

René González foi condenado a 15 anos de prisão por um tribunal federal da Flórida, acusado de pôr em perigo a segurança nacional dos Estados Unidos sob a acusação de conspiração para cometer delito contra os Estados Unidos e agente estrangeiro sem notificação prévia à Procuradoria Americana.
Naquela semana, o mesmo juiz Joan Lenard impôs penas de prisão perpétua a Gerardo Hernández e Ramón Labañino, acusados de tentar penetrar em instalações militares norte-americanas e se infiltrarem em grupos anti-cubanos radicados na cidade de Miami. Fernando Gonzalez foi condenado a 19 anos de prisão, enquanto Antonio Guerrero recebeu sentença de prisão perpétua e duas adicionais de mais cinco anos de prisão cada.
O governo cubano afirma que os cinco apenas compilavam informações para prevenir actos terroristas que com origem em território norte-americano eram planeados e executados contra Cuba pelos grupos anticubanos radicados em Miami.
As audiências de sentença foram manipulados e influenciados pela extrema-direita cubano-norteamericana e o processo foi "fraudulento", desinformado e realizado sob uma tremenda pressão.
René González cumpriu a sen-

tença numa prisão na Pensilvânia, intencionalmente isolada do resto de seus companheiros, como se a distância física pudesse destruir a união entre as pessoas cuja principal ligação assenta nas suas ideias e no patriotismo comum.

LIBERTAÇÃO

Às 4H30 da manhã do dia 7 de Outubro de 2011, foi libertado da prisão em Marianna. Apesar de um mandado judicial que o obrigava a permanecer nos Estados Unidos sob o regime de liberdade condicional por três anos, em Março de 2012 a juíza Joan Lenard, do Tribunal Distrital do Sul da Flórida, autoriza como um gesto humanitário e sob certas condições que René González viaje para Cuba para visitar o seu irmão, que estava gravemente doente. No dia 30 de Março, ele chegou a Cuba em visita privada e familiar.
A 3 de Maio de 2013, a juíza Joan Lenard da Flórida aceitou o pedido feito por René González para modificar as condições de sua liberdade condicional e ficar em Cuba, em troca de renunciar a sua cidadania americana.
Assim, dentro do período de três anos de liberdade condicional em solo norte-americano, René González chegou a Cuba no que deveria a ser, uma visita pessoal temporária e privada para assistir ao funeral de seu pai. Mas, como resultado da aceitação do seu pedido, René, que também é um cidadão cubano e cuja esposa, filha e neto vivem em Cuba, foi instado a apresentar em menos um mês ao tribunal norte-americano, um relatório do seu estado de resignação e uma cópia autenticada da certidão de perda da nacionalidade.
Às 2H00 de 9 de maio de 2013, René González recebeu no Escritório de Interesses dos Estados Unidos em Havana documento comprovativo da sua renúncia à cidadania americana. Em conferência de imprensa após este facto, o Herói da República de Cuba anunciou que a partir desse momento dedicar-se-ia à luta pela libertação de Gerardo, Ramón, Antonio e Fernando, sem a qual não poderá sentir-se livre

PETIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em 14 de Maio de 2014, um conjunto de deputados da Assembleia da República Portuguesa, representando todas as bancadas parlamentares subscreveu uma petição dirigida ao Presidente dos EUA, Barack Obama apelando "para que considere a adopção de uma medida política de clemência, legalmemnte ao seu alcance, no sentido da libertação e do regresso ao seu país dos cidadãos cubanos António Guerrero, Ramon Labanino e Gerardo Hernandez, presentemente a cumprir penas em estabelecimentos prisionais dos Estados Unidos da América".

PERGUNTA PÚBLICA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A Direcção da Associação 25 de Abril distribuiu, no dia 18 de Setembro, um comunicado através do qual o seu presidente, Vasco Lourenço, perguntava ao Presidente da República o que o inibe de intervir para garantir o regular funcionamento das instituições democráticas e, nomeadamente, responsabilizar os causadores do caos instalado na Justiça.
O referido comunicado é, na íntegra do seguinte teor:
"Constatando os graves problemas que se vivem na Justiça, nomeadamente nos Tribunais, concluímos que as Instituições não estão a funcionar regularmente.
Considerando que o Presidente da República é, constitucionalmente, o garante do regular funcionamento das Instituições, perguntamos a S. Exª o que o inibe de intervir para garantir esse regular funcionamento e responsabilizar os causadores de tudo isso.
De que está à espera, senhor Presidente da República, para actuar?"

Ao companheiro Dr. Jaime Gralheiro

GERTRUDES DA SILVA

SINCERAMENTE, NEM SEI POR onde lhe pegar; tudo por causa da minha atávica relutância, quase visceral, em lidar com o tema da morte, dela em abstrato, ainda vá que não vá, bem diferente quando tenho de abordá-lo na pessoa de alguém, e pior ainda se esse alguém fizer parte do rol dos nossos amigos e, como é o caso, das pessoas por quem nutrimos além de afecto, muita admiração.

No nosso caso, em particular, acrescem ainda muitas identificações: ele nado e criado nas encostas da serra de São Macário; eu, nascido e a fazer por vingar no agreste coração do que Mestre Aquilino achou por bem designar por Terras do Demo. Semelhante a criação, idênticos os cenários, também não teria sido por acaso que os dois, ainda em miúdos, aprendemos a tocar gaita-de-beiços, por aqui mais conhecida como realejo.

Pois fomos apanhados todos de surpresa. E refiro-me aos seus amigos mais afastados do seu quotidiano, quando a mensagem começou a circular em grande velocidade por nets e telemóveis: "Morreu o Gralheiro!"

Desprevenidos, sim, porque apesar de até o julgarmos mais velho do que realmente era – tão grande a sua sabedoria – um tal erro de cálculo era fruto do ar inexpugnável daquela fortaleza humana, da força do seu humor, por vezes corrosivo, as mais delas alegremente contagiante. Enfim, quem o via e com ele lidava mais esporadicamente era capaz de garantir que tínhamos ali homem para muitos e muitos mais anos.

Muito nos deu o Dr. Gralheiro em vida. Muito nos legou após a morte.

Como brilhante advogado, pelo espantoso e afamado poder de raciocínio e capacidade de argumentação na barra dos tribunais.

Como criador de doutrina jurídica, alguma quase desde a raiz, nomeadamente na acesa e premente questão dos baldios logo a seguir ao 25 de Abril, assunto de que se tornou perito e mestre,

Como animador cultural, que foi praticamente até ao fim. O Cineteatro que hoje ostenta, e muito justamente, o seu nome, fica a dever-lhe muito da sua vida e dedicação. Aliás, o teatro sempre foi a sua grande paixão, pau para toda a colher, tanto fazendo de actor, como de encenador e – cereja em cima do bolo – como incontornável dramaturgo, legando-nos inolvidáveis peças, quem não se lembra de "Na Barca do Mestre Gil", de "Arraia Miúda", do "Homem da Bicicleta" e "Onde Vaz, Luís?", algumas criadas e levadas à cena na lufa-lufa da Revolução. E ainda lhe sobrou um pouquinho de tempo para nos brindar com duas primorosas obras literárias que connosco ficam como imorredouro testemunho de uma vida a todos os títulos invulgar: "A caminho do nunca? Ou Minha Loucura outros que me a tomem..." (2009) e "Os Dois Prec's no Distrito de Viseu" (2011), isto só para referir uma pequena parte do seu legado.

Sócio da A25A (00138 A) desde que esta passou a integrar elementos não militares, foi sem nenhum favor que nas páginas do "Referencial", aqui há tempos, reclamei para o Dr. Jaime Gralheiro o estatuto de "Capitão de Abril".

"Capitão de Abril", pois. E por que não? Comparável, até, se formos a ver, pela sua invulgar maneira de ser, a um dos mais valorosos e determinantes Capitães de Abril, este não paisano mas fardado: o mesmo élan vital; o mesmo extraordinário poder de comunicação; o mesmo sonho com um mundo sem exploração. E a mesma paixão pela arte de representar.

"Capitão de Abril", e sem favor nenhum, porque uma parte fundamental da sua vida empenhou-a na luta incessante contra o fascismo que ele também ajudou a derrubar e, uma vez recuperada a liberdade, foi com todas as ganas – e que ganas! – que se empenhou na Revolução dos Cravos, dando aí cartas a muitos capitães de Abril fardados.

Porque ele tinha um sonho. Ou melhor, muitos e muitos sonhos, sempre guiados, lá ao longe, na linha do horizonte das utopias, pela estrela da liberdade e da democracia, acordando todos os dias – privilégio do lugar da sua casa – animado só de olhar para o Nascente e desse lado ver, ou a pensar que via, a aurora de um mundo que dali um dia viria, onde os homens, como manda a Mãe Natureza, nascem todos iguais e como iguais devem ser tratados; onde o irmão não faz ajoelhar o outro irmão,

Morreu o Gralheiro!

Não o lamentamos. Porque é um caso quase paradigmático de uma vida cheia. Cheia de coisas boas e outras não tão boas assim; umas que lhe deram entusiasmo e gozo; outras profundas dores e algumas raivas. Lamentamos, sim, a sua perda. Que no caso dele seria sempre prematura. Porque ainda tinha muita coisa para connosco partilhar, muita coisa para criar e nos deixar.

Elogios, para quê? Por ele continua a falar a vida e a obra, tanto material como imaterial, deste homem a todos os títulos invulgar. E controverso. Como todos os grandes homens acabam por ser. Tomáramos nós que das nossas vidas um dia viessem a fazer um balanço tão positivo, e que irá muito para além destas mal aparelhadas palavras.

Homem de sonhos, repito. Alguns que ainda conseguiu realizar em vida. E dentre todos, servindo até de síntese, o que ele de forma tão engraçada nos conta em "Os Dois Prec's no Distrito de Viseu":

Pois aí nos conta que quando já tinha 10/11 anos ele, que nunca recebera uma prenda do Menino Jesus, se viu agraciado com um par de botas que o pai lhe trouxera do Porto. Motivo de vaidade? Sim. Porque os miúdos da sua idade, em Macieira – se calhar não sabem que fica no concelho de São Pedro do Sul – calçavam, quando muito, "uns tamancos e era um pau!". Só que estas botas tinham um pequeno, para ele um grande defeito: eram lisas por baixo. E exclama ele na referida obra: "E para que raio queria eu umas botas que não deixavam no chão rasto da minha passagem? – porque por aqui passou o Jaime!..." ,

Este sonho, garanto eu, foi plenamente realizado. Porque jamais se apagará da nossa memória o indelével rasto da sua passagem. E mais perene, ainda, porque gravado na rude rocha da vida, tanto ou até mais dura que as pedras da serra que o viu nascer. Por vezes mais traiçoeiras do que as que o São Macário tão bem levava nas mãos e se escaldou quando virou a cara para olhar as pernas duma pastora. E, chegado a este ponto da lenda – esta é mesmo do saudoso Jaime Gralheiro – "Quem não há-de ser crente de um santo que se queima quando vê umas boas pernas de mulher?! Eu cá sou.", escreve ele.

Para além da vida que todos conhecemos, tudo o resto continua envolto em grande mistério. Mas a memória, na falta de melhor é, de certeza, a justa medida da nossa humana dimensão e do nosso terreno desempenho.

E as suas botas, você já não se lembra, amigo Gralheiro. Pois vá sossegado que não eram lisas por baixo, mas de rasto de pneu. E deixaram cá as suas marcas. E outras iguais não houve nem haverá.

Registámos o falecimento dos seguintes associados: Alfredo Manuel P. Ferreira de Barros (sócio fundador); Braz Domingos Vicente (sócio fundador), Cremildo Lobato Possante (sócio efectivo), Eugénio Óscar Filipe de Oliveira (sócio fundador); Fernando Tomaz Queiroz de Azevedo (sócio fundador), Guilherme George Conceição Silva (sócio fundador); Herlander Alves Grácio (sócio fundador), Jaime Gaspar Gralheiro (sócio efectivo) João Eduardo Melo O. Sobra, (sócio fundador); José Barata (sócio efectivo), Maria de Lourdes Carvalho (sócia efectiva); Maria Luzia Barreto Areosa Feio (sócia efectiva);), Moisés Caros Correia Pedrosa Afonso, (sócio fundador); Victor Manuel Rodrigues Capote (sócio fundador); José Manuel Medeiros Ferreira (apoiante); Maria Soledade R. de Carvalho Reis (Apoiante)

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

Quando analisámos as aberturas fracas em 2♥/♠ tivemos o cuidado de referir que as mesmas tinham duas virtudes:
- Dar a conhecer ao nosso parceiro com alguma precisão, no que se refere ao binómio FORÇA/ DISTRIBUIÇÃO, a mão que possuímos;
- Dificultar o leilão da linha contrária, por obrigar os ADV a terem que intervir, se o pretenderem fazer, ao nível de 3 a maioria das vezes.

O princípio de que qualquer acção provoca uma reacção de igual intensidade e de sentido contrário também se aplica no bridge. É pois lógico que, após o aparecimento das aberturas em semi-barragem, os jogadores de competição tivessem sentido necessidade de criar medidas convencionais que lhes permitissem contrariar, da forma mais adequada, as dificuldades postas por estas aberturas.
As soluções encontradas são várias e não estão esgotadas. A que nos propomos apresentar é apenas uma delas.

1. CONVENÇÕES
   1.20 – DEFESAS CONTRA AS ABERTURAS FRACAS EM 2♥/♠

Quando confrontado com uma abertura fraca em 2♥/♠ pela linha adversária o par tem de estar previamente convencionado para poder reagir ponderada e coordenadamente. Ser apanhado de surpresa e improvisar, à mesa e durante o leilão, será uma reacção que não parece, de todo, solução adequada.
Uma intervenção estruturada para reagir a essas aberturas poderá ser como se indica:

DOBRE:
- Com 13/15 PDH deverá ter, no mínimo, 4 cartas no outro rico;
- Com 16/19 PDH deverá ter, no mínimo 3 cartas no outro rico;
- Com 20 ou + PDH poderá deter qualquer distribuição.

2♠/3♥: Com 13/19 PDH e com 5 ou + cartas no naipe anunciado, devendo, na intervenção em 3♥ deter, tendencialmente, 6 cartas em ♥.
2ST: Com 16/19 PDH e numa distribuição regular e defesa (de preferência 1 e 1/2) no naipe de abertura. Neste caso o leilão prosseguirá como se de uma abertura em 2ST se tratasse.

CUEBID EM
3♥ ou 3♠: Com um naipe lateral sólido (ARDxxxx no mínimo) mas sem defesa no naipe de abertura. O parceiro marcará:
- 3ST: Com defesa no naipe de abertura;
- 3♠/4♥: Com 6 ou + cartas no naipe e sem defesa no de abertura;
- 4♣: Sem quaisquer valores.

3♠4/♥: Com 16/19 PDH e com um naipe de boa qualidade com 6 ou + cartas.
3 ST: Com naipe lateral sólido (ARDxxxx no mínimo) e defesa no de abertura.
4♣/♦: Com um bicolor integral (no mínimo 5/5) com o outro rico e o naipe anunciado. Mão com o máximo de 5 perdentes.

CUEBIDE EM
4♥4/♠: Com um bicolor integral (no mínimo 5/5) em ♣/♦ e uma mão com, o máximo, 4 perdentes. Esta "arma", para combater a obstrução criada pelas aberturas fracas em 2♥/♠, parece ser muito complexa quando se contacta com ela pela primeira vez. Mas quando se identifica a lógica de funcionamento e se pratica a sua utilização, constata-se que afinal é bem mais simples do que inicialmente parecia. Valendo bem a sua eficácia versus a necessária memorização.

1.21 – OS 2♣ LANDY
Esta convenção é da autoria de ALVIN LANDY, notável jogador de bridge, natural de CLEVELAND, OHIO, USA (1905-1967), e um dos fundadores da WBF (WORLD BRIDGE FEDERATION).
Os "2♣ LANDY" são muito fáceis de aprender e de utilizar, características que não diminuem a eficácia da sua utilização. Aplicam-se como intervenção sobre as aberturas de 1ST do ADV, transmitindo ao parceiro que detemos um bicolor rico (♥/♠).
O bicolor deve ser do tipo 5/5, aceitando-se que, excepcionalmente, possa ser um 5/4 e nunca ter uma FORÇA superior a 15PH. Se a mão tiver 16PH ou mais o jogador deve primeiro dobrar a abertura e só depois anunciar os seus naipes, como forma de transmitir ao parceiro a força mínima da mão.
Após a intervenção em 2♣ (LANDY) haverá obviamente que ter acordado um esquema de respostas a utilizar pelo respondente. Há diferentes esquemas utilizados mas o que vamos apresentar é o que foi criado e recomendado pelo próprio ALVIN LANDY.
É óbvio que após a intervenção em 2♣ o respondente terá de possuir, fatalmente, uma mão de um destes tipos:

A – De desistência (por ter 9 ou –PH)
B – De convite à partida (por ter 10/12 PH)
C – De marcar a partida (por ter 13 ou + PH).

No caso A (o mais vulgar) deve o respondente marcar o melhor dos seus naipes ricos, ao nível mais económico, o que será interpretado como um claro anúncio de desistência. Pode acontecer possuir um bom naipe de ♣ com 6 ou + cartas e não ter fit em nenhum dos ricos. Nesta situação deverá passar. Pode também deter 6 ou + cartas em ♦, sem fit em ♥ ou em♠, marcando então 2♦.
No caso B, se tiver fit em algum dos ricos, deverá marcar esse naipe ao nível 3. Caso não exista esse fit tem recurso à marcação de 2ST ou ao salto para 3♦, se esse naipe for de boa qualidade.
No caso C pode simplesmente saltar para 3ST, 4♥ ou 4♠, identificando assim a partida que deseja jogar.
O leitor atento decerto reparou que, no esquema proposto para as respostas, a marcação de 3♣ não foi referida. Tal deveu-se porque o autor a reservou para tipificar um anúncio artificial a utilizar pelo respondente sempre que detiver mãos com 13 ou + PH e com 3 cartas em cada um dos naipes ricos e em que, logicamente, tem todo o interesse em que o parceiro o informe sobre qual é o melhor naipe de bicolor, para assim poder chegar ao contrato mais adequado.

Até ao próximo número.

BOLETIM

CONVITES

O Museu Nacional da Imprensa e a autora, lançamento do livro «Sinfonia completa, contos de Manuela de azevedo, 22-11-2013;URAP, comemoração do 40º aniversário do congresso de Aveiro, 23-11-2013;
Teatro da Cornucópia, 4ADHOC de Eugéne Labiche, 16 -11- 2013,A Temas e Debates e o Circulo de Leitores, sessão de lançamento de «A Esperança é necessária», de Mário Soares, 27-11-2013;Fundação Mário Soares, Vidas sem sentido – Manuel Mendes, 31-10-2013;Joaquim Catanho de menezes, 05-12-2013; Raul Rego, 17-10-2013, Sociedade Filarmonica União artística Piedense, 124º aniversário, 23-10-2013, XVIII Concerto de gala, 23-11-2013; CGTP--IN exposição de fotografias sobre Hirochima e Fukushima, 6-11-2013;CGTP-IN, Jantar comemorativo do 43º Aniversário, 01-10-2013; A Babel e a Fundação Mario Soares, lançamento do livro «A confiança no Mundo – sobre a tortura em democracia» de José Socrates, 23-10-2013, O partido Comunista Portugues, comicio comemorativo do Centenário de Alvaro Cunhal, 10-11-2013; O presidente da Direcção central da Liga dos Combatentes, cerimónias do 95º aniversário do Dia do Armisticio da I grande Guerra,90º Aniversário do Dia da Liga dos Combatentes e 39º Aniversário do fim da Guerra do ultramar, 09-11-2013

O Conselho de administração da Fundação Calouste Gulbenkian, conferência de Jacques Delors, 05-06-2013; O presidente da assembleia Geral da casa da Imprensa, cerimónia comemorativa dos 108 anos da Casa da imprensa, 29-05-2013; Edições Almedina e o autor lançamento da obra, «os relatórios confidenciais da II repartição do EME oparam o CEMGFA (5/11/1974-1106-1975)» de José Duarte de jesus, 04-12-2013;A Junta de freguesia de Cacilhas e o farol, lançamento do livro «As margueiras» de autoria do Farol, 21-07-2013; A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, inauguração da exposição bib liografica» a vida e a arte de Antonio Ramos de almeida», 13-07-2013;A Fundação INATEL/ teatro da trindade, estria do espectáculo «see», 12-09-2013; A Fundação Mário Soares, O instituto de História Contemporanea eas edições Colibri, apresentaçãop do liveo «O Fimda URSS a nova Rússia e a crise das esuqerdas» 17-12-2013; A Câmara Municipal de Lisboa e a E-Via/Palco de sombras, inauguração da exposição «Vidas ciganas»,23-09-2013; O partido Comunista Portugue e a editora Avante, sessão pública de apresentação da «Fotobiografia de alvaro Cunhal», 22-08-2013; Associação dos Deficientes das Forças Armadas, 40º Aniversário, 31-05-2014;O Embaixador da Republica Dominicana, Dia Nacional, 27-02-2014;O Presidente da Cãmara Municipal de Almada, Festival de Almada 2014, 20-06-2014,A Bertrand Editora e a Fundação Mário Soares, lançamento do livro «A europa à beira do abismo» 11-06-2014;O Teatro Nacional D. Maria II, estreia da peça «Três mulheres altas», 19-06-2014;As Edições Parsifal, lançamento do livro «Pavel, um homem não se apaga» de Edmundo Pedro, 29-05-2014;O presidente da Camara Municipal de Lisboa, e a Porto Editora, sessão de lançamento do livro «Os rapazes dos tanques» de Alfredo Cunha e Adelino Gomes, 25-03-2014, O teatro Nacional D. Maria II, estreia de «Tropa-fandanga - uma revista á portuguesa do teatro Praga», 20-02-2014;O Presidente da Câmara Municipal de Almada, homenagem a Joaquim Benite, 04-12-2013;A Direcção da Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos -MURPI, 19º Piquenicão Nacional, 15-06-2014; Associação Nacional de Sargentos – 25º Aniversário, 05-06-2014; A casa do Concelho de Ponte de Lima, apresentação da obra «Memórias de uma guerra – Moçambique 1970/72» de João Hilário, 14-06-2014;O Director Nacional da Policia de Segurança Pública, cerimónia de lançamento da primeira fase de construção do Museu da Policia, 24-06-2014;As Edições Colibri, a Casa do Pessoal do Arsenal do Alfeite e a união das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, sessão de lançamento do livro «Grandola Vila Morena – A Canção da Liberdade» de Mercedes Guerreiro e Jean Lamaitre, 05-07-2014, Associação de Professores e Amigos das crianças do casal das Figueiras, festa Anual-Arraial Casal das Figueiras , 13-06-2014; Associação Conquistas de Abril, sessão de lançamento do livro «Vasco, nome de Abril», 18-07-2014;Chiado Editora, apresentação do livro «As noivas do Indico» de Jeronimo Jarmelo, 07-03-2014,Associação de Oficiaism das Forças Armadas, Tomada de posse dos novos órgãos sociais da AOFA, 17-02-2014;Fundação Dr. António Agostinho Neto, lançamento do livro «A Noção de Ser»,, 30-04-2014; As Edições Parsifal e o El Corte Inglés, apresentação do livro «Tempo de Combate» de Baptista –Bastos, 06-02-2014; O Presidente da Direcção Nacional da ADFA, palestra «Vidas marcadas pela história: A Guerra Colonial portuguesa e os deficientes das Forças Armadas, 05-05-2014; , A Diário de Bordo Editores, lançamento do livro «Reflexões sobre estratégia VII- tempos de crise» do general Loureiro dos Santos, 07-05-2014; Sociedade Portuguesa de Autores, Cerimonia Comemorativa do Dia do Autor Português, 22-05-2014; A Direcção Nacional da AFDA, sessão solene comemorativa 40º aniversário, 14-05-2014; A autora, A Fundação Mário Soares e a A23 Edições, lançamento da obra «O parlamento europeu explicado aos jovens», de Francisco Gabriel,14-05-2014; O Presidente da Câmara Municipal de Almada, e o Director do Teatro Municipal, estreia de «Turismo infinito», 05-04-2014; Circulo de Arte e Recreio, sessão pública de inauguração da toponímia Rua Jaime Martins,13-04-2014;A Fundação Mário Soares e a Tema e debates, sessão de lançamento de «Memórias de tortura e resistência» de Joaquim Monteiro Matias, 06-06-2014,,O Partido Comunista Portugues e a Editorial Avante, apresentação pública do «Tomo IV das obras esioclhidas de Alvaro Cunhal, 14-05-2014;As edições Ciolibri, lançamento publico da obra de Vasco Magalhães-Vilhena intitulada «António Sergio, Genese e Estrututa; Raízes Gnoseológicas e Sociais; Estudo de Historia Social das ideiais», 23-05-2014,O Presidente da Câmara Municipa de Almada e o Director do Teatro Municipal Joaquim Benedite, estreia de «Tartufo», 07-03-2014;estreia de «O dosio e a morte», 23-05-2014;A Temas e debates ao Circulo de Leitores, sessão de lançamento de «A ditadura de Salazar e a emigração» de Vitor Pereira, 16-04-2014; ,A Companhia de Teatro Lendias D`encantar, estreia o espectáculo «No limite da dor» 24-05-2014;A Autora, A Fundação Mário Soares, lançamento da obra «meu dito, meu escrito.-de ciência e cientistas, com um monólogo da caneta» de Maria de Sousa, 19-05-2014; Apre!, debate público subordinado ao tema « Portugal merece mais!», 06-05-2014;Teatro cornucópia, espectáculo «Ion», 15-05-2014;, A Fundação Mário Soares, a Coimbra Editora e o autor, apresentação do livro «O Direito ao quatidiano estável – uma questão de direitos humanos» de José Fontes, 13-05-2014;A Direcção da casa do pessoal do Arsenal do Alfeite, sessão solene comemorativa do 75º anioiversário do Arsenal do Alfeite, 03-05-2014;Edições Colibri e o departamento de ciências politicas, Segurança e relações internacionais da Universidade Lusofona, apresentação do livro «Angola- Sonho e pesadelo», de Adolfo Maria, 19-03-2014;O Presidente da Fundação Mário Soares, inauguração da exposição «Rotos da revolução – desenhos de António Fotografias de Carlos Gil», 08-04-2014,
As publicações Dom Quixote, lançamento de «Pais de Abril – uma antologia», de Manuel Alegre, 09-04-2014; O presidente da mesa da assembleia Geral da Associação de Praças, tomada de posse dos órgãos sociais, 08-04-2014,O Presidente da Fundação Mário Soares, paresentação da «Listas do MUD», 25-03-2014; A URAP , homenagem a José Barata- ultimo sobrevivente da Revolta dos Marinhairos de 1936, 31-08-2014; Teatro da Cornucopia, espectáculo «Ai amor sem pés nem cabeça» 30-05-2014;O reitor da ULisboa, sessão de abertura do ano académico 2013-14, 27-02-2014, A administração e a Reitoria da Universidade Lusofona de humanidades e tecnologia «Dia da Universidade», 12-04-2014,Intervenção Democrática, debate «Retomar Abril»,22-03-2014;O Presidene da Liga dos Combatentes, cerimónia evocativa do centenário da grande Guerra, 24-03-2014;O Presidente da Fundação Maário Soares, homenagem a Willy brandt, Helmut Schidt e Günther grunwald, 26-03-2014;A Associação de Praças e o Clube de Praças da Armada, cerimonia comemorativa do 77º aniversário «A revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936», 14-09-2014;Fundação Mário Soares, Vidas sem sentido - António Lopes Graça, 16-01-2014, Gustavo Soromenho, 23-01-2014, Teófilo Carvalho dos santos, 13-02-2014, Mário Sottomayor Cardia, 20-02-2014, António Janeiro, 20-03-2014,José Luis Nunes, 27-03-2014, Jose Gomes Mota, 27-03-2014, Jose Gomers Mota, 27-03-2014, Francisco Marcelo Curto, 03-04-2014, Alvaro Monteiro, 10-04-2014,Henrique de Barros, 08-05-2014, Carlos Candal, 15-05-2014, Auréa Rego, 05-06-2014,

OFERTAS À A25A

Livros: «25 de Abril 1974 – pronunciamento militar, oposição Politico –Militar ao estado Novo no Inicio do 3º Quartel do Sec. XX», oferta do Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar; «Anais do senado», oferta do Presidente da Câmara Municipal de Almada; «O casamento de Afonso Henriques e outras histórias» oferta de Otto Solano; Documentos diversos sobre o 25 de Abril, oferta do associado Miguel Reis; «Camarada, Clientes e Compadres, colonialismo, Socialismo e democratização em S. Tomé e Príncipe» de Gerhand Seibert, oferta do associado Moreira Azevedo; «Pelos Olhos Dentro 40 Imagens para Abril», oferta da C.M. Viana do Castelo; «Do Interior da Revolução de Vasco Lourenço, entrevista de Maria Manuela cruzeiro», oferta de Vasco Lourenço; «Tempestade em Bissau-Ano 1970», de Mário G. Ferreira, oferta do autor; «Livros, Histórias e Ideias», oferta da Norprint; «O Fim do Império – memória de um soldado português – 07 de Setembro de 1974 em lourenço Marques» de Ribeiro Cardoso

oferta do autor; «Deixem-me ser quem sou! Memórias e desabafos de um Associativista Almadense» de Orlando Laranjeiro oferta do associado Sanches de Almeida; «A Sombra da Guerra – A História de Paul Freundlich» de Pedro Coutinho Pereira, oferta do autor; Goa Passado que Futuro de Elsa Rodrigues dos Santos e José Manuel Graça Dias oferta do associado José Manuel Graça Dias; «Memórias de uma causa: O Direito à Cidadania – Homenagem da Associação de Amigos do Marco ao Dr. Horácio Salgado Rodrigues, oferta de João Baptista Magalhães; «Festival Internacional Banda Desenhada da Amadora – XX anos», oferta da Câmara Municipal da Amadora; «Oesterhelp o homem como unidade de medida», «E tudo Fernando Bento Sonhou» de João paulo de paiva Bolio, «Diplomacia Peninsular e Operação secreta na Guerra Colonial» maria João Tiscar santiago, oferta das Edições Colibri; «Já uma estrela se Levanta» de helena Pato, oferta do autor; «Alma D`escrita – reportagem» de Fernando Fitas, «Histórias da História de Charneca de Caparica» de Victor Reis, «Senhor Presidente, Presidente por uma vez, Presidente para sempre» de Gabriel Raimundo, oferta da Junta de freguesia de Charneca de Caparica; «Boletim do MFA em Moçambique do nº 1 ao nº 8», oferta do associado Aniceto Afonso; «Liberdade Abril/ maio 1974» de Eduardo Gageiro , oferta da Câmara Municipal de Alcochete; «Um olhar sobre a ribeira – Monografia», oferta da Junta de Freguesia da Ribeira de Santarém; «E tudo era possível» de José Jorge Letria, oferta do autor; «A vida, o Homem e o Universo» de José Verdasca, oferta do autor:; «O pássaro dos Segredos», «O 25 de Abril visto pelos olhos de uma criança» de João Morgado, oferta do autor; «Ano comum de Joaquim Pessoa» oferta do autor; «ISEG – 100 anos a pensar no futuro», oferta do Inst. Sup. de Economia e Gestão; «O escritor», nºs 1 e 2, oferta da Direcção da associação portuguesa de escritores, «Memórias Politicas – Um pouco do que vive de General Garcia dos Santos, «Apontamentos Políticos – Eanes e os partidos», de General Garcia dos Santos, oferta do autor; Gazeta das Caldas – ontem e hoje, A segurança nas relações transa XII Congresso AAC DN , oferta de vasco Lourenço; «A enfermeira chinesa e outros contos da memória de Africa,» de Rui Coelho e Campos, oferta do autor, «Grândola Vila Morena- A canção da Liberdade» de Mercedes Guerreiro e Jean Lamaitre, oferta dos autores; «40 anos do 25 de Abril» de Rogério dos Santos Cardoso Teixeira, oferta do autor; «Markting Social e responsabilidade Social, controlo e diminuição da adição ao álcool – Estratégias para uma cidadania activa», oferta do Presidente da Cedro Associação; «O Eterno Retorno. estudos em Homenagem a António Reis», de Prof. Doutora Maria Inácia Rezola e Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira, oferta dos autores; «As guerras de Libertação e os sonhos coloniais», de Maria Paula Meneses e bruno Sena Martins, oferta de maria Paula Meneses.

SERIGRAFIAS

1 Serigrafia Oferta de Mirella Marini

1 Serigrafia de Louro Artur, oferta da Junta de Freguesia de Charneca de Caparica

1 Prato estanho, oferta da Câmara Municipal de Carregal do Sal

1 tela em óleo – 40 anos , 25 anos, oferta do instituto Ciências educativas

DVD – Fernando Lopes Graça, Canções do 25 de Abril 13 canções Heróicas

Portugal – ume identité, un destin, oferta de Vasco Lourenço

Spinolismo – Viragem Politica e Movimentos Sociais – tese doutoramento em Historia Contemporânea, oferta de Francisco Miguel Felgueiras Bairrão Ruivo

À VOLTA DE UM DELTA
HÁ SEMPRE LUGAR PARA MAIS UM.

DELTA CAFÉS

votado pelos leitores MARCA DE CONFIANÇA 2014 Seleções do Reader's Digest

Eleito café de confiança há 13 anos consecutivos.

Este é o café dos amigos. O café da família. O café dos momentos de partilha. O café à roda do qual giram as nossas histórias, as nossas conversas e os nossos sonhos. Há 13 anos consecutivos que este é o café em que mais confiamos. Delta, marca de confiança dos portugueses.

O CAFÉ DA SUA VIDA

Quando a nossa reputação chega mais alto, ganhamos todos.

Quando o Montepio vê a sua marca reconhecida pela elevada reputação, ganha confiança e força para continuar a ser uma instituição mutualista orientada para as pessoas, ganham os seus mais de 580 mil associados em tranquilidade e confiança, ganham os seus clientes e ganha a sociedade uma instituição cada vez mais dinâmica, sólida, transparente e humana. Quando o Montepio está entre os primeiros no relatório **RepTrak Pulse 2014, ganhamos todos**.

montepio.pt/ganhamostodos **808 20 26 26** (atendimento personalizado das 07h00 à 01h00)

Montepio

Valores que crescem consigo.

REPUTATION INSTITUTE

Caixa Económica Montepio Geral – Entidade com capital aberto ao investimento do público · CRC Lisboa · Matrícula e NIPC 500792615
Sede: Rua Áurea, 219 a 241, 1100-062 Lisboa · Apartado 22882 E.C. Socorro Lisboa, 1147-501 Lisboa